

Reabilitação de Edifícios Patrimoniais como Estratégia de Requalificação Urbana da Rua da Junqueira

A Cordoaria Nacional como espaço alternativo ao Museu dos Coches

António Pereira Coutinho Sanches de Baêna

(Licenciado)

Projeto Final de Mestrado para a obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura, especialização em
Urbanismo

Orientação Científica:

Professor Doutor Pedro Conceição Silva George

Professor Doutor José Luís Mourato Crespo

Júri:

Presidente Doutor Carlos Jorge Henriques Ferreira

Vogal Doutor Pedro Conceição Silva George

Vogal Doutor Jorge Manuel Frazão Cancela

Documento Definitivo

Lisboa, FA-ULisboa, Dezembro 2016



Figura 1: Gravura do séc. XVIII de H. L´Eveque, Panorama de Lisboa vista da Junqueira.

AGRADECIMENTOS

À minha família, em especial ao meu pai, pela constante presença, apoio e entrega ao longo do trabalho.

Aos meus primos e amigos, em especial à Teresa Sanches de Baêna.

Aos Professores da Faculdade de Arquitetura de Lisboa em especial aos orientadores: Professor Doutor José Luís Crespo e ao Professor Doutor Pedro George, pelo apoio ao longo de todas as etapas deste trabalho.

Ao Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada Henrique Eduardo Passaláqua de Gouveia e Melo pelas sucessivas autorizações as instalações da Cordoaria Nacional e por todos os dados fornecidos do mesmo.

Ao Sargento Taveira que se mostrou sempre pronto em acompanhar-me em todas as visitas ao edifício da Cordoaria Nacional.

À Doutora Rosinda da Palma dos Serviços Educativos do Museu Nacional dos Coches, por toda a sua disponibilidade.

RESUMO

O objetivo deste trabalho consiste na elaboração de uma proposta de requalificação urbana da Rua da Junqueira, criando uma continuidade com a área monumental de Belém, complementada com a intervenção em reabilitação de três edifícios patrimoniais, o Palácio da Quinta das Águias, o Palácio dos Condes da Ribeira Grande e a Cordoaria Nacional. Pretende-se que a intervenção na Cordoaria Nacional funcione como um dinamizador urbano, potenciado pela sua dimensão e localização estratégica.

Para a concretização deste trabalho, entendeu-se necessário, o conhecimento generalizado dos conceitos associados à reabilitação urbana, património urbano, património monumental, património industrial, monumento e área monumental, paralelamente foram estudados e analisados quatro casos de estudo com escalas distintas: a cidade de Bilbao, ao nível urbano; o *Museumsinsel* em Berlim, o *Museums Quartier* em Viena, ao nível do quarteirão; e o Centro de Arte Rainha Sofia em Madrid, ao nível do edifício. Foram também analisados, complementarmente, dois casos de cordoarias: a Cordoaria *Real de Rochefort* em França, e a Cordoaria *Vitoriana* no Reino Unido.

O resultado desta proposta de trabalho pretende que a Rua da Junqueira possa estar contemplada como uma área de fruição e nas rotas turísticas de Lisboa, potenciando um maior relevo na cidade de Lisboa e beneficiando atuais e futuros residentes.

Palavras-Chave: Património | Área Monumental | Reabilitação Urbana | Cordoaria Nacional | Rua da Junqueira

ABSTRACT

The objective of this academic work consists in the development of a urban requalification proposal for Rua da Junqueira, creating continuity with the monumental area of Belém, complemented with the intervention in the rehabilitation of three heritage buildings, the Palace of Quinta das Águias, the Palace of Ribeira Grande and the Cordoaria Nacional. It is intended that the intervention in the Cordoaria Nacional works as an urban catalyst, reinforced by its strategic location and dimension.

For the development of this work, it was considered necessary to gather a generalized knowledge of the concepts associated with urban rehabilitation, urban heritage, architectural heritage, industrial heritage, monument and monumental area. Parallel to the search for concepts, four study cases were analysed, at different scales: the city of Bilbao, at an urban level; the Museumsinsel in Berlin, the Museums Quartier in Wien, at block level; and the Rainha Sofia Center in Madrid, at the building level.

Complementary, two cases of "Cordage Buildings" were also analysed: the Cordage Real of Rochefort in France, and the Victorian Cordage in the United Kingdom.

The result of this work proposal is to allow Rua da Junqueira to be contemplated as an area of leisure and in the tourist routes of Lisbon, enhancing a greater emphasis in the city of Lisbon and benefiting current and future residents.

Key-Words: Heritage | Monumental Area | Urban Rehabilitation | Cordoaria Nacional | Rua da Junqueira

ÍNDICE GERAL

AGRADECIMENTOS.....	V
RESUMO.....	VII
ABSTRACT	IX
ÍNDICE GERAL	XI
ÍNDICE DE FIGURAS.....	XIII
1- INTRODUÇÃO.....	1
1.1- Enquadramento e justificação do tema	1
1.2- Área de intervenção	3
1.3- Questão de partida e hipóteses de trabalho	4
1.4- Objetivos	4
1.5- Metodologia.....	6
1.6- Estrutura do Projeto Final de Mestrado.....	7
2- ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO EM ÁREAS MONUMENTAIS	9
2.1- Do património monumental ao património urbano	9
2.2- Monumento e área monumental	17
2.3- Conceitos e estratégias de intervenção Urbana	20
3- PROJETOS DE REFERÊNCIA.....	25
3.1- A cidade de Bilbao, Espanha	26
3.2- O <i>Museumsinsel</i> , Berlim, Alemanha	30
3.3- O <i>Museums Quartier</i> , Viena, Áustria	35
3.4- Museu Nacional Centro de Arte Rainha Sofia, Madrid, Espanha	39
3.5- Projetos de cordoarias: dois exemplos	42
4- CASO DE ESTUDO: BELÉM-ALCÂNTARA.....	47
4.1- Génese e evolução	47
4.2- Enquadramento e análise	64
4.3- Os edifícios patrimoniais e a industrialização da Rua da Junqueira	71

4.4- Caracterização e análise da Cordoaria Nacional.....	78
5- PROJETO URBANO E ARQUITETÓNICO.....	85
5.1- O projeto urbano	87
5.2- O projeto de arquitetura	96
5.2.1- O Palácio da Quinta das Águias	97
5.2.2- A intervenção no Palácio dos Condes da Ribeira Grande	101
5.2.3- A intervenção na Cordoaria Nacional.....	105
6- CONCLUSÕES	115
BIBLIOGRAFIA	119
ANEXOS	125

ÍNDICE DE FIGURAS

CAPA

- 1-** Gravura do séc. XVIII de H. L´Eveque, Panorama de Lisboa vista da Junqueira.

Fonte: <http://4.bp.blogspot.com/-PDGi9WGh4Kw/Uk2rYIM579I/AAAAAAAAAJcl/yjF2rgRy-Ik/s1600/5-Junqueira-059.JPG>. Consultado a 30 de Junho de 2016.

INTRODUÇÃO

- 2-** Ortofotomapa de localização da Rua da Junqueira na frente ribeirinha de Lisboa. (p.3)

Fonte: Google Maps. Consultado a 30 de Junho de 2016.

- 3-** Ortofotomapa de localização da Rua da Junqueira. (p.3)

Fonte: Google Maps. Consultado a 30 de Junho de 2016.

ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO EM ÁREAS MONUMENTAIS

- 4-** Fotografia do Parthenon de Atenas. (p.18)

Fonte: <https://en.wikipedia.org/Parthenon>, Consultado a 5 de Janeiro de 2016.

- 5-** Fotografia do Coliseu de Roma. (p.18)

Fonte: www.dicaseuropa.com.br, Consultado a 5 de Janeiro de 2016.

PROJETOS DE REFERÊNCIA

- 6-** Fotografia aérea da Cidade de Bilbao de Iker Merodio *Conferência debate a cidade como obra de arte* 2014. (p.27)

Fonte: <http://www.ufrgs.br/ufrgs/noticias/conferencia-debate-a-cidade-como-obra-de-arte>, Consultado a 15 de Janeiro de 2016.

- 7-** Planta esquemática da Cidade de Bilbao de El Correo 2012. (p.27)

Fonte: <https://borjagomezfotografia.com/2012/04/16/guia-turistica-de-bilbao-para-principiantes/>, Consultado a 15 de Janeiro de 2016.

- 8-** Fotografia dos nove principais arquitetos da cidade de Bilbao. (p.28)

Fonte: info.elcorreo.com/vizcaya/bilbao/guia-bilbao.html, Consultado a 15 de Janeiro de 2016.

- 9-** Fotografias aéreas da Cidade de Bilbao- 1992-2005-2012. Evolução da Frente de Água. (p.29)

Fonte: <http://jcreidbx.com/2012/return-to-bilbao/>, Consultado a 15 de Janeiro de 2016.

- 10-** Planta da Ilha dos Museus- *Museuminsel*- Alemanha. (p.30)

Fonte: http://www.canada.diplo.de/Vertretung/kanada/en/01/GK__Toronto/bildergalerien/museumsinsel-bildergalerie.html, Consultado a 17 de Janeiro de 2016.

11- Fotografia do *Stadtschloss Museumsinsel* Berlim de Börse 1960. (p.30)

Fonte: http://www.boerse-berlin.de/data/files/bild_17_alte_boerse_mit_schiffen_1950.jpg, Consultado a 17 de Janeiro de 2016.

12- Fotografia da Fachada do *Stadtschloss* 1960. (p.30)

Fonte: <https://www.museumsinsel-berlin.de/en/buildings/neues-museum/>, Consultado a 17 de Janeiro de 2016.

13- Fotografia do *Stadtschloss* antes da 2ª Grande Guerra 1940. (p.31)

Fonte: https://en.wikipedia.org/wiki/City_Palace,_Berlin#/media/File:Berlin_Stadtschloss_1920er.jpg, Consultado a 18 de Janeiro de 2016.

14- Fotografia do *Stadtschloss* 2ª Grande Guerra, atingido por bombas aliadas, 1947. (p.31)

Fonte: <http://www.welt.de/kultur/article142185460/Dieses-Stadtschloss-koennte-auch-in-Palmyra-stehen.html>, Consultado a 18 de Janeiro de 2016.

15- Fotografia da demolição do *Stadtschloss* por ordem do governo Comunista em 1950. (p.31)

Fonte: http://www.laits.utexas.edu/berlin/images/buildings/03UnderDenLinden/c129_stadt.jpg, Consultado a 18 de Janeiro de 2016.

16- Fotografia da Reconstrução do *Stadtschloss* desde 1991 de Andrés Filipe Carrula 2014. (p.31)

Fonte: <http://www.andresfelipezarulla.com/Berliner-Stadtschloss.jpg>, Consultado a 19 de Janeiro de 2016

17- Fotografia do *Museumsinsel-Museu Neus* de David Chipperfield Reabilitação do Palácio, 2009. (p.32)

Fonte: <http://bamboonet.com.br/posts/na-reconstrucao-do-museu-neues-em-berlim-david-chipperfield-optou-por-ressaltar-as-cicatrizes-deixadas-pela-segunda-guerra-e-pela-erosao>, Consultado a 19 de Janeiro de 2016.

18- Fotografia do *Museumsinsel-Museu Neus* durante a Guerra. (p.32)

Fonte: <http://bamboonet.com.br/posts/na-reconstrucao-do-museu-neues-em-berlim-david-chipperfield-optou-por-ressaltar-as-cicatrizes-deixadas-pela-segunda-guerra-e-pela-erosao>, Consultado a 19 de Janeiro de 2016.

19- Planta do *Museumsinsel* de Giorgio Grassi. (p.34)

Fonte: <http://divisare.com/projects/16734-Giorgio-Grassi-Neues-Museum-E-Completamento-Della-Museumsinsel>, Consultado a 5 de Fevereiro de 2016.

20- Render do *Masterplan Museumsinsel* Projektion Zukunft. (p.34)

Fonte: <https://www.museumsinsel-berlin.de/home/>, Consultado a 1 de Fevereiro de 2016.

21- Fotografia aérea panorâmica do *Museums Quartier* Áustria. (p.35)

Fonte: <https://www.mqw.at/typo3temp/pics/2b341cc1e6.jpg>, Consultado a 18 de Fevereiro de 2016.

22- Fotografia aérea panorâmica do *Museums Quartier* 2015. (p.35)

Fonte: <http://www.mqw.at/typo3temp/pics/9112d36678.jpg>, Consultado a 18 de Fevereiro de 2016.

23- Fotografia do pátio em frente ao *MUMOK*. (p.37)

Fonte: <http://cache-graphicslib.viator.com/graphicslib/thumbs674x446/17105/SITours/museumsquartier-complex-private-tour-in-vienna-in-vienna-306953.jpg>, Consultado a 20 de Fevereiro de 2016.

24- Fotografia do pátio em frente ao *MUMOK*. (p.37)

Fonte: <https://www.mqw.at/en/institutions/mumok/>, Consultado a 20 de Fevereiro de 2016.

25- Fotografia noturna da praça central do *Museums Quartier*. (p.38)

Fonte: https://tinassabbithole.files.wordpress.com/2015/11/wp-id-img_20151105_194540.jpg, Consultado a 20 de Fevereiro de 2016.

26- Fotografia diurna da praça central do *Museums Quartier*. (p.38)

Fonte: https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/d/d3/StadtlLesen_beim_Museumsquartier_Wien.jpg, Consultado a 20 de Fevereiro de 2016.

27- Fotografia diurna da praça central do *Museums Quartier*. (p.38)

Fonte: <https://www.wien.info/en/lifestyle-scene/summer-in-the-museumsquartier>, Consultado a 20 de Fevereiro de 2016.

28- Fotografia fachada principal do Centro de Arte Rainha Sofia. (p.39)

Fonte: http://www.spainisculture.com/en/museos/madrid/museo_nacional_centro_de_arte_reina_sofia.html, Consultado a 4 de Março de 2016.

29- Fotografia aérea do Centro de Arte Rainha Sofia. (p.39)

Fonte: <http://elpais.com/diario/2005/06/13/cultura/>, Consultado a 4 de Março de 2016.

30- Fotografia de Elena Amargo: Fachada de Jean Nouvel Centro de Arte Rainha Sofia. (p.40)

Fonte: www.elenaalmagro.com/fotografia.php?s=1&a=detalle&idPy=331, Consultado a 4 de Março de 2016.

31- Fotografia de Elena Amargo: Pátio do Centro de Arte Rainha Sofia. (p.40)

Fonte: www.elenaalmagro.com/fotografia.php?s=1&a=detalle&idPy=331, Consultado a 4 de Março de 2016.

32- Fotografia de Elena Amargo: Pátio do Centro de Arte Rainha Sofia. (p.40)

Fonte: www.elenaalmagro.com/fotografia.php?s=1&a=detalle&idPy=331, Consultado a 4 de Março de 2016.

33- Triângulo de Ouro da arte de Madrid. (p.41)

Fonte: Google maps.

34- Fotografia da Cordoaria *Real de Rochefort*, parcialmente destruída pelos Alemães. (p.42)

Fonte: http://images.sudouest.fr/images/2011/12/07/573751_18635490_460x306.jpg, Consultado a 29 de Junho de 2016.

35- Fotografia aérea da Cordoaria Real de Rochefort. (p.42)

Fonte: <https://media-cdn.tripadvisor.com/media/photo-s/02/dc/02/d0/corderie-royale.jpg>, Consultado a 29 de Junho de 2016.

36- Fotografia da fachada da Cordoaria Real de Rochefort. (p.43)

Fonte: https://files1.structurae.de/files/350high/64/charente_maritime/dscf0037.jpg, Consultado a 29 de Junho de 2016.

37- La Corderie Royale, Rochefort. De Joseph Vernet. (p.43)

Fonte: https://arbredenosancetres.files.wordpress.com/2015/05/lacorderieroyale_rochefortjosephvernet.jpg

38- Render da Cordoaria Vitoriana do Reino Unido. (p.44)

Fonte: <http://johnsmilitaryhistory.com/chathammodel24.jpg>, Consultado a 29 de Junho de 2016.

39- Fotografias da Cordoaria Vitoriana. (p.45)

Fonte: <http://www.historicfilmlocation.co.uk/NetsiteCMS/pageid/201/Georgian%20Properties/index.html>, Consultado a 29 de Junho de 2016.

CASO DE ESTUDO: BELÉM-ALCÂNTARA

40- Pormenor de Vista do Mosteiro dos Jerónimos e Rua Direita de Belém, por Pier Maria Baldi em 1669. (p.47)

Fonte: Livro Luz e Cor da Rua da Junqueira, Consultado a 10 de Março de 2016.

41- Quinta da Praia, cujo Palácio tinha sido construído no 2º quartel do século XVI, por D. Manuel de Portugal. (p.48)

Fonte: http://lisboadeantigamente.blogspot.pt/2016/01/palacio-da-quinta-da-praia_4.html Consultado a 1 de Outubro de 2016.

42- Pormenor da Planta Topográfica da Marinha da Cidade de Lisboa Ocidental e Oriental 1727. (p.49)

Fonte: Livro Luz e Cor da Rua da Junqueira, Consultado a 10 de Março de 2016.

43- Pormenor da zona da Junqueira da Planta da Cidade de Lisboa na margem do rio Tejo. (p.50)

Fonte: Livro Luz e Cor da Rua da Junqueira, Consultado a 10 de Março de 2016.

44- Detalhe da planta “Descrição e Plantas da costa dos castelos e fortalezas”. (p.50)

Fonte: Livro Luz e Cor da Rua da Junqueira, Consultado a 10 de Março de 2016.

45- Vista parcial da Planta Topográfica da Marinha da Cidade de Lisboa Ocidental e Oriental 1727. (p.51)

Fonte: Livro Luz e Cor da Rua da Junqueira, Consultado a 10 de Março de 2016.

46- Pormenor da Freguesia da Ajuda in Plantas da Freguesia de Lisboa desenhadas por Isaias Newton, 1888. (p.52)

Fonte: Livro Luz e Cor da Rua da Junqueira, Consultado a 10 de Março de 2016.

47- Pormenor da “Vista e perspetiva da Barra, Costa e Cidade de Lisboa” de Bernardo de Caula, 1763. (p.53)

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal-<http://purl.pt/13906/2/>, Consultado a 15 de Março de 2016.

48- Imagem da Exposição do Mundo Português, 1940. (p.56)

Fonte: <https://largodoscarrinhos.wordpress.com/2013/06/23/uma-data-de-datas-xxxiii-exposicao-do-mundo-portugues/>. Consultado a 2 de Janeiro de 2016.

49- Fotografia da Exposição do Mundo Português – futuros terrenos do CCB. (p.57)

Fonte: Livro *Belém* Belém- Reguengos da Cidade, Consultado a 12 de Maio de 2016.

50- Fotografia do Planetário Calouste Gulbenkian. (p.57)

Fonte: <http://www.feriasemportugal.com/planetario-de-lisboa-calouste-gulbenkian>, Consultado a 12 de Maio de 2016.

51- Fotografia aérea do Centro Cultural de Belém. (p.58)

Fonte: <http://www.panoramio.com/photo/9129737>, Consultado 12 de Maio de 2016.

52- Fotografia aérea do Novo Museu dos Coches do arquiteto Paulo Mendes da Rocha. (p.59)

Fonte: <http://s302.photobucket.com/user/mourarq/media/ScreenShot003-1.jpg.html>.

53- Fotografia do MAAT no dia da inauguração. (p.60)

Fonte: <https://2.bp.blogspot.com/-IPgiLqskBKA/Vuk4g280FBI/AAAAAABEJg/68eRI4FiB40dmBR1Kkr98YKTDhj4KecYw/s1600/Novo%2BMuseu%2Bem%2BLisboa%2BIV.jpg>.

54- Render do interior do Museu. (p.60)

Fonte: http://images.impresa.pt/bcbm/2016-10-07-14570783_1528498643842284_6144880791852459333_o.jpg-1/original.

55- Panorâmica do conjunto da Central Tejo e do MAAT. (p.61)

Fonte: http://wm.obsnookie.com/?bl=http://img.obsnookie.com/o=80/c=AR1.91x1/http://s3.observeador.pt/wp-content/uploads/2016/09/29184919/479-maat-river-view_copyright-al_a_770x433_acf_cropped.jpg.

56- Análises históricas e evolutivas das três freguesias: Belém, Ajuda, Alcântara desde o século XVI até 2016. (p.63)

Fonte: Autor.

57- Planta da Cidade de Lisboa. (p.64)

Fonte: Autor.

58- Planta da Cidade de Lisboa com a marcação das principais vias e transportes públicos. (p.64)

Fonte: Autor.

59- Gráfico do número de residentes e edifícios das três freguesias. (p.65)

Fonte: INE Recenseamento Geral da População, 2011

60- Planta de localização dos monumentos e hotéis. (p.66)

Fonte: Autor, Estatística dos visitantes 2015, Monumentos, Museus e Palácios da DGPC, Relatório de Contas 2015 EGEAC

61- Planta do Património de Belém, Ajuda e Alcântara segundo o PDM de Lisboa. (p.67)

Fonte: Autor.

62- Planta de Funções dos edifícios da Rua da Junqueira. (p.68)

Fonte: Autor.

63- Planta do estado de Conservação dos edifícios da Rua da Junqueira. (p.69)

Fonte: Autor.

64- Levantamento dos espaços verdes e árvores da Rua da Junqueira. (p.70)

Fonte: Autor e Google Maps

65- Planta da Cidade de Lisboa de Filipe Folque 1856-58. (p.71)

Fonte: Cartografia acedida na Faculdade de Arquitetura- Universidade de Lisboa.

66- Esquema de localização dos dez Palácios na Rua da Junqueira. (p.72)

Fonte: Autor.

67- Planta da Rua da Junqueira de Silva Pinto. (p.77)

Fonte: Cartografia acedida na Faculdade de Arquitetura- Universidade de Lisboa.

68- Fotografia da Fábrica da Cordoaria Nacional antes da demolição dos torreões. (p.78)

Fonte: http://lh5.ggpht.com/-aVzaaQUuPBQ/VDJH_vXM7WI/AAAAAABWC8/2hC-DmqcTeM/s1600-h/Corodoaria-Nacional6.jpg Consultado a 8 de Junho de 2016.

69- Vista aérea do Arsenal de Marinha. (p.79)

Fonte: <http://restosdecoleccion.blogspot.pt/2014/10/arsenal-da-marinha.html>.

70- Planta do projeto original da Real Cordoaria. Cerca de 1778. (p.80)

Fonte: Anexos da Tese Final de Mestrado -Novos Usos para o Património Industrial de Susana Ayres, Consultado a 10 de Junho de 2016.

71- Planta da Real Cordoaria e Cortes transversais e longitudinais da Real Cordoaria. Cerca de 1851. (p.81)

Fonte: Anexos da Tese Final de Mestrado -Novos Usos para o Património Industrial de Susana Ayres, Consultado a 10 de Junho de 2016.

72- Planta da Cordoaria.1888. (p.82)

Fonte: Anexos da Tese Final de Mestrado -Novos Usos para o Património Industrial de Susana Ayres, Consultado a 10 de Junho de 2016.

73- Análise histórica e evolutiva da Cordoaria Nacional. (p.83)

Fonte: Autor.

74- Planta de 19 de Novembro de 1942 do edifício da Cordoaria Nacional. (p.84)

Fonte: Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais.

PROJETO URBANO E ARQUITETÓNICO

75- Ortofotomapa com a área de intervenção marcada a cor. (p.85)

Fonte: Google Maps Consultado a 5 de Outubro de 2016.

76- Fotografia tirada na ponte junto ao torreão nascente da Cordoaria. (p.85)

Fonte: Autor.

77- Fotografia do jardim do Museu da Eletricidade. (p.85)

Fonte: Autor.

78- Fotografia dos terrenos entre o Centro de Congressos e a Cordoaria. (p.85)

Fonte: Autor.

79- Fotografia tirada na ponte junto ao novo Museu dos Coches. (p.85)

Fonte: Autor.

80- Perspetiva da Rua da Junqueira, com destaque aos estacionamento projetados. (p.87)

Fonte: Autor.

81- Planta de delimitação das três zonas de intervenção. (p.89)

Fonte: Autor.

82- Desenho de estudo da envolvente da Cordoaria Nacional. (p.90)

Fonte: Autor.

83- Desenho de estudo da envolvente do Centro de Congressos. (p.90)

Fonte: Autor.

84- Planta Estratégica do Projeto Urbano. Zona A. (p.91)

Fonte: Autor.

85- Desenho do interior da praça do Novo Museu dos Coches: nova proposta. (p.91)

Fonte: Autor.

86- Desenho do interior da praça do Novo Museu dos Coches: nova proposta. (p.91)

Fonte: Autor.

87- Planta de Intervenção na zona B. (p.92)

Fonte: Autor.

88- Cortes transversais e pormenores construtivos da Rua da Junqueira. (p.93)

Fonte: Autor.

89- Corte a passar na nova proposta de estacionamento entre a Cordoaria e a FIL. (p.93)

Fonte: Autor.

90- Planta de Intervenção na zona C. (p.94)

Fonte: Autor.

91- Desenho Técnico de uma caldeira. (p.95)

Fonte: Autor baseado nos estudos do programa Pavimentar Lisboa 2015-2020 da Calçada do Mirante.

92- Desenho Técnico do Cruzamento do hospital Egas Moniz. (p.95)

Fonte: Autor baseado nos estudos do programa Pavimentar Lisboa 2015-2020 da Calçada do Mirante.

93- Fotografia aérea da Rua da Junqueira com destaque dos três edifícios a intervir. (p.96)

Fonte: Google maps.

94- Alçados e planta de cobertura do Palácio da Quinta das Águias. (p.97)

Fonte: Autor.

95- Plantas dos quatro pisos do Palácio da Quinta das Águias. (p.99)

Fonte: Autor.

96- Planta de conjunto edificado do Palácio Quinta das Águias. (p.100)

Fonte: Autor.

97- Alçado Este do Palácio Quinta das Águias. (p.100)

Fonte: Autor.

98- Análise Evolutiva do Palácio dos Condes da Ribeira Grande. (p.101)

Fonte: Autor.

99- Planta dos Esquema de Usos do Palácio dos Condes da Ribeira Grande.

(p.102)

Fonte: Autor.

100- Planta do conjunto edificado do Palácio dos Condes da Ribeira Grande.

(p.104)

Fonte: Autor.

101- Corte e Alçado frontal do Palácio dos Condes da Ribeira Grande. (p.104)

Fonte: Autor.

102- Fotografia aérea da Cordoaria Nacional. (p.105)

Fonte: http://www.cm-lisboa.pt/uploads/pics/tt_address/cordoaria-nacional-ALA_2743.jpg.

103- Planta de demolições dentro da Cordoaria Nacional. (p.106)

Fonte: Autor.

104- Axonometria do edifício da Cordoaria com destaque para as novas volumetrias. (p.107)

Fonte: Autor.

105- Planta de usos e serviços e planta com delimitação de pátios. (p.107)

Fonte: Autor.

106- Corte do restaurante no torreão da chaminé. (p.109)

Fonte: Autor.

107- Planta do restaurante no torreão da chaminé. (p.109)

Fonte: Autor.

108- Planta da cozinha do restaurante. (p.109)

Fonte: Autor.

109- Corte das oficinas e do auditório. (p.110)

Fonte: Autor.

110- Planta das oficinas e do auditório. (p.110)

Fonte: Autor.

111- Corte da sala das exposições temporárias. (p.111)

Fonte: Autor.

112- Planta da sala das exposições temporárias. (p.111)

Fonte: Autor.

113- Planta das Novas acessibilidades. (p.111)

Fonte: Autor

114- Corte construtivo da ala sul. (p.112)

Fonte: Autor

1- INTRODUÇÃO

1.1- Enquadramento e justificação do tema

O trabalho com o título “*Reabilitação de Edifícios Patrimoniais como Estratégia de Requalificação da Rua da Junqueira*”, surge na continuidade do trabalho realizado em 2014 para a Unidade Curricular de Laboratório de Projeto V, onde foi proposto a requalificação do quarteirão que tinha como limites a Rua da Junqueira, a Av. da Índia, o novo Museu Nacional dos Coches e o torreão poente da Cordoaria Nacional. Este projeto despertou-nos o interesse para um edifício em particular, a Cordoaria Nacional, que hoje se encontra parcialmente degradado. Com o decorrer dos estudos e levantamentos, o foco primordial mudou de escala e passou a incluir um conjunto de questões de trabalho: Qual a importância que tem a Cordoaria Nacional, o Palácio das Águias e o Palácio dos Condes da Ribeira Grande, para a leitura urbana da cidade? Será mais rentável reabilitar, requalificar e dar novos usos a este tipo de edifícios, ou construir novos? Que medidas poderemos tomar perante tais edifícios?

“Belém é um dos mais importantes polos turístico-culturais de Lisboa. Segundo o Plano Estratégico Cultural da Área de Belém para 2015, constitui uma “janela privilegiada da cidade de Lisboa para o mundo”, visto que aqui se localizam os monumentos mais emblemáticos e marcantes, como o Mosteiro dos Jerónimos - com a Praça do Império -, a Torre de Belém - com o Tejo em pano de fundo -, e o Padrão dos Descobrimentos”.

(LAMAS, 2015:5)

A área que vai de Belém a Alcântara, contém um conjunto patrimonial diversificado de alto nível, não apenas nacional mas também mundial, constituído por monumentos, jardins, museus e equipamentos culturais e científicos. O território de génese urbana antiga foi transformado a poente em

1940 pela exposição do Mundo Português, em 1992, pela construção do Centro Cultural de Belém, e pelo novo Museu Nacional dos Coches em 2015.

Segundo o Plano Estratégico Cultural da Área de Belém para 2015, Belém é também um valor único e diferenciado, devido a (VITORINO, 2015): i) ser um território com monumentos e museus que celebram a nossa presença única na Europa e no Mundo, contando com dois bens classificados como património cultural da humanidade (Mosteiro dos Jerónimos e Torre de Belém), com aptidão natural para cruzar passado e futuro; ii) distinguir-se por possuir um património monumental contemporâneo, que lhe confere uma modernidade e um cosmopolitismo que “dialoga” com os bens patrimoniais históricos; iii) conter espaços públicos amplos, com jardins e vistas largas, que permitem juntar muitas pessoas, não só turistas, que enchem Belém em tempos de lazer, criando uma atmosfera de descontração essencial ao equilíbrio da vida da grande metrópole; iv) possuir uma vida própria expressa em múltiplos usos náuticos e desportivos, para além de ser um cenário privilegiado para o cada vez mais valorizado andar a pé ou correr; v) ser sede da Presidência da República, com toda a carga simbólica e de solenidade institucional.

Belém, nos dias de hoje, continua a ser uma área histórica importante para a Cidade de Lisboa. Com o presente trabalho, propõe-se um alargamento dessa área histórica e turística para a palaciana Rua da Junqueira, promovendo um processo de reabilitação em edifícios que se encontram com algum grau de degradação.

1.2- Área de intervenção

A área objeto de análise tem uma dimensão de 100ha, a Rua da Junqueira tem um comprimento de 1800m e uma área a requalificar de 110 600m² de espaço público incluindo jardins e praças no quarteirão delimitado pela Rua da Junqueira e pela Avenida da Índia.



A área é limitada a oeste, pelo cruzamento da Calçada da Ajuda, Rua de Belém e Rua da Junqueira, a este pela Travessa do Conde da Ponte, a norte pela Travessa das Zebras, Calçada da Boa Hora, Rua Filipe Vaz, Calçada de Santo Amaro, e por fim a sul pela margem do rio Tejo. A Rua da Junqueira está inserida na freguesia de Belém e na freguesia de Alcântara.

Figura 2 Cima e Figura 3 Baixo: Enquadramento da área de Intervenção. Destaque para a Rua da Junqueira.

1.3- Questão de partida e hipóteses de trabalho

O estudo a desenvolver neste Projeto Final de Mestrado pretende responder à seguinte questão:

Pode a reabilitação de edifícios patrimoniais contribuir para a requalificação da Rua da Junqueira e dar continuidade à área monumental de Belém?

Como resposta provisória a esta questão, surgiram as seguintes hipóteses:

- A reabilitação de edifícios patrimoniais na Rua da Junqueira potencia a sua requalificação, prolonga a área monumental da zona de Belém e potencia a atração de visitantes.
- A reabilitação de edifícios patrimoniais na Rua da Junqueira permite promover o acesso a atividades culturais por parte da população residente na área próxima e na de influência de Lisboa e também de turistas.

1.4- Objetivos

Colocadas as hipóteses do trabalho, neste Projeto Final de Mestrado pretendemos atingir os seguintes objetivos:

Na componente de investigação é nosso objetivo avaliar as configurações da área de análise e intervenção e a inscrição da população nesta área da cidade - Belém-Alcântara. Em complementaridade, é nossa intenção analisar as relações entre população e o uso dos espaços públicos, assim como conhecer as necessidades e aspirações dos residentes quer no domínio da habitação, dos equipamentos ou ao nível dos espaços públicos.

O problema que o presente trabalho levanta traduz-se na reflexão do modo como três grandes edifícios como a Cordoaria Nacional, o Palácio dos Condes da Ribeira Grande e a Quinta das Águias podem ser recuperados de forma a requalificar a Rua da Junqueira, e de criar uma continuidade com a área monumental de Belém pela Rua da Junqueira.

Assim, no plano dos objetivos específicos e estratégia, pretende-se reestruturar todos os eixos de acesso à frente rio: Rua Mécia Mouzinho de Albuquerque, Travessa da Guarda, Travessa do Pinto, Travessa da Praia, Travessa da Galé, Travessa Conde da Ponte, Rua da Cozinha Económica.

Para a requalificação da Rua da Junqueira, é necessário pensar numa ligação com a área monumental de Belém e criar uma continuidade no percurso turístico tanto na frente ribeirinha como no interior, desde a rua Bartolomeu Dias, até ao fim da Rua da Junqueira.

Pretende-se ainda dar uma nova vida à Rua da Junqueira, através da criação de espaços de lazer como jardins, bares, cafés, restaurantes, anfiteatros ao ar livre etc., usando os atuais parques de estacionamento entre a Cordoaria e a FIL, e o estacionamento entre a FIL e a CUF (Praça das Industrias), e repensar os estacionamentos subterrâneos.

Para a Cordoaria Nacional, é feita a proposta de recuperação, restauro, conservação e reutilização com o propósito de recolocação do novo Museu Nacional dos Coches num espaço com grande dignidade, contemporâneo de muito daquele espólio museológico e com a capacidade de o acolher desafogadamente bem como todos os seus acessórios. Para além do museu, propomos ainda um conjunto de outros usos complementares, como a escola de restauro, museu da Cordoaria, Cafés, restaurantes, Auditórios, espaços para eventos e exposições temporárias, assim com toda a requalificação dos espaços envolventes, e principais artérias de acesso ao edifício.

Pretende-se recuperar, restaurar, conservar e reutilizar o Palácio dos Condes da Ribeira Grande e o Palácio da Quinta das Águias, de modo a preservar o edificado histórico da Cidade e impedir a sua degradação, devolvendo assim os Palácios e as suas histórias à cidade. A proposta passa então por criar um hotel no atual Palácio das Águias, onde os seus jardins poderão ser visitados pelo público, de forma a dinamizar a Rua da Junqueira e as suas vivências, e um condomínio habitacional no Palácio dos Condes da Ribeira Grande.

1.5- Metodologia

A metodologia adotada no trabalho é a de estudo de caso com uma abordagem qualitativa. Para a realização do trabalho iremos mobilizar um conjunto de técnicas de recolha e análise da informação (observação direta, análise documental e inquérito por questionário) para que o fenómeno a estudar esteja coberto nas suas múltiplas e variadas dimensões.

Esta recolha informativa irá depois alicerçar a criação do programa para a *Reabilitação de Edifícios Patrimoniais como Estratégia de Requalificação Urbana da Rua da Junqueira* a ser desenvolvido a nível projetual e que pretende contribuir para um bem-estar social e qualidade de vida dos residentes e utilizadores da área de intervenção. Este trabalho será estruturado em quatro momentos distintos mas interdependentes e relacionados entre si.

Uma primeira fase recai na análise de referências bibliográficas e de documentos históricos e outros que possam ajudar a responder aos intuitos da proposta projetual a desenvolver. Nesta fase far-se-á também a investigação e análise, com recurso a casos de estudo de relevância internacional. Os métodos a serem utilizados nesta fase baseiam-se na recolha e análise crítica de textos, imagens e documentários.

Numa segunda fase far-se-á o enquadramento, a contextualização e a análise da área de estudo. As técnicas a utilizar serão a observação direta das práticas espaciais da população na área de estudo, assim como os dados estatísticos, designadamente a informação estatística dos últimos recenseamentos gerais da população (INE) que possibilitarão caracterizar a população e a área de intervenção. Uma outra técnica será a realização de inquéritos por questionário a residentes e a frequentadores da área de Belém e da Rua da Junqueira, e a realização de entrevistas exploratórias aos moradores da Rua da Junqueira, e a algumas entidades, designadamente do atual Museu Nacional dos Coches e da Cordoaria Nacional, com a finalidade de conhecer as aspirações e expectativas dos residentes e dos atores locais.

Foram também analisados os planos, projetos com incidência e influencia na área de intervenção, com a finalidade de conhecer as intenções e o seu resultado, quando aplicados.

No culminar desta fase foi elaborado um diagnóstico SWOT, definindo-se objetivos gerais e objetivos específicos a atingir no trabalho final.

Uma terceira fase incidirá sobre a análise e descrição dos resultados obtidos nas fases anteriores, procurando-se testar as hipóteses e as questões de trabalho e melhor compreender o tema e o problema em análise.

Em síntese, a fase de investigação, composta pelas três fases referidas, foi fundamental para a definição do tipo, valências e funções dos projetos a propor. A consulta e análise de bibliografia e a realização de observações exploratórias permitiram a formulação da pergunta de investigação e das hipóteses de trabalho. O objetivo foi perceber a partir dos resultados, a adequação dos espaços propostos a nível projetual ao perfil dos utilizadores.

Por fim, a fase final implicou uma maior focalização na proposta de projeto final. A aplicação prática numa proposta projetual, dos conhecimentos adquiridos anteriormente na fase de investigação, em que foi essencial definir-se uma estratégia geral, um programa e uma escolha projetual para os três edifícios patrimoniais a intervir.

1.6- Estrutura do Projeto Final de Mestrado

O processo deste projeto tem uma composição teórico-prática que se traduz em quatro partes.

A parte teórica corresponde ao primeiro capítulo *Estratégia de Intervenção em Áreas Monumentais*, que visa estudar os conceitos de monumento, de área monumental e património, e os principais conceitos e estratégias de intervenção urbana.

O segundo capítulo é referente aos *Projetos de Referência*. Neste capítulo pretende-se constituir uma análise comparativa de conjuntos culturais de

referência, no que diz respeito aos seus impactes nas cidades e nas áreas monumentais em que se inserem, são eles, a Cidade de Bilbao, uma intervenção à escala da cidade, o *Museumsinsel* em Berlim e o *Museums Quartier* em Viena, ao nível do quarteirão, e o Museu Nacional Centro de Arte Rainha Sofia, em Madrid ao nível do edifício. Ainda neste capítulo, estudámos e analisámos duas Cordoarias: a Cordoaria *Real de Rochefort*, em França e a Cordoaria *Vitoriana* no Reino Unido.

De seguida, o terceiro capítulo é destinado ao *Caso de Estudo: Belém-Alcântara*, onde se realizou um levantamento histórico, descrevendo a origem da Rua da Junqueira e, após diversas observações *in situ*, procedemos ao levantamento de todos os edifícios patrimoniais da Rua, com destaque para os três edifícios com maior importância no projeto, a Cordoaria Nacional, o Palácio da Quinta das Águias e o Palácio dos Condes da Ribeira Grande. Este capítulo contém ainda as análises da área de intervenção, a nível demográfico, de funções, estado de conservação, tipologias dos edifícios, traçado urbano, espaços verdes e hierarquias viárias.

De forma conclusiva surge um último capítulo *Projeto Urbano e Arquitetónico* que introduz a parte projetual e fará a síntese de todo o trabalho desenvolvido, dos processos de aprendizagem e conceitos aplicados. Este capítulo encontra-se dividido em dois, o projeto urbano da Rua da Junqueira, e o projeto arquitetónico do Palácio da Quinta das Águias, do Palácio dos Condes da Ribeira Grande e da Cordoaria Nacional, objeto de destaque de todo o Projeto Final de Mestrado.

Em anexo está inserido um conjunto de elementos que contribuíram para a definição do projeto: fotografias das maquetes; levantamento de todos os edifícios da Rua da Junqueira (Fichas); cronologias dos três edifícios e as respetivas reportagens fotográficas; projetos e materialidades de referência; as listas de todas as peças museológicas a colocar no museu; e por fim, a estimativa das obras de urbanização previstas para a Rua da Junqueira, e a estimativa das obras privadas.

2- ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO EM ÁREAS MONUMENTAIS

Para o desenvolvimento e interpretação do trabalho tendo em conta a Área Monumental de Belém e a sua continuidade pela Rua da Junqueira, foram estudados alguns conceitos, a saber: Património, Monumentos, Área Monumental e os conceitos e estratégias de intervenção urbana designadamente Reabilitação, Revitalização, Requalificação, Reconversão.

Neste capítulo iremos abordar os conceitos acima descritos, com o objetivo de clarificá-los, por forma a dar ao trabalho uma base para estruturar uma estratégia de intervenção na Rua da Junqueira e nos seus edifícios patrimoniais.

2.1- Do património monumental ao património urbano

O património é um termo e um elemento que nas últimas décadas se tem estudado de forma sistemática e um dos objetos que faz parte das intervenções urbanas. É uma palavra muito antiga, ligada na sua origem às estruturas familiares, económicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizado no espaço e no tempo. No entanto, nos dias de hoje, a palavra património prossegue com um percurso diferente (CHOAY, 1999).

É no séc. XIX, que as manifestações de cuidados e de preocupações relacionadas com o restauro e conservação do património despontam de uma forma premeditada e explícita ao nível científico e técnico, visto que antes, a noção de património tendia em atribuir apenas aos monumentos o direito à conservação e proteção, devido ao seu valor histórico. Nesta época surgem várias correntes, com visões diferentes no que diz respeito à forma de intervir no património monumental, e várias teorias de conservação, onde se destacam John Ruskin e Eugène Viollet-le-Duc, com posições diametralmente opostas.

John Ruskin (1819-1900), escritor e crítico britânico, de ideais socialistas, publicou em 1849, o livro *The Seven Lamps of Architecture*, e dois anos depois,

The Stones of Venice, que assentava na ideia de uma conservação patrimonial mais restrita e minimalista, baseada na aceitação e valorização da ruína, em detrimento da intervenção e restauração (MAGALHÃES, 2008). A teoria de conservação de Ruskin apoiava-se na preservação da imagem do monumento sem variações temporais, opondo-se às transformações por adição ou subtração de partes de um monumento.

Eugène Viollet-le-Duc (1841-1879), arquiteto francês ligado à arquitetura revivalista, estudou na Escola de Belas Artes de Paris, desenvolvendo o seu trabalho nas áreas do restauro em particular, catedrais e castelos medievais, como a Catedral de Notre Dame, Saint Chapelle, La Madeleine de Vézelay entre outros. Considerava-se autorizado a preencher as lacunas deixadas pelos danos nos edifícios. Para Viollet-le-Duc os edifícios históricos deviam ser restaurados ao melhor estado possível desde que estivessem coerentes com a natureza verdadeira da concepção original da construção. Em 1866 publicou o oitavo volume do *Dictionnaire Raisonné de l'Architecture Française du XIème au XVIème Siècle* onde foi apresentada a sua definição de restauro.

“Restaurar um edifício não significa repará-lo, reconstruí-lo ou mantê-lo. Significa restabelecê-lo no seu estado mais completo, que pode até nunca ter existido”.

(VIOLLET-LE-DUC, 2000:17)

Entre estes dois extremos opostos, surgem teóricos com visões intermédias, como o arquiteto italiano Camillo Boito (1836-1914), que estabelece alguns princípios, que são aplicados nos dias de hoje, como por exemplo, a necessidade de diferenciar as partes originais e as partes restauradas de um determinado monumento. O autor elabora uma teoria, favorável à conservação dos acréscimos incorporados numa obra.

Gustavo Giovannoni, Luca Beltrami e Camillo Boito avançam com a Teoria do Restauro Científico, em 1912, uma teoria que defende a conservação em relação

ao restauro, aceitando-a com limitações e como forma de consolidação (MACARRÓN, 2008).

Para a historiadora Françoise Choay, o património histórico é uma expressão que designa um “fundo” destinado ao usufruto de uma comunidade alargada, é constituído por uma acumulação de objetos que congregam a sua pertença comum ao passado (CHOAY, 1999).

O património é um bem inestimável a preservar pelo seu valor histórico, cultural, arquitetónico, simbólico e científico, que está presente no nosso quotidiano, e é indissociável da realidade socioeconómica, requerendo conhecimento, proteção e valorização.

“Para nós, património é tanto a obra-de-arte, a ruína, o objeto-construção, a arquitetura de um edifício (o monumento clássico), como o lugar-ambiente, os núcleos urbanos a que (mal) chamamos centros históricos, ou seja, a cidade antiga e a cidade consolidada. É património o território e a paisagem humanizada, enquanto arquiteturas de vasta escala, ou seja, organizações voluntárias do espaço feitas por (e portadoras dos valores dos) homens. É também património (intangível) o saber que permitiu projetar, construir, manter ou alterar”.

(AGUIAR, 2008:4)

Também ao nível das publicações sobre o tema, podemos destacar *Urbanidade e Património* onde se salienta as questões do património e da requalificação do património construído e das áreas envolventes.

“(...) recolocar no âmbito mais vasto da requalificação urbana as questões que se levantam na sociedade portuguesa relativamente à salvaguarda e à conservação do património em Portugal, assim como à qualificação das respetivas envolventes”.

(GOMES, 1998:7)

Ou seja, intimamente ligada à salvaguarda do património edificado está a consequente requalificação urbana, pois ao reabilitar os edifícios está-se, de forma automática, a permitir uma cidade melhor. Cada cidade tem os seus edifícios, que a caracterizam e identificam e, numa época de globalidade, “(...) *já não nos podemos dar ao luxo de deixar destruir o nosso património urbano sem aceitarmos que com tal atitude estamos a destruir um elemento estratégico da competitividade dos nossos núcleos urbanos*”, pois “*As cidades tornam-se conhecidas pelo que as diferencia*” (GOMES, 1998:7).

O autor defende um ponto fundamental para o património nos dias de hoje.

“ (...) Construir novos elementos diferenciadores torna-se infinitamente mais caro que manter os existentes e o sucesso da novidade não é garantido (...) a memória de cada comunidade urbana assenta no seu património (...) património é raiz, referência daquilo que foram outros que habitaram o nosso espaço memória”

(GOMES, 1998:7)

Também para Moura Flores, a palavra património é associada frequentemente à ideia de “herança paterna”, atualmente “ Bens Culturais”, a qualquer uma destas visões é alicerçada sempre um valor, algo com singularidade, de pertença pessoal, local ou universal (FLORES, 1998).

Para o autor, os três valores que caracterizam uma determinada estrutura edificada e que lhe confere um estatuto de Monumento Histórico, como referenciado na época da Revolução Francesa e que hoje, com o alargar dos conceitos, lhe atribui o valor de património, são eles, valores económicos, valores artísticos ou estético e valores cognitivos ou de memória (FLORES, 1998).

Kevin Lynch refere-se aos elementos marcantes da imagem urbana da cidade. O autor classifica em cinco tipos os referidos elementos: vias, limites, bairros, cruzamentos e elementos marcantes (LYNCH, 1960). Interessa dar destaque a

este último, que o autor descreve como pontos de referência, simbólicos, variáveis em tamanho e auxiliares na percepção da cidade.

“São normalmente representados por um objeto físico, definido de um modo simples: edifício, sinal, loja ou montanha (...) alguns pontos marcantes situam-se a grandes distâncias, acima dos cumes de outros elementos mais pequenos, e são usados como referências radiais”.

(LYNCH, 1960:59)

Para o autor os elementos marcantes têm de ser trabalhados em conjunto *“de modo a conseguir uma forma satisfatória”*. Os elementos marcantes *“não só estruturam a região internamente como também intensificam a identidade do todo, enriquecendo e aprofundando o seu carácter”* (LYNCH, 1960:95).

Nestes elementos marcantes destaca-se o património que ao longo do tempo têm vindo a ser valorizado e classificado através de um conjunto de cartas e convenções, das quais destacamos as que a seguir apresentamos de forma resumida.

Cartas e Convenções

1931

Em 1931 realiza-se a Primeira Conferência Internacional para a Conservação dos Documentos, com uma recomendação a nível internacional para a conservação do património e sua preservação.

1964

Na década de sessenta do século XX surgem os primeiros instrumentos de proteção do património urbano especificamente sobre a conservação e restauro dos monumentos e dos sítios, com a publicação da Carta de Veneza.

1972

A Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, UNESCO, organiza a Convenção para a Proteção do Património Cultural e Natural Mundial criando a lista de Património Mundial. Assim, todos os elementos classificados como património cultural e natural reconhecidos universalmente, ou seja, constantes na lista de Património Mundial, passam a ostentar o título de Património Mundial ou da Humanidade, adquirindo proteção perante o público em geral (ALMEIDA, 1993).

1975

Na Carta Europeia do Património Arquitetónico, este mesmo *“património arquitetónico europeu é formado não apenas pelos nossos monumentos mais importantes mas também pelos conjuntos que constituem as nossas cidades antigas e as nossas aldeias com tradições no seu ambiente natural ou construído”* (CE, 1975).

2000

A Carta de Cracóvia sobre os princípios para a conservação e o restauro do Património Construído reforça a responsabilidade das comunidades perante a gestão dos seus valores culturais enquanto constituintes da sua identidade, o que se virá a refletir na evolução dos valores sociais e científicos.

2009

A Carta de Bruxelas tem como objetivo analisar o alcance e a natureza da influência que exercem as atividades relacionadas com o património no sistema económico dos países e comunidades europeias, valorizando o património cultural e promovendo-o nas escolas garantindo assim o conhecimento e o acesso universal aos bens e serviços culturais.

Património industrial

Em 2003 realizou-se a Assembleia Geral do TICCIH, The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage (Comissão Internacional para a Conservação do Património Industrial) com o objetivo de realizar uma carta do património industrial.

Nesta carta consta a seguinte definição: *património industrial compreende os vestígios da cultura industrial que possuem valor histórico, tecnológico, social, arquitetónico ou científico. Estes vestígios englobam edifícios e maquinaria, oficinas, fábricas, minas e locais de processamento e de refinação, entrepostos e armazéns, centros de produção, transmissão e utilização de energia, meios de transporte e todas as suas estruturas e infraestruturas, assim como os locais onde se desenvolveram atividades sociais relacionadas com a indústria, tais como habitações, locais de culto ou de educação* (TICCIH, 2003:3). O património industrial reveste um valor social como parte do registo de vida dos homens e mulheres comuns e, como tal, confere-lhes um importante sentimento identitário. Na história da indústria, da engenharia, da construção, o património industrial apresenta um valor científico e tecnológico, para além de poder também apresentar um valor estético, pela qualidade da sua arquitetura, do seu *Design* ou da sua conceção.

Em Portugal o património industrial começou a ser estudado, salvaguardado e divulgado de um modo mais científico e sistemático, com base num corpo teórico e/ou conceptual, essencialmente a partir dos anos oitenta do século XX.

A estratégia de salvaguarda está refletida nalgumas características do património industrial, a saber: i) o património industrial reflete valores de memória, antiguidade, originalidade, raridade, singularidade ou exemplaridade; ii) o património industrial integra ainda valores tecnológicos, científicos, sociais, económicos e estéticos; iii) o património industrial associa-se comumente a uma época cronológica precisa – Revolução Industrial. Deve, no entanto, entender-se este património num tempo longo, sendo a Revolução Industrial o momento de mudança, transformação e sincretismo das fases pré-industriais,

proto-industriais, manufactureiras e industriais; iv) o património industrial integra todos os bens resultantes de uma atividade produtiva desenvolvida ao longo de gerações; v) entenda-se, também, por património industrial o legado material e imaterial produzido pelos diferentes agentes sociais e económicos que perpetuam a memória coletiva.

Neste quadro do património industrial, encontramos o caso da Cordoaria Nacional. É uma obra do arquiteto Reinaldo Manuel dos Santos (1731 – 1791), é um Monumento Nacional (MN), Decreto n.º 2/96, DR, 1.ª série-B, n.º 56 de 06 março 1996, imóvel com valor excecional, cujas características deverão ser integralmente preservadas. Incluem-se neste grupo, com exceções, os objetos edificados classificados como Monumento Nacional.

2.2- Monumento e área monumental

Para Choay (1999), Património Edificado e Monumentos Históricos, são duas expressões que deixam de ser sinónimas. Os Monumentos Históricos, a partir dos anos 60 do século XX são constituídos por parte de uma herança que não pára de aumentar, devido à anexação de novos bens.

Em França, surge a primeira comissão dos monumentos históricos, em 1837, que distinguia três grandes categorias: vestígios da antiguidade, edifícios religiosos da Idade Média e por fim alguns castelos. Já no final da Segunda Grande Guerra, o número de bens anexados aos inventários, teriam sido multiplicado por dez.

Desde então, todas as outras formas de arte passam a ser denominadas por uma expressão oriunda de Itália, *Arquiteturas Menores*, designando construções privadas não monumentais, emparelhando com as formas de arte de edificar eruditas ou populares, urbanas ou rurais.

O domínio patrimonial deixa de estar limitado aos edifícios individuais e passa a compreender conjuntos edificados, bairros urbanos, aldeias e, até mesmo, cidades, como demonstra a lista estabelecida pela UNESCO sobre Património Mundial (CHOAY, 1999).

Na continuidade dos conceitos anteriormente estabelecidos e, visando o desenvolver do projeto, surge a necessidade de explorar o conceito de monumento para definir “área monumental”.

A palavra latina *monumentum* remete para a raiz indo-européia *men*, que exprime uma das funções essenciais do espírito (*mens*), a memória (*memini*). O verbo *monere* significa fazer recordar, de onde avisar, iluminar, instruir. O *monumentum* é um sinal do passado. Atendendo às suas origens filológicas, o monumento é tudo aquilo que pode evocar o passado e perpetuar a recordação, por exemplo, os atos escritos (LE GOFF, 1924).

“Monumentos são marcos humanos, que os homens criaram como símbolos das suas ideias, dos seus objetivos e das suas

ações. Eles são destinados a sobreviver ao período que lhes deu origem e constituem um património para as gerações futuras. Como tal, eles formam um elo entre o passado e o futuro”.

(SERT, LÉGER e GIEDION, 1947)

O conceito de monumento aplica-se a obras arquitetónicas e esculturais, e a diferentes tipos de documentos escritos e iconográficos. Considera-se que sejam obras de arte, todo e qualquer elemento ou objeto que expresse a atividade e o pensamento social de uma época.

Chama-se monumentos, segundo Choay, aos artefactos edificados por uma comunidade, para se recordarem ou fazerem-se recordar as gerações futuras pessoas, acontecimentos, sacrifícios ritos ou crenças.

“ (...) Esse passado invocado ou convocado, (...) não é um passado qualquer, foi localizado e selecionado para manter e preservar a identidade de uma comunidade, ética, religiosa, nacional, tribal ou familiar”.

(CHOAY, 1999:16)



Figura 4 Esquerda: Parthenon de Atenas.



Figura 5 Direita: Coliseu de Roma.

Para Sert, Léger e Giedion (1947) *“Os edifícios monumentais terão então espaço para estar no espaço, assim como árvores ou plantas, edifícios monumentais não podem ser colocados entre aglomerados num vulgar lote de uma cidade. Apenas quando é conseguido espaço pode o novo centro urbano ganhar vida”.* Esta conceção aqui expressa, conduz ao conceito de Área Monumental, sendo esta uma parte relativa a uma cidade, como elemento de identidade único, que não é reproduzível noutro espaço. Pode ser um elemento, uma área ou um conjunto da cidade, mas necessita de funcionar como um todo.

Paisagem e área monumental

Para Lamas (2009), paisagem, arquitetura e água são os três grandes elementos que se inter-relacionam ao longo da história tanto a nível arquitetónico, como urbanístico.

Desde o início da humanidade, o ser humano teve a necessidade de se localizar perto dos rios, como se pode observar mais à frente com o caso de Lisboa e a sua frente ribeirinha, pois estes eram fundamentais para a obtenção de alimentos e fornecimento de água às populações, de proteção e acessibilidade.

“Neste território, a água tem um papel incontornável – fonte de vida, de irrigação, de alimento a plantas e animais, benesse da Natureza, mas também ameaça permanente. Por esta razão protagoniza complexos dispositivos de proteção e de defesa dos edifícios. Mas também se constitui como elemento de composição arquitetónica, propiciando momentos de arquitetura através do seu uso e aproveitamento”.

(LAMAS, 2009: 13)

A Rua da Junqueira, originalmente era banhada pelo rio Tejo e hoje a relação com o rio mantém-se apesar de distante; a sul, a rua tem um contacto com a área monumental de Belém. Este enquadramento torna a Rua da Junqueira num elemento charneira, ladeada por paisagens: monumental e paisagística.

“RIO, (...) porta, chegada e partida... A despedida, o reencontro. A chegada da mercadoria. O encontro entre culturas. O lugar da saudade. A oportunidade da troca. Este é o lugar ribeirinho, central na vida da cidade portuária, um pilar da sua identidade”.

(GARCIA, 2009: 13)

2.3- Conceitos e estratégias de intervenção Urbana

Vistos os conceitos essenciais a abordar no trabalho, neste ponto iremos analisar a estratégia de intervenção urbana. Assim, procura-se aprofundar o conceito de reabilitação urbana, através de outros conceitos e elementos que lhe estão intrinsecamente associados, são eles, a revitalização, a requalificação, e a reconversão.

Frequentemente, o conceito de reabilitação é utilizado de forma equívoca, e os processos de intervenção não têm em conta os pressupostos que lhe são subjacentes, é pois necessário, uma perceção deste conceito.

Revitalização urbana

O conceito de revitalização urbana surge em meados da década de 1960, no Reino Unido. Inicialmente a revitalização urbana tinha como objetivo encontrar soluções para problemas existentes na malha urbana, quer de natureza mais específica como a degradação de equipamentos e edifícios, quer de natureza mais alargada e ampla como as áreas centrais ou periféricas de uma cidade.

Mais tarde o conceito de revitalização passa a ser entendido como um processo que visa tornar a vitalizar, ou seja, dar uma nova vida a um determinado edifício ou área urbana, de forma a torná-lo mais atrativo.

Segundo Fernandes (2014), a revitalização urbana transcende a reabilitação física e os efeitos sociais e económicos associados, é então mais abrangente que a reabilitação urbana, por se poderem aplicar a todas as áreas de uma cidade com ou sem identidade e características marcantes.

Segundo a DGOTDU (2011), a regeneração e a revitalização urbana visam transformar a base socioeconómica obsoleta de certas áreas urbanas, tornando-a mais sustentável através da atração de novas atividades e empresas, da modernização do tecido urbano, da melhoria do ambiente urbano e da diversificação da estrutura social.

Requalificação urbana

Segundo Moreira (2007), o conceito de requalificação urbana é muito recente em Portugal. Aparece em meados dos anos 80, e é utilizado, frequentemente, no contexto de sucessivas intervenções que ocorrem na malha urbana ao longo do tempo. Muito semelhante à reabilitação, a requalificação urbana pode ser entendida como um processo de intervenção no espaço urbano que visa a sua própria transformação. Inclui ações como a qualificação do espaço público, a requalificação ou renovação de edifícios, privados e públicos.

Para Moura *et al* (2005), a requalificação urbana é um instrumento que tem como objetivo a melhoria das condições de vida das populações, promovendo a construção de novos equipamentos e recuperação dos existentes, a beneficiação das infraestruturas e a valorização do espaço público, com medidas de dinamização social e económica. Procura a (re)introdução de qualidades urbanas, de acessibilidade ou centralidade a uma determinada área (MOURA *et al*, 2005:10). A requalificação urbana tem um carácter mobilizador, acelerador e estratégico e está principalmente voltada para o estabelecimento de novos padrões de organização e utilização dos territórios, bem como para um melhor desempenho económico.

Reconversão urbana

A reconversão urbana acontece sempre que se pretende adaptar um imóvel para uma nova função ou uso. Uma semelhante exigência funcional de apropriação do espaço provoca a introdução de novos elementos e muitas vezes subverte-se a configuração espacial original (COELHO, 1998).

Como exemplo temos a antiga Igreja de São Julião. Reconstruída após o terramoto de 1755 e nas últimas décadas transformada em parque de estacionamento, foi reabilitada para se transformar no Museu do Dinheiro. Uma arquitetura que mistura o barroco tardio com a modernidade desenhada pelo arquiteto Gonçalo Byrne no espaço ligado ao Banco de Portugal.

Reabilitação urbana

As primeiras operações de reabilitação urbana surgem em meados de 1960, como resultado das recomendações lançadas pela UNESCO no documento *Recommendation concerning the safeguarding of the beauty and character of landscapes and sites*, publicado em Dezembro de 1962 (UNESCO, 1962).

Um dos objetivos deste documento visava incentivar a preservação, e sempre que possível, o restauro das paisagens dos sítios naturais, rurais e urbanos que apresentassem interesse cultural e estético.

Em 1970 estas recomendações passaram a ter efeitos concretos. No entanto, a questão da preservação e reabilitação do património construído continuava a não ser equacionada como processo global de reabilitação de áreas e conjuntos edificados. Só em 1980 é que as operações de reabilitação urbana foram encaradas como uma nova política de intervenção urbana.

A reabilitação urbana passa então a ser entendida como uma forma de intervenção sobre a malha e tecido urbano existente, em que o património urbanístico e imobiliário é mantido e modernizado através de obras de remodelação ou beneficiação.

Segundo a DGOTDU (2011), a reabilitação urbana visa principalmente regenerar e conservar o património edificado ou o ambiente urbano, incluindo os seus ecossistemas. Para além da recuperação de edifícios históricos e de paisagens urbanas, estas atividades incluem ainda a modernização e a melhoria de equipamentos e o respeito pelas normas e regras ambientais e de segurança.

Ao longo dos últimos 80 anos muito se tem discutido e debatido sobre os conceitos, os princípios da reabilitação e os meios de atuação sobre o património, seja ele edificado, cultural ou natural. Destes debates têm sido produzidos um conjunto de recomendações, cartas ou resoluções que procuram estabelecer uma visão comum sobre estas problemáticas.

Deste modo, o entendimento destes conceitos, para efeitos da nossa estratégia de reabilitação, é o que se enquadra nas alíneas b), h) e j) do artigo 2º do

Regime Jurídico da Reabilitação Urbana¹.

Uma área de reabilitação urbana é a área territorialmente delimitada que, em virtude da insuficiência, degradação ou obsolescência dos edifícios, das infraestruturas, dos equipamentos de utilização coletiva e dos espaços urbanos e verdes de utilização coletiva, designadamente no que se refere às suas condições de uso, solidez, segurança, estética ou salubridade, justifique uma intervenção integrada, podendo ser delimitada em instrumento próprio ou corresponder à área de intervenção de um plano de pormenor de reabilitação urbana.

A reabilitação de edifícios é a forma de intervenção destinada a conferir adequadas características de desempenho e de segurança funcional, estrutural e construtiva a um ou a vários edifícios, às construções funcionalmente adjacentes incorporadas no seu logradouro, bem como às frações eventualmente integradas nesse edifício, ou a conceder-lhes novas aptidões funcionais, determinadas em função das opções de reabilitação urbana prosseguidas, com vista a permitir novos usos ou o mesmo uso com padrões de desempenho mais elevados, podendo compreender uma ou mais operações urbanísticas.

A reabilitação urbana é a forma de intervenção integrada sobre o tecido urbano existente, em que o património urbanístico e imobiliário é mantido, no todo ou em parte substancial, e modernizado através da realização de obras de remodelação ou beneficiação dos sistemas de infraestruturas urbanas, dos equipamentos e dos espaços urbanos ou verdes de utilização coletiva e de obras de construção, reconstrução, ampliação, alteração, conservação ou demolição dos edifícios.

Esta será a estratégia de intervenção a realizar no nosso trabalho.

¹ O Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, DL n.º 307/2009, de 23 de Outubro, atualizado pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto e outras alterações posteriores.

Síntese

Viollet-le-Duc preconizava restaurar as lacunas dos edifícios históricos, Ruskin, valorizava a ruína em prol da intervenção e restauração, duas teorias totalmente validas, no entanto, e olhando para as nossas cidades em especial para Lisboa e para a área monumental de Belém, e para a Rua da Junqueira, tomamos como caminho, as teorias de Camillo Boito, defensor da reabilitação, mas nunca a imitação, daí a necessidade de diferenciar as partes originais e as partes restauradas.

O património industrial retém para as gerações futuras as mudanças operadas ao nível do saber-fazer, da ciência, da mecânica e do automatismo indissociáveis de uma reestruturação económica, social, cultural e técnica, fazendo avançar as mentalidades do seu tempo. É, por isso, importante salvaguardar o património industrial (IGESPAR, 2010).

Para a Rua da Junqueira e para os respetivos edifícios patrimoniais torna-se necessário, aplicar estas novas estratégias de intervenção urbana. Encarar a reabilitação urbana como uma intervenção na malha e tecido urbano, em que o Palácio da Quinta das Águias, o Palácio dos Condes da Ribeira Grande e a Cordoaria Nacional estão inseridos, a remodelação dos mesmos trará novas vivências para a rua, e devolve edifícios emblemáticos em estado de ruína à cidade.

Neste sentido, a estratégia de reabilitação a implementar assume-se como uma componente indispensável no nosso trabalho, na medida em que nela convergem os objetivos de requalificação e revitalização da área de intervenção, em particular das suas áreas mais degradadas, e de qualificação do parque habitacional e dos edifícios patrimoniais, procurando-se um funcionamento mais harmonioso e qualificado, para os residentes e visitantes.

3- PROJETOS DE REFERÊNCIA

Neste capítulo pretende-se constituir uma análise comparativa de conjuntos culturais de referência, no que diz respeito aos seus impactes nas cidades e nas áreas monumentais em que se inserem.

Apresentamos como primeiro projeto de referência a cidade de Bilbao e a sua recente intervenção onde a monumentalidade é um fator marcante; como segunda e terceira referências, com uma escala ao nível do quarteirão, temos o *Museumsinsel*, em Berlim, e o *Museums Quartier*, em Viena, e por fim como quarto e último projeto de referência, com uma escala ao nível do edifício, estudámos o Museu Nacional Centro de Arte Rainha Sofia, em Madrid.

Face aos problemas causados pela obsolescência dos grandes equipamentos urbanos da contemporaneidade, como é o caso do *Museumsinsel*, *Museums Quartier* e o do Museu Nacional Centro de Arte Rainha Sofia, encara-se agora a situação da sua reabilitação, requalificação e renovação funcional e consequente revitalização urbana.

Procura-se, com estes estudos mais focalizados analisar criticamente os resultados obtidos tendo em conta, em cada caso, as múltiplas e variadas condicionantes de aplicação dos modelos de reabilitação.

Com a análise destes projetos, pretende-se, a partir da regeneração de espaços pouco ou nada usados, colmatar o desfasamento temporal e funcional entre essas áreas e a sua envolvente próxima e alargada. Pretende-se trazer para o século XXI estruturas e dinâmicas que estagnaram nos séculos passados, aplicando as conclusões aos casos de obsolescência existentes na Rua da Junqueira.

Pretende-se ainda dar a conhecer duas outras Cordoarias, a Cordoaria *Real de Rochefort* em França, e a Cordoaria *Vitoriana* no Reino Unido, ambas com características históricas e arquitetónicas semelhantes à Cordoaria Nacional em Lisboa, alvo de intervenções arquitetónicas e alteração da sua função original.

3.1- A cidade de Bilbao, Espanha

Como primeiro projeto de referência apresenta-se a cidade de Bilbao que tem uma população de cerca de 350 000 habitantes. É a maior cidade da frente Atlântica norte de Espanha e estende-se ao longo do rio Nervión².

Bilbao distingue-se das outras cidades monumentais, devido ao fato de ser este um conjunto monumental recente, resultante da constante transformação e revitalização urbana. É uma cidade que deve a sua razão de ser à sua localização no estuário do Golfo de Biscaia. A cidade é composta pela parte antiga, situada na margem direita do rio, o *Casco Viejo* ou *Siete Calles* (Sete Ruas), e pela parte moderna, recente, de finais do século XIX (SÁNCHEZ, 2011).

A cidade teve um importante porto industrial, com grandes estaleiros e indústria pesada, associada à transformação do metal e ao tráfego marítimo. Ajudou o fato desta região de Espanha ser rica em grandes minas de carvão e outros minerais.

Em 1983 uma catástrofe fez com que o nível das águas ultrapassasse os 5 metros acima do nível médio das águas, destruindo grande parte do centro histórico da cidade, incluindo habitações, infraestruturas, e edifícios do Estado. Acontecimento que, juntamente com a grande crise económica e social, em meados do século XX, foi determinante para o desenvolvimento da cidade nos anos seguintes (SÁNCHEZ, 2011).

Bilbao, após as cheias de 1983, renasce com o apoio de empresas público-privadas, que ficaram responsáveis pela sua reconstrução, com objetivos claros de dinamização do centro histórico, e de novas conexões no que diz respeito aos transportes públicos³.

Uma das grandes alterações surge na relocalização do porto de Bilbao que ocupara grande parte da frente ribeirinha da cidade, criando uma barreira, à semelhança do caso da frente ribeirinha de Lisboa, que separava a cidade do rio.

² <https://pt.wikipedia.org/wiki/Bilbau> [Consultado a 10-06-2016].

³ https://pt.wikipedia.org/wiki/Ria_de_Bilbau [Consultado a 10-06-2016].

Por outro lado, a falta de capacidade de acolhimento para barcos de grande porte acelerou o processo de realocação do mesmo.

Com esta realocação, libertou-se uma enorme área interior, na ria de Bilbao, zonas como Barakaldo e Abandoibarra, que ficaram completamente livres, começaram a segunda fase de revitalização da cidade e de recuperação da sua relação com o rio (SÁNCHEZ, 2011).

Tendo como objetivo a transformação de Bilbao criou-se, em 1992, a empresa pública Bilbao Ria 2000, com participações das Câmaras de Bilbao e de Barakaldo, do governo regional, do Ministério de Obras Públicas, autoridades do porto de Bilbao e outras entidades públicas.

Numa primeira fase, a ação realizada para dar começo à revitalização da frente ribeirinha foi a de limpeza e despoluição da Ria de Bilbao, com o propósito de trazer de volta as pessoas ao rio. Numa segunda fase começaram as ações de recuperação do espaço público⁴.

Outro aspeto fundamental foram as novas conexões entre as margens. A libertação de terrenos permitiu uma maior relação entre elas. As pontes existentes mantiveram-se ou foram transformadas. Criaram-se novas pontes pedonais, pensadas especificamente para o lugar, como o caso da passarela Pedro Arrupe (SÁNCHEZ, 2011).

Uma maior aposta no espaço público do *waterfront*, a localização de novos equipamentos de carácter lúdico-cultural no bordo de água, a contratação de arquitetos de reconhecido mérito internacional para estes novos equipamentos,

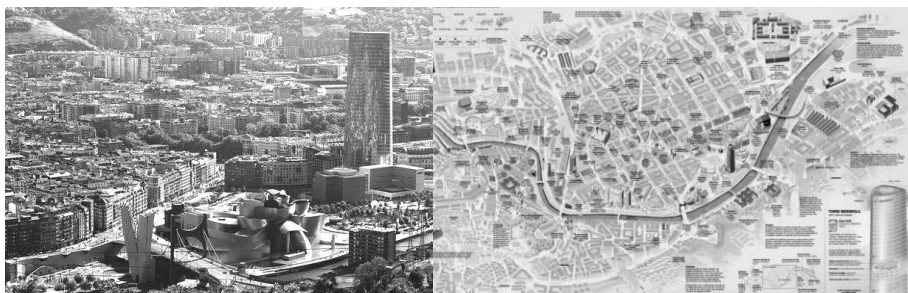


Figura 6: Fotografia aérea da cidade de Bilbao. Em primeiro plano o Museu Guggenheim de Frank. O. Gehry, em segundo a Torre Iberdrola de C. Pelli.

Figura 7: Planta esquemática da Cidade de Bilbao.

⁴ <http://tuomaquia.com/bilbao-%E2%80%93-a-historia-de-uma-transformacao/> - audiovisual criado especialmente para a Expo de Shanghai em 2010. Documentário sobre a grande transformação da cidade de Bilbao [Consultado a 13-05-2016].

a construção de um novo aeroporto, obra de Santiago Calatrava, novos bairros habitacionais em zonas que antes não tinham nenhum uso, foram as diretrizes deste novo plano, que incluiu, também, o soterramento de grande parte da rede de comboios que circulava na cidade, libertando deste modo grandes lotes de terreno. Foi Norman Foster que projetou as estações de metro que funcionam em toda a área metropolitana.

Foi pensada uma rede de novos equipamentos culturais da qual o *Guggenheim Museum*, de Frank O. Gehry, edificado na zona de Abandoibarra, é o principal edifício da nova Bilbao. Este é considerado o edifício paradigmático de toda a operação de revitalização, e que funciona como elemento regenerador e símbolo de toda a cidade.

Ainda em Abandoibarra, foram edificados diversos equipamentos culturais por arquitetos de renome, como o Palácio de *Euskalduna*, ópera e teatro do arquiteto Soriano, a biblioteca da Universidade de *Deusto* projetada por R. Moneo e o paraninfo da Universidade Pública do País Basco da autoria de Álvaro Siza. A recuperação de *Olabeaga* e *Zorrozaurre* é um projeto de Zaha Hadid e ainda obras privadas como as torres de *Arata Isozaki* e de Cesar Pelli (SÁNCHEZ, 2011).

De fato, a cidade de Bilbao soube integrar a memória do lugar, não destruindo o espírito portuário pré-existente. O tratamento e a importância dada ao espaço público foram fundamentais para o sucesso da cidade que, com este tratamento, veio a ganhar novos espaços. A recuperação da relação com o rio foi exemplar no sentido em que se manteve a ligação com o passado, mas com novos usos adaptados à sociedade atual⁵.

Figura 8: Da esquerda para a Direita: C. Pelli (*Torre Iberdrola*), Frank. O. Gehry (*Museo Guggenheim Bilbao*), Arata Isozaki (*Isozaki Atea*), Norman Foster (*Metro Bilbao*), Rafael Moneo (*Biblioteca Univ. Deusto*), D. Palacio y F. Soriano (*Palácio Euskalduna*), J.C Guerra-IMB Arquitectos (*Biblioteca Foral*), Santiago Calatrava (*Zubi-zuri*), P. Starck (*La Alhóndiga*).



⁵ <http://turomaquia.com/bilbao-%E2%80%93-a-historia-de-uma-transformacao/>
[Consultado a 13-05-2016].

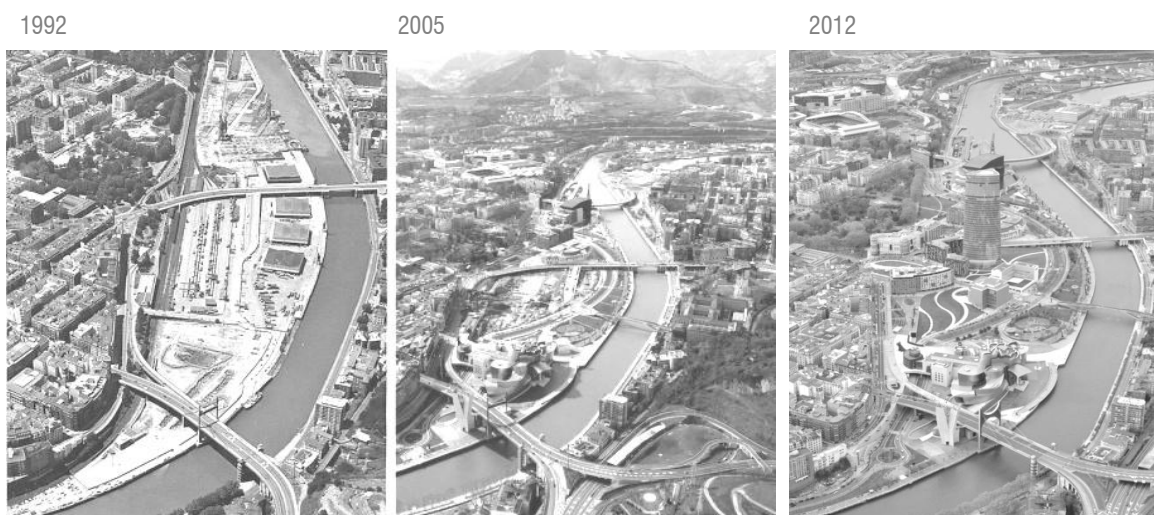


Figura 9: Evolução da Frente Ribeirinha (*waterfront*) da Cidade de Bilbao.

3.2- O Museumsinsel, Berlim, Alemanha



Figura 10: Planta da Ilha dos Museus, Distrito de Mitte

O *Museumsinsel*, conhecido por Ilha dos Museus, situa-se no coração da cidade, no distrito de Mitte, em Berlim, ocupando metade da ilha do rio Spree. Antigamente ocupava a ilha Berliner Stadtschloss, o *Palácio da Cidade de Berlim*, que foi a principal residência dos Reis da Prússia a partir de 1701. Em 1822 foi construído um espaço para abrigar a coleção pessoal do rei Friedrich Wilhelm IV e dos

imperadores Alemães a partir de 1871. Com a queda da monarquia germânica em 1918, o Palácio passou a museu (MOREIRA, 2015).



Figura 11: Ruínas do Palácio Berliner Stadtschloss. Fotografias tiradas após os bombardeamentos da 2ª Guerra Mundial por parte dos aliados.



Figura 12: Fotografia da Fachada do Stadtschloss em 1960.

Com a Segunda Guerra Mundial e os sucessivos bombardeamentos à capital, o Berliner Stadtschloss, ficou gravemente danificado. Este período foi marcado pela perda irreversível de várias obras de arte. Foi demolido em 1950 pelo governo socialista da República Democrática Alemã que o considerava uma recordação inaceitável do imperialismo. Mais tarde com a reunificação da Alemanha, foi proposta a reconstrução do edifício que se mantém até aos dias de hoje e é composto por cinco espaços museológicos, uma grande área de espaços verdes e a Catedral de Berlim.

Reabilitação de Edifícios Patrimoniais como Estratégia de Requalificação Urbana da Rua da Junqueira

A Cordoaria Nacional como espaço alternativo ao Museu dos Coches



Figura 13: *Stadtschloss* Residência dos reis da Prússia (1701) e dos imperadores alemães (1871).

Figura 14: Durante a Segunda Guerra Mundial, *Stadtschloss* foi atingido duas vezes por bombas aliadas.



Figura 15: Demolido em 1950 pelo governo comunista da República Democrática Alemã, que o encarava como uma recordação inaceitável do passado imperial.

Figura 16: Desde 1991, muitos alemães têm defendido a reconstrução do *Berliner Stadtschloss*. 2010 marca o início da reconstrução do novo Palácio.

Coordenado por David Chipperfield, que considerou este conjunto como uma unidade respeitando a sua autonomia arquitetónica e procurando equilibrar a conservação contínua dos vários espaços e o desenvolvimento urbano, preservando assim, o carácter histórico, simultaneamente, equipando-os com novas tecnologias. Chipperfield teve especial atenção no seu plano, ao *passeio arqueológico* que consiste num percurso subterrâneo que interligou os cinco museus⁶.



Figura 17 cima: Fotografias do interior do *NeuesMuseum*, depois das obras de reabilitação coordenados por Chipperfield



Figura 18 baixo: Fotografias do interior do *NeuesMuseum*, depois dos bombardeamentos.

O Arquiteto David Chipperfield foi também o responsável pela recuperação do edifício denominado por Friedrich August Stüler que foi um dos

edifícios totalmente danificados pelos bombardeamentos da Segunda Guerra Mundial. Neste caso, Chipperfield optou por uma solução estrutural que incorporou a totalidade das partes sobreviventes, contrapondo com alguns

elementos contemporâneos⁷.

Arquitetos como Karl Friedrich Schinkel e Friedrich August Stüler foram fundamentais na formação da ilha no rio Spee, atribuindo ao *Museumsinsel* um carácter neoclássico tornando-se este um santuário da arte e ciência. Posteriormente sucederam-se novos edifícios (1843-1855) a *Nationalgalerie* (1867-1876), o *Bode-Museum* (1897-1904, conhecido originalmente como o

⁶ Master plan Museumsinsel. Disponível em <http://www.smb.museum/en/museums-andinstitutions/museumsinsel-berlin/master-plan-museumsinsel.html> [consultado em 02-07-2014].

⁷ David Chipperfield Architects— Neues Museum, 1997-2009. Disponível em: www.davidchipperfield.co.uk [consultado em 02-07-2016].

Kaiser Friedrich-Museum) e, finalmente, o *Pergamonmuseum* (1910-1930) (MOREIRA, 2015).

Museumsinsel é um dos principais pontos turísticos do país, atraindo milhares de visitantes de todo o mundo. Este museu foi o berço da *Staatliche Museenzu Berlin* e é onde se mostra as coleções de arte e artefactos culturais abrangendo vários milénios da Europa e da região do Mediterrâneo⁸.

Desde o início das obras de reconstrução a ilha dos museus entrou na lista de Património Mundial da Unesco, reconhecendo-o por ser um conjunto único de edifícios de museus que ilustram o desenvolvimento do *design* do museu moderno ao longo de mais de um século⁹.

Mais do que um espaço de referência no centro da cidade, este projeto demonstra o fato que uma área específica da cidade poder ser convertida num espaço monumental, utilizando características físicas em conjunto com a preservação e adaptação de objetos arquitetónicos importantes e espaços culturais abertos ao público. É um fato que restaurantes, lojas, áreas de lazer e espaços culturais surgem na periferias da Ilha dos Museus, ilustrando que é possível criar uma centralidade cultural na cidade, com influência económica e trazendo desenvolvimento às áreas num amplo raio de impacte.

⁸ Berlin tourismus & Kongress GmbH (2015) <http://www.visitberlin.de/en/spot/museum-island>. [consultado em 02-07-2016].

⁹ Berlin tourismus & Kongress GmbH (2015) <http://www.visitberlin.de/en/spot/museum-island>. [consultado em 02-07-2016].

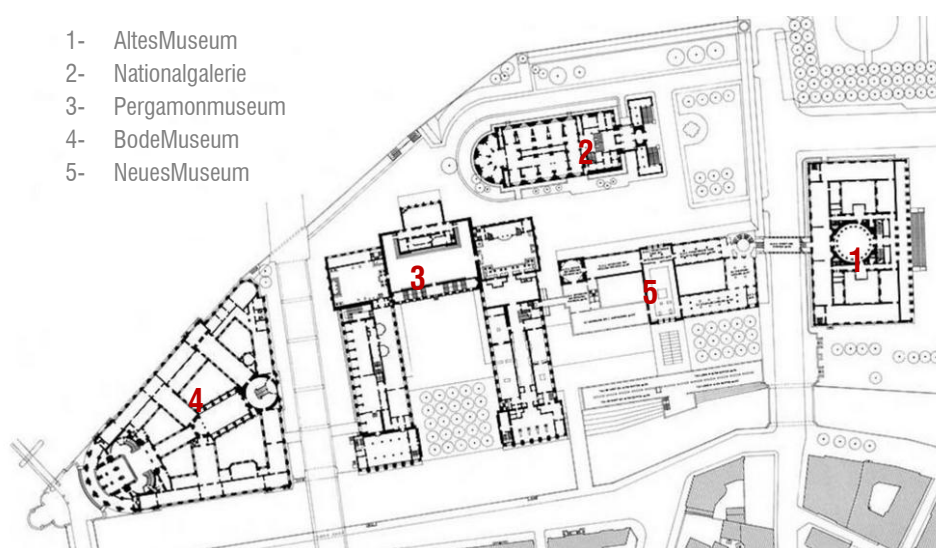


Figura 19: Planta da Ilha dos Museus.

Figura 20: Render do 3D da Ilha dos Museus.

3.3- O *Museums Quartier*, Viena, Áustria

O quarteirão dos museus ou *Museums Quartier* tem uma área de 6 ha no Sétimo Distrito da cidade de Viena.

Toda esta área museológica monumental surgiu em 1713 com a construção dos estábulos reais e respetivos jardins, pela mão do imperador Carlos VI¹⁰.



Figura 21: Fotografia aérea do *Museums Quartier*.

No ano de 1809, durante as ocupações francesas de Viena, este edifício serviu



Figura 22: Fotografia panorâmica do *Museums Quartier*.

de base a quartel-general dessas mesmas tropas, que o danificaram gravemente. Ao retirar as suas tropas de Viena, em 1809, Napoleão demoliu as fortificações junto ao Palácio, o que deu origem a um impulso para o desenvolvimento desta área e para a sua expansão urbana. Após as invasões, o imperador Francis Joseph I mandou ampliar e reconstruir os estábulos, acrescentando um espaço de equitação de inverno, e uma arena para o verão. Com o final da monarquia Austro-Húngara, todos os bens que se encontravam no interior do Palácio foram vendidos. Anos mais tarde, em 1921, o complexo era usado como local de

¹⁰ <http://www.mqw.at/en/about/architecture/> [consultado em 02-07-2016].

feiras, o que originou a construção de um grande espaço de reunião junto ao edifício de equitação de inverno. Este edifício durante a Segunda Guerra Mundial serviu para eventos de propaganda. Com o fim da mesma, tiveram início os planos para a criação de um museu (MOREIRA, 2015).

A história do *Museums Quartier* teve início nos anos 80, quando a cidade de Viena planeava transformar o local num complexo de hotéis e um centro comercial. No entanto, alguns vienenses, interessados em arte e cultura, interromperam o projeto impedindo a comercialização desta área de grande valor. Pouco tempo depois, surgiram as primeiras ideias de colocar um Museu de Arte Moderna na área dos estábulos barrocos e, em 1983, deu-se início ao desenvolvimento de um conceito para uma área cultural. Especialistas em museus trabalharam durante anos numa ideia e programa para nova organização dos museus estatais, onde a área oferecida pelos estábulos barrocos assumisse um papel central (CALDEIRA, 2014).

Em 1983 começa o projeto que tinha como objetivo conceber um fórum cultural. Só em 1985 é que surge, com o festival de Viena, o primeiro uso. No ano seguinte, Laurids e Manfred Ortner ganham o concurso de arquitetura para um museu e um centro de arte moderna.

Em 1989, o Ministro da Ciência, Erhard Busek, utiliza pela primeira vez o termo *quartier* dos museus, *quartier* este que, em 1995, sofre várias alterações à segunda fase do projeto devido a críticas às volumetrias e implantações dos dois novos edifícios, que foram inaugurados a Janeiro de 2001.

Os arquitetos adotaram diversos conceitos para o projeto *Museums Quartier*, e que determinaram a aparência final do conjunto urbano arquitetónico.

O primeiro é a relação estabelecida entre o enquadramento e os elementos soltos de todo o *quartier*. O segundo é o diálogo estabelecido entre arquitetura histórica e contemporânea. Esta relação estabelecida entre a arquitetura de diferentes períodos que foi combinada de diferentes formas num único espaço: justaposição, harmonização, transformação, conversão e demolição.

O terceiro diz respeito à integração na malha urbana que procura ao mesmo tempo transformar uma área secundária da cidade num novo centro e relacionando-o com o desenvolvimento das estruturas urbanas adjacentes¹¹.

O quarto é a relação dos espaços públicos com o *Museums Quartier*. Os arquitetos partiram da rede de espaços públicos do eixo imperial do *Kaiserforum* ligados à *Museumplatz* que por sua vez estabelece uma relação importante com o átrio principal do quarteirão.

O último aspeto diz respeito à incorporação de símbolos de conexão, nomeadamente uma torre visível de longe capaz de estabelecer uma relação com o resto da cidade (BOECKL, 2001).



Figura 23 e Figura 24:
Fotografia do interior do pátio,
em frente ao MUMOK.

¹¹ <http://www.lonelyplanet.com/austria/vienna/sights/museums-galleries/museumsquartier>[consultado em 02-07-2016].

Figura 25: Vida de noite nas praças do Museu.



Figura 26: Vida de dia nas praças do Museu (lazer/cultura).



Figura 27: Vida de dia nas praças do Museu (restauração).



Hoje, o complexo alberga diferentes atividades culturais e é a casa de oito espaços museológicos, com diferentes obras, salas de eventos, espaços de produção artísticas,

restaurantes, cafés e lojas entre outros (MOREIRA, 2015).

Este quarteirão, que é uma peça patrimonial para a cidade, produz um sentimento de pertença que gerou a apropriação social do espaço, onde a cultura contemporânea e a tradição histórica são apresentadas no verdadeiro sentido da palavra, lado a lado, com o *Hofburg Palace* ao centro e, nos lados, o *Leopold Museums* e o *Mumok*, combinando de certo modo, as novas tendências arquitetônicas com a arquitetura Barroca

(MOREIRA, 2015).

O *Museums Quartier* teve grande impacto na cidade, não só pelo fortalecimento do conjunto museológico existente, nomeadamente o *Kunsthistorisches Museum* e o *Naturhistorisches Museum*, como pelo fato de ter conseguido estabelecer a ligação entre o Palácio imperial, os seus museus e as ruas estreitas dos subúrbios antigos, nas traseiras dos estábulos. O grande pátio interior do *Museums Quartier*, com os seus vários espaços e passagens, aproxima as diferentes zonas culturais da cidade situadas na sua envolvente - A *Secession*, a Ópera de Viena, o *Musikverein*, a *Künstlerhaus*, o *Volkstheater*, o *Kunsthistorisches Museum* e o *Naturhistorisches Museum*, criando deste modo

um distrito cultural vivo, com uma grande variedade de oportunidades, numa envolvente urbana marcada por grandes instituições que, oferece espaço para arte contemporânea e cultura¹².

O *Museums Quartier* funciona agora como um espaço cultural, um espaço urbano vivo na cidade e um espaço de encontro para pessoas interessadas na cultura, em Viena.

Contudo, o *Museums Quartier* não se tornou apenas economicamente importante, diferentes estudos mostram que assumiu um papel preponderante no rejuvenescimento da imagem da cidade de Viena (MOREIRA, 2015).

3.4- Museu Nacional Centro de Arte Rainha Sofia, Madrid, Espanha

Analisando agora, como projeto de referência, o Museu Nacional Centro de Arte Rainha Sofia, em Madrid. Também este, à semelhança dos casos anteriores, representa uma conversão para um equipamento cultural, sendo originalmente um hospital.

O atual museu encontra-se instalado no Edifício *Sabatini*, antigo Hospital General de Madrid, desenhado e projetado



Figura 28:Fotografia da Fachada principal do Centro Rainha Sofia.



Figura 29:Fotografia do conjunto do Centro Rainha Sofia.

por Francisco Sabatini e José de Hermosilla, inaugurado em 1788. O edifício que concluiu as suas obras nos finais do século XVIII, só viria a sofrer alterações no século XX.

¹² <http://www.mqw.at/en/about/architecture/> [consultado em 09-05-2016].

Em 1988 foram erguidas, sobre a fachada, as três torres de elevadores de vidro e aço. Projetadas por José Luís Iñiguez de Onzoño e Antonio Vázquez de Castro, em parceria com o britânico Ian Ritchie, oferecendo ao edifício do século XVIII uma marca urbana contemporânea.

Figura 30:Fotografia de Elena Amargo: Fachada de Jean Nouvel Centro Rainha Sofia.



Figura 31:Fotografia de Elena Amargo: Pátio Centro Rainha Sofia.



Figura 32:Fotografia de Elena Amargo: Pátio Centro Rainha Sofia.



Em 1999 o arquiteto francês Jean Nouvel obtém o primeiro lugar de um concurso para a ampliação do museu, cuja obra de remodelação se prolonga entre os anos 2001 e 2005. Nouvel integra no conjunto três novos edifícios, anexados ao do edifício de Sebatini e Hermosilla. Este edifício tem como programa criar novas salas de exposição, uma biblioteca e um centro de documentação, escritórios administrativos, uma livraria, um café, um auditório e armazéns para a conservação das obras. Esta obra não tinha só como objetivo criar apenas novas áreas para redefinir as funcionalidades do Centro, mas sim re-articular a presença e dinâmica urbana nas periferias do museu.

Nouvel teve sempre consciência em reformular a natureza do lugar, aproveitando todas as qualidades do espaço, mas acima de tudo melhorar o seu rendimento funcional, e assim aumentar o seu prestígio com a edificação destes três novos volumes.

“A extensão do museu era necessária não só pela projeção nacional e internacional adquirida como uma instituição cultural pública, mas também para readequar seus equipamentos com o objetivo de ampliar a disponibilidade de espaço, capacitando-os para acolher satisfatoriamente a exibição de obras de arte em diferentes tipos de formatos e suportes que caracterizam, em parte, a arte contemporânea¹³”.

Apesar desta proposta de ampliação procurar uma relação entre o histórico e o presente, há aspetos contemporâneos que mantêm presente a época em que foram erguidos. Quer o impacte dos elevadores de vidro dos anos 1980, quer a construção dos três novos volumes, construídos nos anos 2000 são expressões formais de uma época concreta que, respondendo a uma busca de atualização do edifício, fazem-no com perfeita noção do significado das estruturas onde vão recair as intervenções. Constituem uma manifestação da compreensão contemporânea da conceção e construção do espaço e da forma aplicada a valências patrimoniais.

Este museu forma parte do conhecido “Triângulo de Ouro da Arte de Madrid” - que inclui o *Museu do Prado* e o *Museu Thyssen-Bornemisza*.



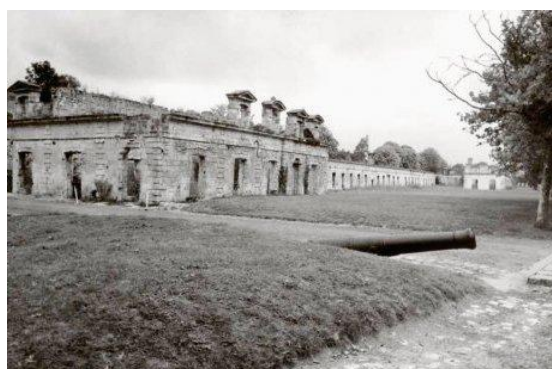
Figura 33: Triângulo de Ouro da Arte de Madrid.

¹³ Reportagem de Affonso Oorciuoli, Fredy Massad e Alicia Guerrero Yeste. <http://au.pini.com.br/arquitetura-urbanismo/143/a-proposta-de-jean-nouvel-para-a-ampliacao-do-museo-22102-1.aspx> [consultado em 09-05-2016].

3.5- Projetos de cordoarias: dois exemplos

A cordoaria *Real de Rochefort* – Centro Internacional do Mar

Figura 34: Fotografia da Cordoaria Real de Rochefort, parcialmente destruída pelos Alemães.



O edifício da Cordoaria Real de Rochefort, em França, um arsenal francês do século XVII, atual Centro Internacional do Mar, tem um comprimento de 374 m.

Foi mandado construir em Março de 1666 pelo traço de François Blondel, que iniciou os trabalhos de construção face à necessidade de fazer cordas únicas com 200 metros de comprimento. Para além de fábrica de cordame, o complexo era composto por outros edifícios do arsenal, onde foram construídos mais de 500 navios até ao último dia do seu serviço em 1927¹⁴.

A cordoaria foi construída ao longo do rio Charente e é composta por um grande corpo, entre dois pavilhões. Do lado da vila, o edifício apresenta uma fachada limpa e sóbria. Do lado do rio, o tratamento é diferente. As aberturas são numerosas, encadeadas e ritmadas, com pedra de cantaria.



Figura 35: Fotografia aérea da Cordoaria Real de Rochefort.

¹⁴ <http://www.ordiecole.com/cordages.pdf> [consultado em 07-11-2016].

Em 1944 as tropas de ocupação alemãs antes de abandonarem a região, deitaram fogo ao edifício e, em 1964, um incêndio que durou vários dias e que inutilizou o edifício por mais de 20 anos. O Almirante Maurice Dupont inicia as obras de limpeza e reconstrução do complexo. Três anos depois, em 1967, a Cordoaria Real foi considerada Monumento Histórico, um processo que levou o Estado a reabilitar outros edifícios do complexo, adaptando-os a novas funções.

Nos dias de hoje, o edifício alberga o Centro Internacional do Mar, por vezes referido como o museu da corda *Royal* que se estende ao longo da ala norte do arsenal¹⁵.

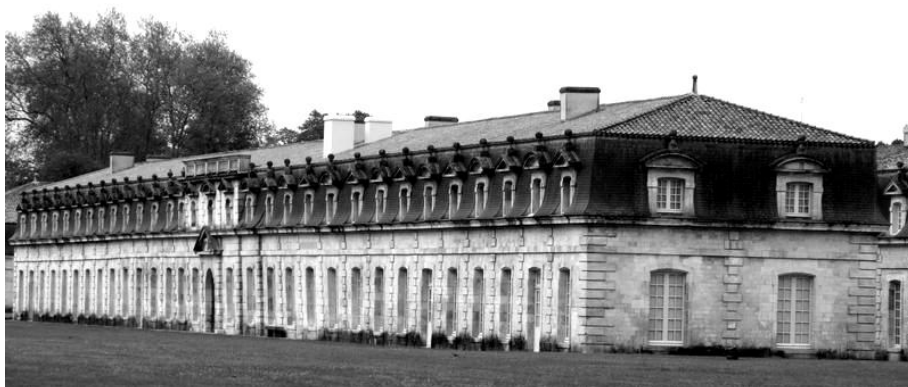


Figura 36: Fotografia da fachada da Cordoaria Real de Rochefort.



Figura 37: *La Corderie Royale, Rochefort*. Joseph Vernet.

¹⁵ <http://www.corderie-royale.com/> [consultado em 07-11-2016].

A cordoaria Vitoriana- Docas Históricas

A Cordoaria Vitoriana, situada no Reino Unido, é constituída por dois grandes edifícios paralelos, semelhantes ao caso da Cordoaria Nacional em Lisboa. Construído em 1791 aplica-se nele a arte da fiação de cordame, que originalmente era produzido à mão e só em 1811 foram introduzidos os primeiros mecanismos.



Figura 38: Render da Cordoaria Vitoriana do Reino Unido.

De planta retangular, o edifício é constituído por três pisos, cave e sótão, apresentando fachadas com 100 janelas, e um comprimento de 335m. O seu interior é contínuo e aberto, com pilares quadrados de madeira para suportar as vigas e um teto em treliças, com caves arqueadas para armazenar barris de alcatrão, utilizado para o fabrico do cordame, uma técnica levada para Portugal, pelo mestre António Baptista Sá¹⁶. Este edifício da Cordoaria é composto por fachadas de tijolo vermelho, curativos de pedra e um telhado de ardósia, sala dos motores com tijolos *bond* Inglês.

Hoje, a Cordoaria Vitoriana é a única das quatro cordoarias navais ainda ativas e com grande parte da sua maquinaria e com todo o seu edifício completo, esta forma de arte é ainda mantida pelos mestres cordoeiros.

O conjunto dos edifícios da cordoaria forma um dos melhores exemplos de edifícios de manufatura do Reino Unido do século XVIII-XIX¹⁷.

¹⁶ (ver ponto 4.4- Caracterização e análise da Cordoaria Nacional).

¹⁷ <http://www.thedockyard.co.uk> [consultado em 07-11-2016].

O objetivo do museu é dar a conhecer aos visitantes a importância da Marinha na época das navegações e como isso foi possível graças aos cordoeiros de *Chatham*¹⁸.



Figura 39: Fotografias da Cordoaria Vitoriana do Reino Unido.

Síntese

A uma escala das grandes áreas monumentais, optámos por analisar como projeto de referência, a Cidade de Bilbao, devido à sua área monumental recente e em expansão, outrora com grandes problemas, como por exemplo a linha do comboio que separava a cidade do rio. Alguns destes problemas encontram-se em debate na cidade de Lisboa.

À escala do quarteirão, foram analisados o caso do *Museumsinsel*, em Berlim, e o *Museums Quartier*, em Viena, por serem atualmente espaços de referência no centro das cidades. Estes projetos demonstram o fato que uma área específica da cidade poder ser convertida num espaço monumental, utilizando

¹⁸ Chatham, Kent, Reino Unido.

caraterísticas físicas, em conjunto com a preservação e adaptação de objetos arquitetónicos importantes.

Ao nível do edifício, analisámos duas Cordoarias, com características construtivas e históricas semelhantes ao caso da Cordoaria Nacional de Lisboa. As 3 cordoarias foram criadas para um fim específico, criar cordas com o maior comprimento possível. Atualmente, e com o evoluir dos tempos, a adaptação destes edifícios para outros fim tornou-se urgente. Tanto a cordoaria Vitoriana, atualmente conhecida por Docas Históricas, como a cordoaria Real de Rochefort, atual Centro Internacional do Mar, são conhecidas por despertar e atrair todo o tipo de pessoas e vivências, sendo atuais pontos obrigatórios de passagem para turistas.

Ao serem estudados e analisados os projetos de referência, tornou-se evidente pensar na existência de uma área monumental de Belém e na sua continuidade até Alcântara, tendo como grande enfoque a Rua da Junqueira, e os seus edifícios históricos, podendo ser uma alternativa e uma via de reabilitação; ou que pensar na Cordoaria Nacional, como polo gerador de diversos usos, que incluía a recolocação do novo Museu Nacional dos Coches, no seu interior, passando por uma estratégia de união de toda a área monumental de Belém, com a Rua da Junqueira, à semelhança do Centro de Arte Rainha Sofia em que Nouvel teve sempre consciência em reformular a natureza do lugar, aproveitando todas as qualidades do espaço, mas acima de tudo melhorar o seu rendimento funcional, e assim aumentar o seu prestígio.

Reabilitar e requalificar a Cordoaria Nacional, alterando-lhe o seu uso original, não tem como objetivo eliminar parte da história da nossa cultura mas aumentar o seu prestígio, aplicando o mesmo método de Jean Nouvel.

4- CASO DE ESTUDO: BELÉM-ALCÂNTARA

4.1- Génese e evolução

Do sítio de Belém

Belém começa a adquirir grande importância a partir dos séculos XV e XVI. Não era apenas pelo seu valor simbólico de que se revestia, pois era da praia do Restelo que partiam os navios da epopeia das descobertas no reinado de D. João II e D. Manuel I, mas também pela edificação, a mandado deste último monarca, do Mosteiro de Santa Maria de Belém (Jerónimos). A invocação da Igreja de Santa Maria de Belém substituiu então a toponímia de Restelo ligado à praia fronteira e seu fundeadouro.



Figura 40: Luz e cor da Rua da Junqueira: Pormenor de Vista do mosteiro dos Jerónimos e Rua Direita de Belém, por Pier Maria Baldi em 1669.

O ancoradouro ganhava então cada vez maior importância estratégica na defesa da barra do Tejo. A carreira da Índia trouxe um significativo aumento do número de navios que fundeavam nesta enseada natural, pelo que D. Manuel I manda edificar uma imponente fortaleza, a Torre de São Vicente de Belém (Torre de Belém) (GARCÍA, 2013).

Face a estas importantes estruturas religiosa e militar, e ao movimento dos navios que trouxe grande incremento comercial e mercantil à zona de Belém, tornou-se natural o desenvolvimento de aglomerados populacionais junto ao rio.

No reinado de D. João V verifica-se um novo incremento na zona de Belém/Ajuda. O soberano interessou-se pela região e em 1726 comprou a D.

João Telo de Meneses, terceiro conde de Aveiras, uma quinta e respetivo solar, que ampliou e melhorou, transformando-o no Paço Real de Belém.

Mandou ainda o Rei fazer enormes cavaleriças (no local onde atualmente está edificado o novo Museu Nacional dos Coches) e instalações para os coches da Casa Real nos jardins a Norte do Palácio (GARCÍA, 2013).

O mesmo soberano comprou em 1727 a quinta da Praia, cujo Palácio tinha sido construído no 2º quartel do século XVI, por D. Manuel de Portugal.

Situava-se onde atualmente se encontra o Centro Cultural de Belém, a poente da Praia do Restelo, próximo das “Mercearias do Infante” e a nascente do Palácio do Correio-Mor, que também veio a comprar. O terramoto de 1755 viria a constituir um acontecimento marcante na malha urbana da cidade de Lisboa refletindo-se muito em particular na zona da Ajuda e de Belém. O rei D. José, receoso de novas réplicas da catástrofe, refugia-se inicialmente em tendas



Figura 41: Quinta da Praia - Palácio construído no 2º quartel do século XVI, por D. Manuel de Portugal.

montadas nos jardins do Palácio de Belém, onde o sinistro se fez sentir com menor intensidade, e posteriormente manda construir um paço de madeira no Alto da Ajuda, onde se instala com a sua família e a corte. Tal paço viria a ser apodado depreciativamente por “Real Barraca” (GARCÍA, 2013).

A transferência do rei e da corte para Belém e Ajuda, a par da animação política e cultural trás um novo impulso no desenvolvimento e subsequente transformação de toda esta área. O rasgar da calçada da Ajuda no traçado que tem atualmente e a remodelação da calçada do Galvão, testemunha algumas das alterações introduzidas no tecido urbano.

Em meados do séc. XVIII, a freguesia da Nossa Senhora da Ajuda, contava com cerca de 600 fogos, dispersos por uma extensa área que abarcava as zonas de Alcântara, Santo Amaro, Junqueira, Belém, Bom Sucesso, Pedrouços, Ajuda, Caselas, Pimenteira e Monsanto.

Do sítio da Junqueira

Na segunda metade do século XVI o sítio atualmente conhecido como Junqueira estava administrativamente integrado na freguesia de Nossa Senhora da Ajuda.

Era primitivamente um extenso areal denominado “do Juncal”. O nome do topónimo «Junqueira» é bastante antigo, remonta pelo menos ao início do século XIII. É provável que a sua origem esteja ligada à grande quantidade de juncos que proliferavam no local, então pantanoso e se acumulavam no designado "Sítio da Junqueira", por aí existir a foz do "rio Seco". Constituía uma praia fluvial cujos limites iam da colina de S. Amaro a montante e para jusante se estendiam até à praia do Restelo (GARCÍA, 2013).

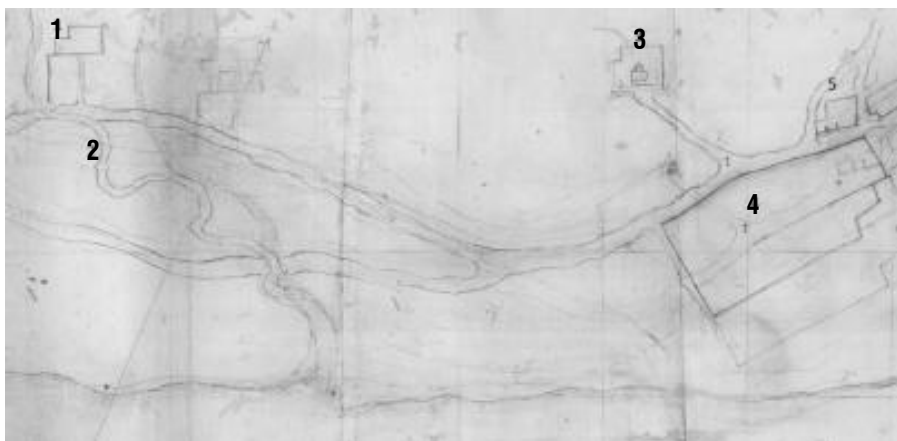


Figura 42: Luz e cor da rua da Junqueira: Pormenor da zona da Junqueira da Planta da cidade de Lisboa na margem do rio Tejo:

- 1 - Quinta das Caldas
- 2 - Rio Seco
- 3 - Ermida de Santo Amaro
- 4 - Quinta dos Saldanha (mais tarde conhecida pelos Condes da Ponte).

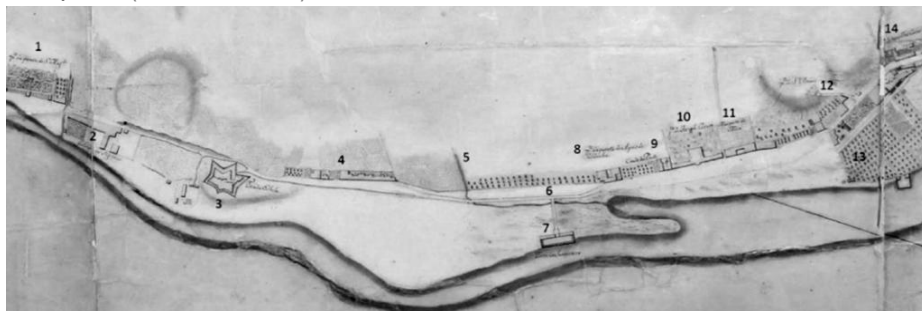
Tinha a Junqueira como zona central a chamada “Quinta das Caldas”, onde sobressaía o solar dos Albuquerque, construído em 1582. Prolongava-se das praias do Tejo encosta acima, até ao Pátio do Saldanha, sensivelmente a meio da Calçada da Boa-Hora. A quinta foi mais tarde integrada no morgadio dos Saldanha.

Um caminho paralelo ao rio destinado a unir aglomerados populacionais, ligava então Alcântara a Belém. Era uma vereda para Belém, depois rua direita de

Figura 43: Luz e cor da rua da Junqueira: Pormenor da “Planta Topográfica da Marinha da cidade de Lisboa Ocidental e Oriental 1727”

1-(Futuro Palácio Real de Belém e cocheiras) | 2-Feitoria dos Ingleses | 3-Forte de S. Pedro de Belém (Forte da Estrela) | 4-Quinta da Eira | 5-Rio Seco | 6-Ponte da Junqueira | 7-Forte de S. João | 8 e 9-Quinta de Ayres de Saldanha | 10-Q.ta de Joseph Cezar | 11-Quinta do Marquez de Niza | 12-Ermida de santo Amaro | 13-Quinta de Luís Saldanha (Conde da Ponte) | 14-Quinta Vasco Fernandes Cezar (Conde de Sabugosa).

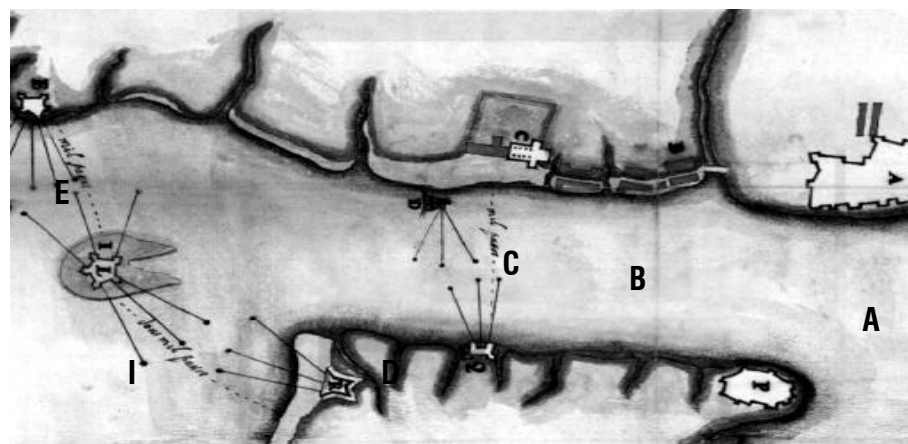
Belém; tinha o seu início na atual Calçada de Santo Amaro terminando na Calçada da Ajuda. No século XVIII ser-lhe-ia dada a designação de Rua da Junqueira (GARCÍA, 2013).



Após a Restauração de 1640 o rei D. João IV manda reforçar as defesas de Lisboa para o que foi elaborado um plano defensivo denominado “Linha Fundamental de Fortificação”, tendo por objetivo primordial a defesa da entrada da barra de Lisboa á poderosa armada espanhola. Para isso, além da reforçar as fortalezas de S. Julião da Barra e do Forte de S. Lourenço da Cabeça Seca (Torre do Bugio), manda erguer vários fortes para a defesa das margens do Tejo, até Alcântara.

Figura 44: Luz e cor da rua da Junqueira: Detalhe da planta “Descrição e plantas da costa, dos castelos e fortalezas.

A - Cidade de Lisboa;
B- Alcântara;
C – Mosteiro de Belém;
D – Torre de Belem;
E- Forte de Sam Gião (Julião);
H – Cachopos;
I – Cabessa Sequa;
L – Forte da Cabeça Seca (Torre do Bugio);
P – Castelo de Almada;
Q – Torre Velha;
R – Forte da Trafaria



Nos reinados de D. Afonso VI e de D. Pedro II foram construídos vários baluartes, quer entre Cascais e S. Julião quer já dentro da barra do Tejo; entre eles o forte de S. Pedro de Belém, erigido no sítio do Altinho e vulgarmente chamado de forte da Estrela, e o de S. João da Junqueira, com o que a praia da Junqueira adquire uma importância fundamental na linha defensiva da entrada da barra (GARCÍA, 2013).

A meio da Junqueira desaguava no Tejo um ribeiro cujas águas provindo de duas nascentes na Serra de Monsanto, chamadas de “Almotive” e “Sacota” se uniam num único curso de água, o “Rio Seco”. Galgava o rio, permitia uma fácil passagem, uma extensa ponte de madeira de onde saía uma ligação perpendicular para o forte de S. João, situado na margem do rio (a ponte do Rio Seco só viria a desaparecer no final do século XVIII, demolida com a construção do edifício da Real Cordoaria Nacional).

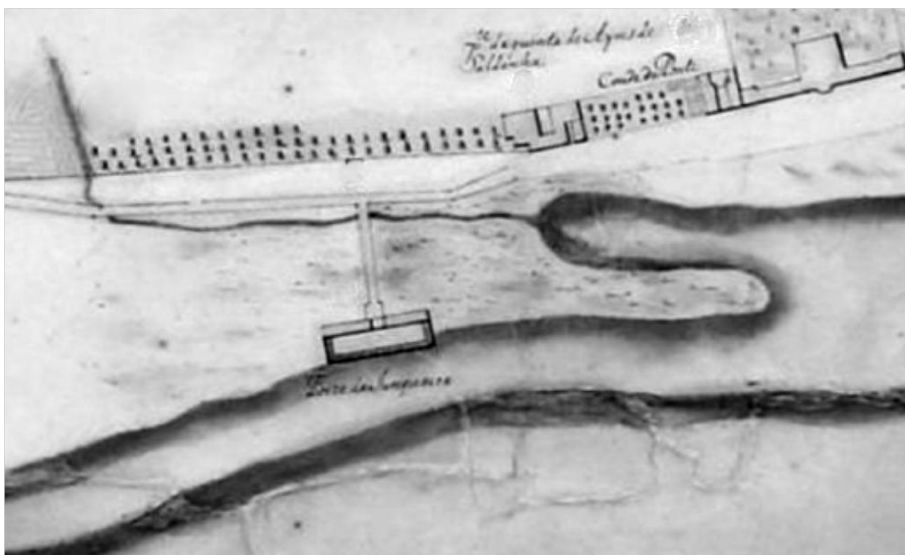


Figura 45: Vista parcial da Planta Topográfica da Marinha da Cidade de Lisboa Ocidental e Oriental 1727.

Em 1701, João de Saldanha e Albuquerque, administrador do vínculo, para fazer face às elevadas despesas de ampliação do seu solar obteve do Rei D. Pedro II licença para destacar parte das terras integrantes do seu morgado, na testada da antiga estrada de Belém. Tal facto possibilitou a membros da nobreza estabelecer-se naquele local, o que deu origem à criação do bairro da Junqueira,

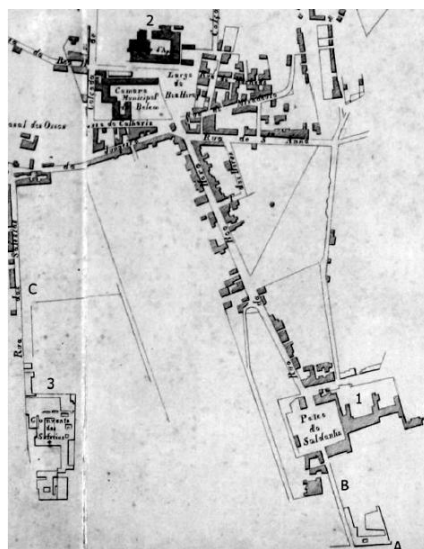


Figura 46: Luz e cor da rua da Junqueira: Pormenor da Freguesia da Ajuda in Plantas da Freguesia de Lisboa desenhadas por Isaias Newton 1888.

- 1- Palácio Saldanha;
- 2- Convento da Boa Hora;
- 3- Convento das Salésias;
- A- Rua da Junqueira;
- B- Calçada da Boa Hora;
- C- Rua das Salésias.

de cunho marcadamente aristocrático, com a construção das casas nobres e Palácios desenrolando-se ao longo da estrada, de frente para o Tejo (GARCÍA, 2013).

No entanto nem tudo seria idílico, pois a construção da Real Fábrica de Cordoaria, erguendo-se à sua frente, veio de certo modo a encobrir-lhes o horizonte.

A zona entre Santo Amaro e o rio Seco encontrava-se assim ocupada por quintas de recreio, seguidas de pequenas propriedades.

Na sequência do sismo de 1755 e a subsequente fixação do Rei, da Família Real e da Corte na Ajuda, com o natural desenvolvimento que trouxe à região, o sítio Junqueira viria também a receber algumas construções, que promoveram igualmente o seu desenvolvimento traduzido na consolidação do bairro da Junqueira.

Um novo convento ergueu-se na década de 70 na zona da Junqueira. Era destinado às freiras Salésias e afirmou-se como um importante pólo agregador da urbanização daquele lugar. A construção de novo arruamento, então igualmente denominado das Freiras Salésias, passou a constituir um eixo alternativo na articulação da Rua da Junqueira com o bairro da Ajuda.

Entre a rua das Salésias e a Calçada da Ajuda encontrava-se um extenso terreno, descendo até ao lado poente da rua do Embaixador. A norte destas terras, ficava o “Campo da Parada”, terreno utilizado pelo quartel de Lanceiros n.º 2.

A Rua do Embaixador já se encontrava consolidada, tendo-se erigido, em 1787 no seu lado poente a ermida de N. Senhora das Dores. No sítio do “Altinho” da Junqueira, com a desativação do forte da Estrela, (também chamado de São Pedro da Pólvora), deu azo à doação dos terrenos por D. José I ao marquês de Angeja, para a edificação de novo Palácio sobre as primitivas construções ali existentes (GARCÍA, 2013).

Figura 47: Biblioteca Nacional de Portugal-<http://purl.pt/13906/2/>: Pormenor da “Vista e perspectiva da Barra, Costa e Cidade de Lisboa” de Bernardo de Caula, 1763



A Junqueira, Belém e os desafios da modernidade

Em 1893 foi fundado, em Lisboa, o Museu Etnográfico Português. As primitivas instalações situavam-se na Academia das Ciências de Lisboa. Em 1903 foi transferido para Belém, sendo instalado no antigo dormitório do Mosteiro dos Jerónimos e aberto ao público em 22 de Abril de 1906, e onde continua a funcionar até ao presente.

Por iniciativa da rainha D. Amélia, a 23 de Maio de 1905 foi inaugurado em Belém o primeiro museu de coches do mundo, o «Museu dos Coches Reais».

O local escolhido foi o salão do antigo Picadeiro Real, construído em 1726. O sucesso foi grande mas logo de início a falta de espaço fez-se sentir e é a própria rainha que em 1906 encomenda um novo projeto para ampliar o museu e poder expor as restantes viaturas da Casa Real guardadas nas cocheiras de diversos Palácios (GARCÍA, 2013).

Em 1911, o Museu muda de designação passando a chamar-se “Museu Nacional dos Coches”.

Em 1908, nos terrenos localizados à frente da rua da Praia da Junqueira, era erigida a “Central Tejo” também conhecida por “Nova Central do Tejo” ou ainda “Estação Elétrica Central Tejo”, a designação oficial dada pela companhia proprietária: C³s Reunidas Gaz e Eletricidade. No entanto, a designação “Central da Junqueira” foi a que mais se vulgarizou na referência dos lisboetas. Atualmente funciona aí o “Museu da Eletricidade”

Em 1902 o Hospital Colonial e a Escola Médica Tropical viriam a instalar-se, numa fase inicial, nos corpos extremos da Real Fábrica de Cordoaria. No decorrer do século XX muitas das quintas e Palácios da Junqueira e Belém acabaram por ser adquiridos pelo Estado, alterando-os e adaptando-os para outros fins que não aqueles para que haviam sido criados. Parcelas de terras sobrantes, outrora ocupadas por espaços ajardinados e de cultivo, foram objeto de aproveitamento para a construção de equipamentos necessários, como é o

caso do Hospital do Ultramar (mais tarde denominado Egas Moniz) e do Instituto de Higiene e Medicina Tropical.

Com efeito, em 1919 o Estado adquiriu a Quinta do Saldanha, ali construindo um pavilhão de internamento sob o patrocínio do governo de Macau, vindo por esse facto a denominar-se – Pavilhão de Macau (1925). Na década 50 constrói-se na antiga zona do jardim um pavilhão de doenças infecto-contagiosas (1953), assim como o já mencionado Hospital do Ultramar (1957), integrando um novo edifício de Medicina e Cirurgia. No ano seguinte, o Instituto de Medicina Tropical instala-se em terrenos contíguos, a nascente do Hospital do Ultramar. Nos finais da década de 60, aquela unidade hospitalar já não conseguia dar resposta às necessidades, construindo-se para o efeito um novo edifício de oito pisos, inaugurado em 1975 com a denominação de “Hospital Egas Moniz”.

Desde inícios do século XX que a Rua da Junqueira vinha ganhando especial relevo na função assistencial. Durante a Primeira Grande Guerra, em 1916, a Cruz Vermelha instala-se na “Vila de Santo António” (atual sede da Fundação Casa de Macau), com o intuito de receber os feridos da guerra. O edifício era pertença da condessa de Burnay que, o cedeu para aquele fim, possibilitando instalar doze enfermarias, com capacidade para 600 camas. Em Outubro de 1918, no final da Grande Guerra, a Cruz Vermelha, viria a abrir nesta mesma Vila um “Orfanato Temporário” para as crianças órfãs, em grande parte devido aos surtos epidémicos da gripe pneumónica (gripe espanhola), tifo e varíola (GARCÍA, 2013).

Se as edificações construídas na segunda metade do século XX não alteraram significativamente a paisagem urbana do lado norte da Rua da Junqueira, no lado sul da mesma rua ocorreram alterações com a construção do edifício da Standard Elétrica em 1945 e a instalação da sede da Associação Industrial Portuguesa/Feira das Industrias Portuguesas em 1957, mais tarde designada por Feira Internacional de Lisboa (FIL).

No ano de 1940 sucederam-se iniciativas comemorativas dos oito séculos da independência portuguesa (1140) e dos três séculos da sua restauração (1640). O Estado Novo, como forma de exaltação dos feitos dos portugueses, mandou edificar a Exposição do Mundo Português. Ocupando uma área total de 442.000m², organizava-se em torno da Praça do Império, o seu centro espacial e simbólico. Esta praça era ladeada a Nascente e a Poente prospectivamente pelo Pavilhão de Honra e Lisboa (Cristino da Silva) e pelo Pavilhão dos Portugueses no Mundo (Cottinelli Telmo); a Sul situavam-se o Padrão das Descobertas, a Nau Portugal e o Restaurante do Espelho de Água. A área mais a Nascente do recinto era composta pela Secção Histórica (Pavilhões da Fundação, da Formação e Conquista, da Independência e dos Descobrimentos), pelos Pavilhões do Brasil e da Colonização, pela Casa de Santo António e pelo Bairro Comercial e Industrial; no extremo oposto encontrava-se o Centro Regional (Aldeias Portuguesas, Pavilhões da Vida Popular, Jardim dos Poetas e Parque Infantil).

Figura 48: Exposição do Mundo Português

23 De Junho de 1940 – Inauguração da Exposição do Mundo Português com o objetivo de comemorar da Fundação (1140) e da Restauração (1640) de Portugal.



Ao fim de 6 meses, com o encerramento da Exposição do Mundo Português, é levantada uma questão que perdura até aos dias de hoje, e agora?

(NOBRE, 2010:43).

Quando afinal as luzes de mil côres deixarem de incidir sobre os pavilhões, quais são os candieiros que ficam acesos na nossa freguesia?

(MARTINHO, 1940:1).

A quase totalidade das construções e monumentos erigidos para a exposição, de arquitetura efémera, foi demolida após o seu encerramento em Dezembro de 1940. Nos dias de hoje sobrevivem o edifício do Museu de Arte Popular e a Praça do Império.



Figura 49: Exposição do Mundo Português.

O Padrão dos Descobrimentos, levantado em honra do Infante D. Henrique, nasceu nessa época mas também ele, como uma construção efémera. Desmontado em 1958 seria reconstruído, já em betão e pedra, dois anos depois, por altura da evocação do 5.^o centenário da morte do Infante.

A 15 de agosto de 1962 na zona de Belém o Museu de Marinha abre oficialmente as suas portas, nas alas norte e poente do Mosteiro dos Jerónimos, junto do qual se veio a construir mais tarde um amplo pavilhão para exposição das galeotas e um complexo destinado à direção e serviços.

O planetário Calouste Gulbenkian, obra do arquiteto Frederico George, começou a ser construído em 1963 junto ao Museu de Marinha, em Belém, sendo inaugurado em



Figura 50: planetário Calouste Gulbenkian.

20 de Julho de 1965. Foi custeado e mantido pela Fundação Calouste Gulbenkian, donde deriva o seu nome.

Com a saída da FIL para novas instalações no Parque das Nações, em 1999, tem início o projeto de reconversão e ampliação dos seus pavilhões criando-se o Centro de Congressos de Lisboa (CCL), contando com mais três pavilhões correspondendo ao aumento de uma área funcional de 10 000 m².

Em 1992 é instalada na Rua Manuel Maria Viana a “Clínica Cuf Santa Maria de Belém”, complementada em 2004 com um equipamento assistencial e residencial para a terceira idade “Domus Junqueira”

O Centro Cultural de Belém, obra de Vittorio Gregotti e Manuel Salgado, erigido na Praça do Império, foi inaugurado em 1992, com o objetivo de acolher nesse ano a presidência portuguesa da União Europeia, após o que seria transformado num centro cultural e de conferências.



Figura 51: Fotografia aérea do Centro Cultural de Belém.

Foi polémico o local da sua implantação, sendo apresentado como fundamento justificativo o facto de assinalar o ponto de partida dos

descobrimientos marítimos, à semelhança da Torre de Belém e do Padrão dos Descobrimentos.

Na calçada da Ajuda um antigo picadeiro sofre grandes obras de remodelação e abre portas com o nome de picadeiro Henrique Calado em Julho de 2015 e, gerido pela Parques de Sintra, passa a apresentar regularmente espetáculos e treinos da Escola Portuguesa de Arte Equestre.

Face ao acentuado estado de degradação que se verificava no pavimento da Calçada da Ajuda, bem como nas suas infraestruturas, em 2014 foi posto em execução um projeto de melhoramentos com a finalidade de regular e disciplinar o traçado da via, projeto com recurso a materiais pouco tradicionais nas ruas de Lisboa.

O novo Museu Nacional dos Coches, projeto do Arquiteto Paulo Mendes da Rocha, com a colaboração de Fernando de Mello Franco, Marta Moreira e Milton Braga Bak Gordon, tem uma área 15.630,3 m², com 3.200,5 m² de áreas de anexos, surge em Belém como um equipamento cultural mas também como um lugar público. Mais do que um museu, o projeto funciona como uma infraestrutura urbana, que oferece 'espaço público' à cidade, daí a sua vasta permeabilidade ao longo do edifício.

Tendo como preocupações, por um lado a extrema necessidade de aumentar a área expositiva do museu de forma a conseguir albergar todo o espólio museológico que rodeia os Coches, assim como a sua infraestrutura técnica de apoio no que diz respeito às oficinas de restauro, mas também a indispensabilidade de criar novas valências para o público.

De facto, a área expositiva foi aumentada, uma medida necessária face a quantidade de viaturas existente. O mesmo aconteceu com as oficinas de restauro. No entanto, o remate que o arquiteto tenta fazer para este terreno, foi alvo de inúmeras críticas por parte da população, pessoas de influência no país, e dos moradores. A falta de ligação com a envolvente, a falta de diálogo com o edificado envolvente, a falta de enquadramento e de materiais nobres, foram algumas das críticas que mais se destacaram ao serem realizados os questionários de 2015 e 2016.



Figura 52: Fotografia aérea do Novo Museu dos Coches do arquiteto Paulo Mendes da Rocha.

O novo edifício do Museu Nacional dos Coches é constituído por um pavilhão principal com uma nave suspensa para as exposições e um anexo com receção, administração, restaurante, auditório e amparando estrategicamente a tomada, em rampas, para a passagem pública de pedestres até o Tejo estes dois corpos

contem uma ligação aérea, que assegura a circulação entre ambos. A disposição espacial destes corpos cria uma espécie de pórtico que aponta para uma praça interna empedrada, para onde também se viram as traseiras das construções originais da Rua da Junqueira.

Inclui ainda espaços para exposição permanente e temporária, áreas de reservas e uma oficina de conservação e restauro digno do vasto espólio que se encontra dentro das instalações.

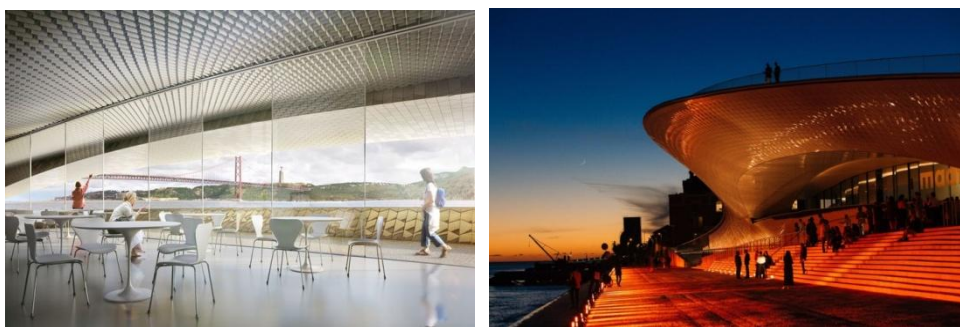
Foram projetados novos espaços destinados, à Biblioteca, ao Arquivo assim como um Auditório que potencia a realização de um conjunto de atividades culturais.

Em último, temos a mais recente obra em Lisboa, Museu de Arte Arquitetura e Tecnologia (MAAT) que se encontra na frente ribeirinha ao lado da Central Tejo, antigo Museu da Eletricidade com um total de 38 mil metros². Para o arquiteto Pedro Gadanhó,

“Esta é uma obra importante: introduz uma arquitetura excecional, como foi o caso da Casa da Música, que até era mais radical do que o Centro Cultural de Belém quando este foi construído. E isso poderá ser um dos motivos que levará à visita do MAAT por muita gente: sabemos que o turismo arquitetónico funciona como um incremento”.

Figura 53: Fotografia do MAAT no dia da inauguração.

Figura 54: Render do interior do Museu.



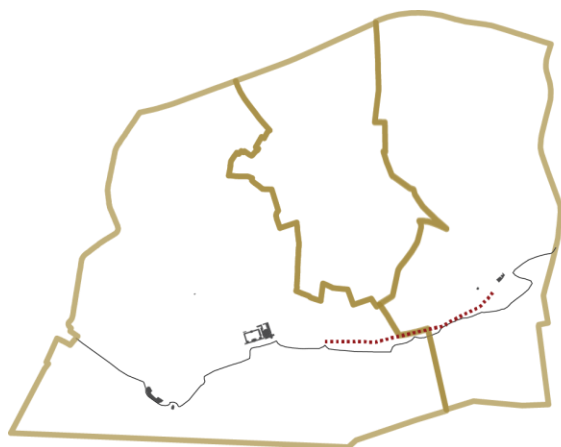
O projeto arquitetónico centrou-se em reavivar e moldar a margem do Tejo e criar uma maior ligação com a cidade, através uma ponte que curva sobre a estrada e os carris, trazendo os visitantes para o espaço do museu.

O museu surge como um pólo gerador de cultura, e vem em conformidade com o que se pretende com o presente trabalho, criar uma maior ligação com a área monumental de Belém, e de certo modo, aproveitar a construção destes edifícios, e criar uma leitura única ao longo do percurso da Rua da Junqueira, e da frente ribeirinha.



Figura 55: Panorâmica do conjunto da Central Tejo e do MAAT.

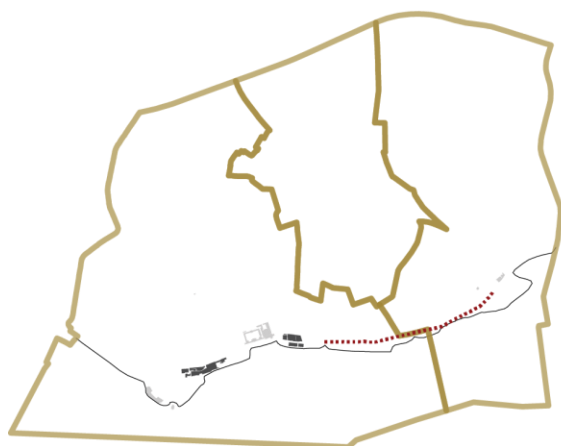
A evolução apresentada anteriormente, onde foram destacados alguns acontecimentos e evolução das componentes urbanas, estão na figura 56, organizadas de forma sequencial em termos temporais, através de um conjunto de mapas, marcando os vários momentos e elementos de composição urbana. Os levantamentos vão desde o século XVI, até aos dias de hoje.



Séc: XVI



Séc: XIX



Séc: XVII



1910



Séc: XVIII



1930

Reabilitação de Edifícios Patrimoniais como Estratégia de Requalificação Urbana da Rua da Junqueira

A Cordoaria Nacional como espaço alternativo ao Museu dos Coches

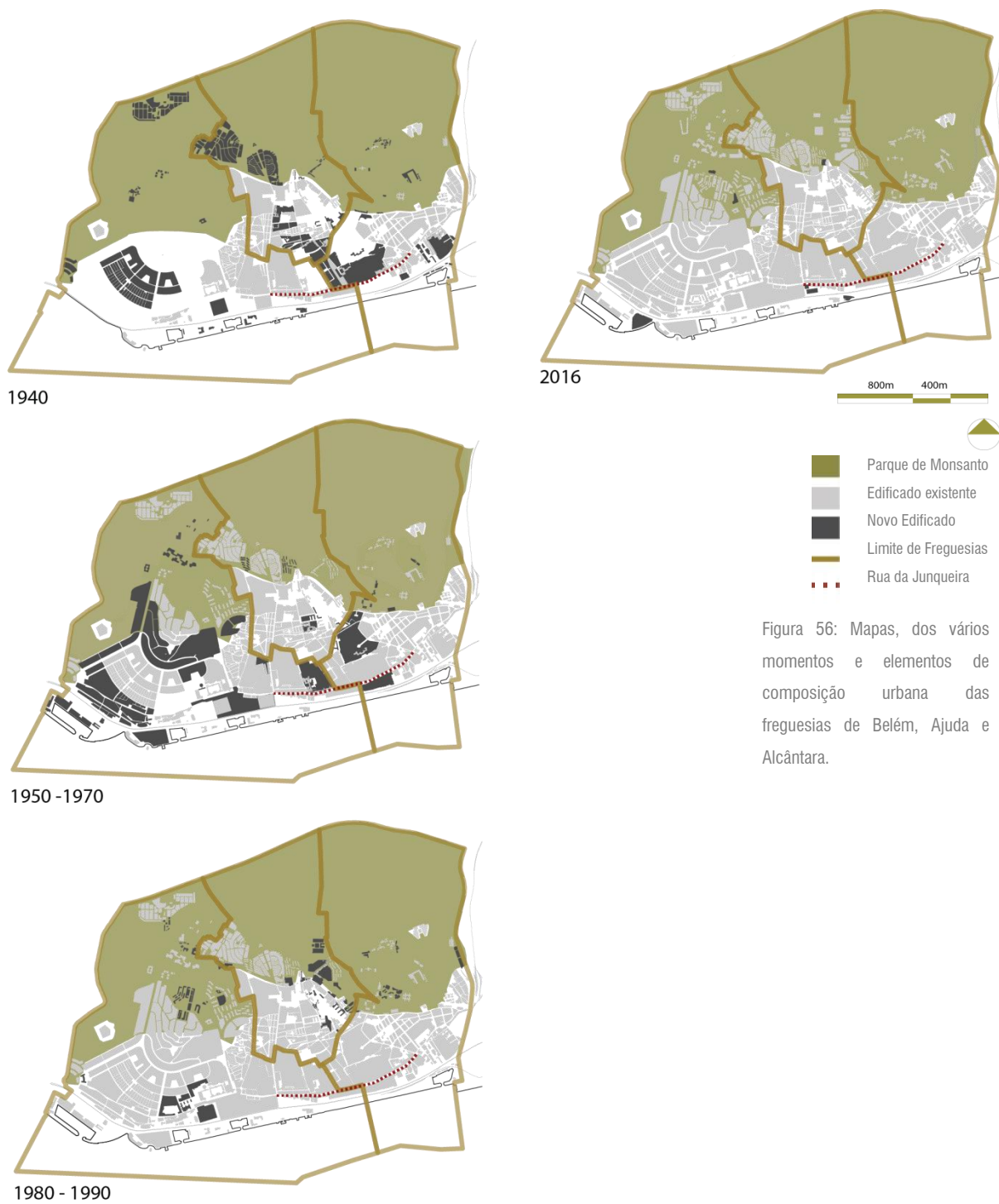


Figura 56: Mapas, dos vários momentos e elementos de composição urbana das freguesias de Belém, Ajuda e Alcântara.

4.2- Enquadramento e análise

A Rua da Junqueira encontra-se estrategicamente localizada, o que lhe confere uma centralidade, não só devido à sua atrativa área monumental, cultural e aos grandes jardins na frente ribeirinha, como a todos os serviços de transporte que por lá passam, oito carreiras e pertencentes à carris e comboios que dão acesso ao metro de Lisboa.



Figura 57: Planta da Cidade de Lisboa.

Figura 58: Planta da Cidade de Lisboa, com marcação das principais vias e transportes públicos.

Numa primeira análise, foram consultados os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), de forma a ter uma perceção da população das três freguesias de influência direta na área de intervenção.

A freguesia de Belém, atualmente integra as antigas freguesias de São Francisco Xavier e Santa Maria de Belém, compreende uma área de 5.61 km², uma população residente de 16.561 indivíduos, e um total de 3.039 edifícios; a freguesia da Ajuda, tem uma área de 2.88km², uma população residente de 15.584 indivíduos e um total de 2.837 edifícios; e a freguesia de Alcântara, uma área de 5.07 km², uma população residente de 13.954 indivíduos, e um total de 1.659 edifícios

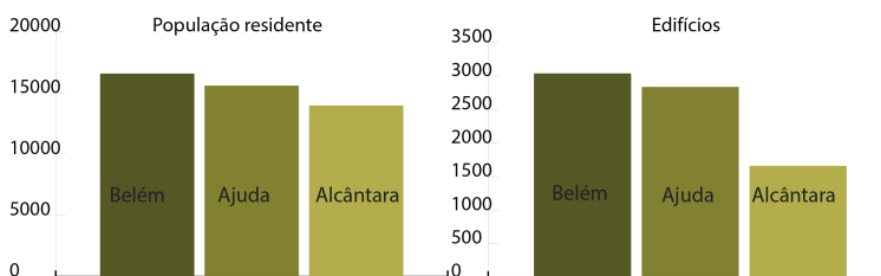
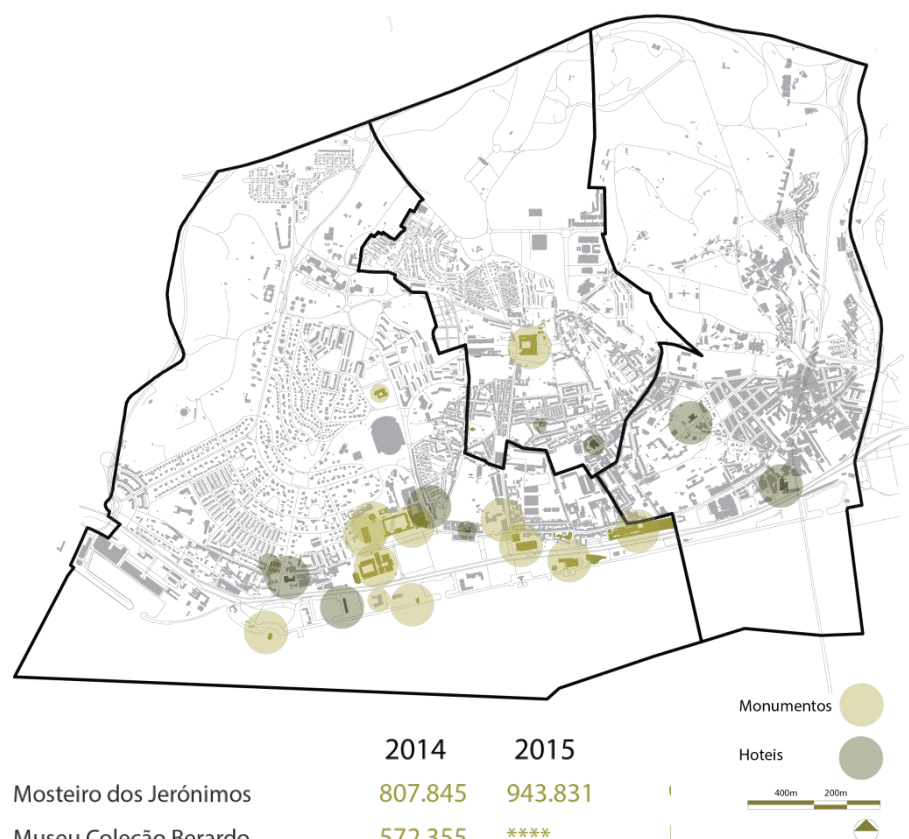


Figura 59: Gráfico do número populacional e edificado das freguesias de Belém, Ajuda e Alcântara.

Numa segunda análise, foram consultados os relatórios de contas 2015 da Empresa de Gestão de Equipamentos e Animação Cultural (EGEAC), e as estatísticas de visitantes de 2015 Monumentos, Museus e Palácios da Direção Geral do Património Cultural (DGPC), onde foi feito um levantamento do número de visitantes dos principais monumentos e edifícios patrimoniais das três freguesias no ano de 2014 e de 2015. Onde se constata um aumento significativo do número de visitantes, com exceção do Museu de Arte Popular e do Museu da Eletricidade que atingiram valores inferiores, já o Museu Nacional dos Coches encontra-se no topo dos mais visitados com um aumento de 139.831 visitantes, seguido do Mosteiro do Jerónimos, com um aumento de 135.986.



	2014	2015
Mosteiro dos Jerónimos	807.845	943.831
Museu Coleção Berardo	572.355	****
Torre de Belém	530.903	607.836
Padrão dos Descobrimentos	292.562	311.193
Museu da Eletricidade	244.700	240.711
Museu Nacional dos Coches	206.887	346.718
Centro Cultural de Belém	155.831	****
Museu da Marinha	145.000	****
Museu Nacional de Arqueologia	103.068	109.895
Planetário Calouste Gulbenkian	75.000	****
Jardim Botânico Tropical	74.447	****
Jardim Botânico da Ajuda	67.300	****
Palácio Nacional da Ajuda	53.534	67.645
Museu de Arte Popular	18.120	15.354
Museu Nacional de Etnologia	12.802	15.397

Fonte: ESTATÍSTICAS DE VISITANTES 2015
Monumentos, Museus e Palácios da DGPC
Relatório de Contas 2015 EGEAC

Figura 60: Planta de localização dos monumentos e hotéis.

Ainda no decorrer desta análise, foi feito um levantamento da oferta de dormidas nas três freguesias, onde se constatou uma falta de oferta, com apenas oito serviços, sete dos quais na frente ribeirinha.

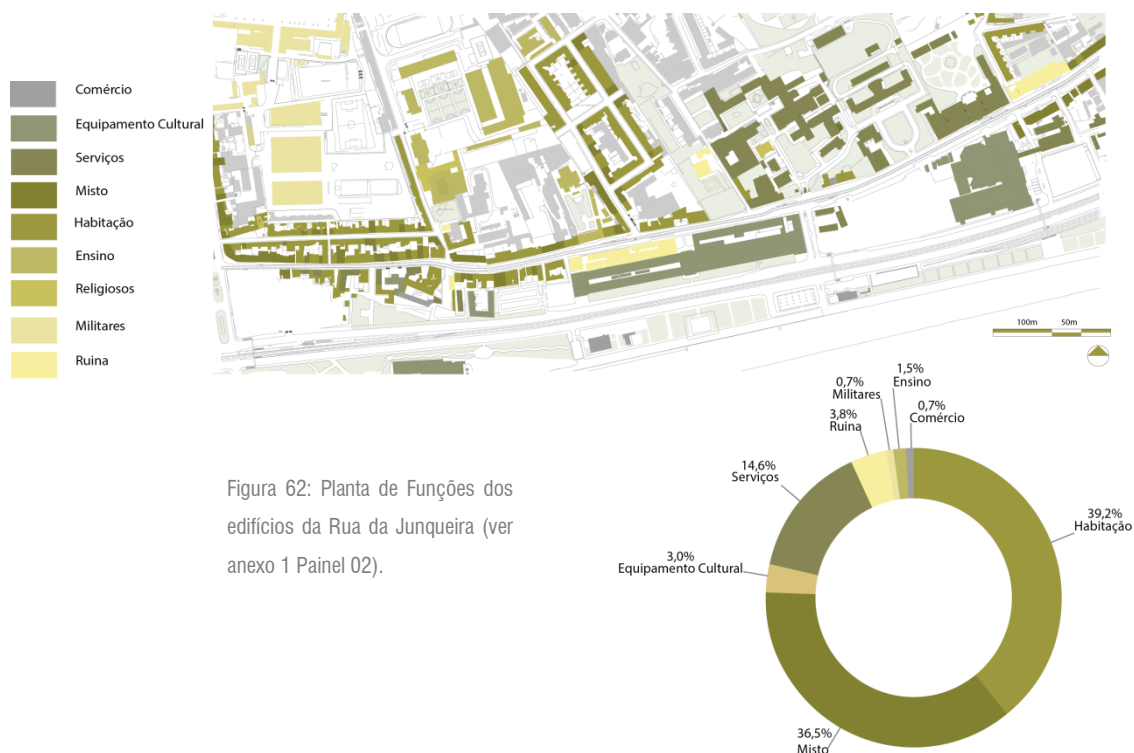
Numa terceira análise, foi feito um levantamento, segundo o Plano Diretor Municipal de Lisboa (PDML), do património, onde se constata um grande número de Imóveis Classificados, Imóveis em Vias de Classificação, Conjuntos Arquitetónicos, Património Paisagístico e Geomonumentos.



Figura 61: Planta do Património de Belém, Ajuda e Alcântara segundo o PDM de Lisboa (Ver anexo I, Painel 1).

Numa análise mais aproximada, foi realizado um levantamento exaustivo do edificado existente tendo como objetivo analisar e caracterizar cada edifício no que diz respeito ao uso e ao estado de conservação atual (Ver anexos II- Fichas dos edifícios).

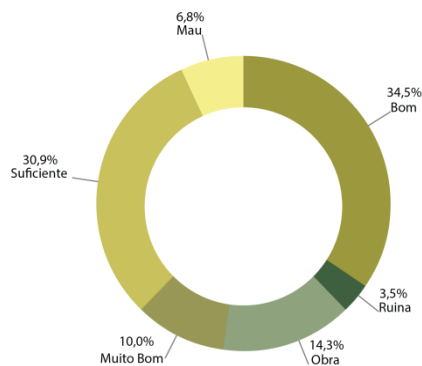
Na figura 62 podemos observar que existem duas manchas de destaque: os edifícios classificados como Bom, de cor amarelo-torrado, em que a grande maioria foram reabilitados recentemente, sobretudo os edifícios habitacionais no quarteirão da Rua da Junqueira com a Rua do Embaixador; a segunda mancha, de cor verde-escura, diz respeito aos edifícios em ruína, com destaque para os três edifícios patrimoniais alvos de intervenção a nível projetual (Ver anexo I Painel 02).



Ao nível de usos, a Rua da Junqueira divide-se em duas partes: a primeira que se estende da calçada da Ajuda até ao torreão central da Cordoaria, é marcada por edifícios de cariz residencial e misto; o segundo troço é marcado por serviços, onde se destaca um grande número de serviços médicos e hospitalares (Ver anexo I Painel 02).



Figura 63: Planta do estado de Conservação dos edifícios da Rua da Junqueira (ver anexo 1 Painel 02).



Numa análise ao nível do espaço verde, foi realizado um levantamento de todas as espécies herbóreas da Rua da Junqueira e da frente ribeirinha, de forma a ter uma noção de quais as espécies mais indicadas para esta área, após o levantamento, podemos destacar o Espinheiro-da-virgínia, Álamo Branco / Choupo, Jacarandá Mimoso, Palmeira-das-Canarias e Álamo Branco, que representam um total de 85,8% das árvores nesta área.

Foram ainda detetadas diversas anomalias nos espaços verdes, devido à sucessiva falta de manutenção dos mesmos, cada um com a sua representação, sem que exista nenhuma ligação entre eles.

Figura 64: Levantamento de todos os espaços verdes e de todas as espécies herbóreas da Rua da Junqueira e da frente ribeirinha (ver anexo 1 Painel 02).



4.3- Os edifícios patrimoniais e a industrialização da Rua da Junqueira

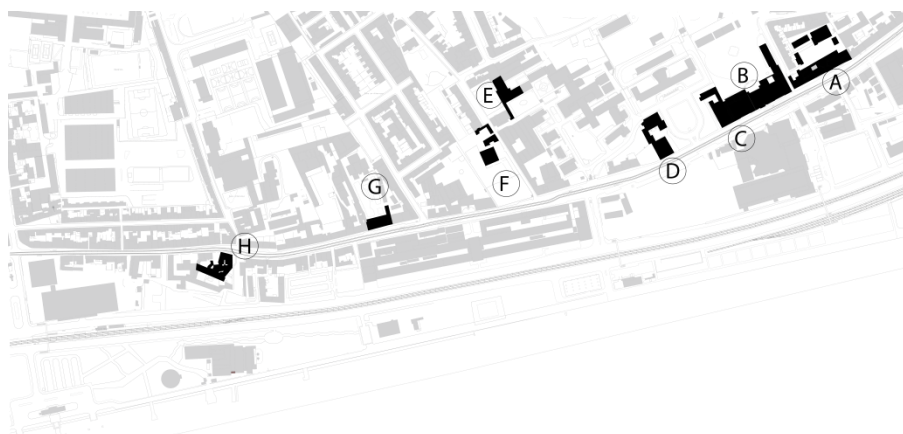


Figura 65: Planta da Cidade de Lisboa- Filipe Folque 1856-58.

A sucessão de casas nobres e Palácios com as suas quintas de recreio, acompanhadas pela edificação de igrejas e casas conventuais, marcam o carácter aristocrático na urbanização da Rua Direita da Junqueira. O seu desenvolvimento, materializado no crescimento urbano das zonas de Belém e Ajuda, reflete uma estrutura urbana linear afirmada principalmente no tempo do rei D. João V, testemunhada pela permanência da edificação setecentista no lado norte da Rua da Junqueira, entre a Rua 1.º de Maio e o Largo Marquês de Angeja, ainda hoje bem visível, muito embora todas as alterações que foi sofrendo ao longo do tempo (GARCÍA, 2013).

Na segunda metade do século. XVIII a construção dos conventos dos frades Agostinhos da Boa Hora e o convento da Visitação de S. Maria de Lisboa, introduziram dois eixos importantes na articulação, perpendicular entre a zona da Ajuda e a Rua da Junqueira respetivamente através da calçada da Boa Hora e a Rua Alexandre Sá Pinto.

Figura 66: Esquema de localização dos dez Palácios na Rua da Junqueira.



A)- Palácio dos Condes da Ribeira Grande

No edifício número 66 da Rua da Junqueira esteve, durante muitos anos, instalada a Escola Secundaria Rainha Dona Amélia. Foi seu proprietário, o primeiro Marquês da Ribeira Grande, D. Francisco de Sales Gonçalves Zarco da Câmara, e resultou de modificações e ampliações das casas nobre mandadas erguer, no século XVIII, pelo 2º Marquês de Nisa e Vidigueira, em terrenos aforados a João de Saldanha e Albuquerque (MAIA ATAÍDE, 1988).

B)- Palácio Burnay

Para ocidente da Travessa do Conde da Ribeira, estende-se ao longo da Rua da Junqueira o prédio número 86, um vasto e imponente edifício onde se encontram instalados serviços de Instituto de Investigação Científica Tropical e o Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

O núcleo original deste edifício é constituído por um corpo retangular com quatro torreões nos ângulos. Posteriormente foi-lhe acrescentada uma torre central com cúpula.

Assenta sobre uma planta simétrica. O corpo central é de dois andares, aumentados de mais um nos torreões dos cantos e de mais dois no torreão doutro, extensos corpos dum só piso, com onze vãos, articulados por pilastras, e terminados, superiormente, por terraços com balaustrada.

Teve como origem o Palácio que D. César de Meneses, principal da Sé de Lisboa, mandou erguer no século XVIII em terreno aforado por João de Saldanha e Albuquerque (MAIA ATAÍDE, 1988).

C)- Palacete Ponte (Melo e Torres)

Este imóvel, que foi dos Condes da Ponte, tem o número 94 da Rua da Junqueira. Passou por várias mãos e hoje encontra-se aí instalada a Administração do Porto de Lisboa.

Sofreu ao longo dos tempos transformações diversas, sendo a mais importante no século XX, em que foi despojado do terreno com dependências que possuía a ocidente. Esta transformação é sobretudo sensível na longa fachada oeste, de quinze vãos, cujo andar nobre, coroado de platibandas de círculos intersectados, com as suas janelas de sacada de sobre verga reta saliente e grades de varão de ferro.

A fachada principal apresenta três corpos articulados por pilastras. As janelas têm características idênticas à da fachada oeste, mas as ferragens das varandas e das duas janelas que ladeiam o portão mostram expressão diferente, baseada em losangos e setas cruzadas (MAIA ATAÍDE, 1988).

D)- Palacete Pessanha

O edifício com o número 112 da Rua da Junqueira foi mandado construir por D. João da Silva Pessanha. Pertenceu depois ao Marquês de Valada e à Condessa de Porto Brandão, e é hoje propriedade do Estado e sede do departamento de Relações Internacionais e Convenções de Segurança Sociais.

Embora com elementos que sugerem a sua ligação ao século XVIII, a fisionomia geral é oitocentista. Possui três fachadas, tratadas com a imponência que, normalmente, só é reservada à principal. As três fachadas são coroadas por platibandas, com balaústre ao longo das faces sul e poente, parcialmente cega na do nascente.

As modificações que sofreu no interior, entre as quais a eliminação da capela, não permitem ajuizar o seu aspeto primitivo (o mesmo aconteceu com o Palácio Burnay). (MAIA ATAÍDE, 1988)

E)- Palácio do Pátio do Saldanha (Palácio Ega)

A meio da Calçada da Boa Hora, à direita de quem sobe, rasga-se o Pátio do Saldanha, espaço retangular ajardinado, separado da rua por um gradeamento, ao fundo do qual se estende a fachada nobre do Palácio. No século XVII era conhecido pela designação de Palácio da Junqueira e, mais tarde por Palácio da Ega, depois que os Saldanha e Albuquerque seus proprietários receberam o título de condes da Ega.

No decorrer dos anos, o Palácio sofreu grandes intervenções. Caiu em estado de degradação, arruinou-se e foi restaurado, reconstruído e acrescentado. A fachada voltada a ocidente não se encontrava como agora se vê. A ala norte não tinha mais do que um andar. Na última grande restauração que sofreu, foi-lhe dado um traçado simétrico em relação ao corpo central. A fachada atual, de dois andares, é constituída por três corpos contíguos, mas com coberturas de quatro águas (MAIA ATAÍDE, 1988).

F)- Palácio da Quinta das Águias

A Quinta da Águias está limitada pela Rua da Junqueira e a Calçada da Boa Hora. Como todos os Palácios e casa nobres da Junqueira, a Quinta das Águias provém do aforamento parcelar do domínio dos Saldanha e Albuquerque.

A parte sul da propriedade foi aforada ao licenciado Manuel Lopes Bicudo que aí construiu a primeira casa, núcleo provável do Palácio atual. Adquirida em 1731 por Diogo de Mendonça Corte Real, secretário de D José I, que caiu em desgraça, foi preso e desterrado até à sua morte em 1771. Foi Diogo de Mendonça quem, por novo aforamento, ampliou a quinta até ao seu limite norte atual.

A fachada leste apresenta dois andares e uma mansarda, e cujo torreão é ocupado pela capela. A reentrância provocada pelo avanço dos torreões dá lugar

a um alpendre, dividido em três zonas e assentes em pares de colunas toscanas. A fachada sul deita sobre o jardim, e a diferença de nível do terreno acrescenta-lhe um andar inferior.

Ao longo da quinta, para o norte do Palácio, estendem-se terrenos de horta e de pomar, além doutras dependências (MAIA ATAÍDE, 1988).

G)- Casa Nobre de Lázaro Leitão

O número 190-196 da Rua da Junqueira situa-se, numa zona que foi erma até 1701, altura em que os Saldanha, proprietários desses terrenos, fizeram aí construir várias casas.

Foram essas habitações que o principal da Sé Patriarcal e lente da universidade de Coimbra, Lázaro Leitão Aranha, comprou, mandou demolir e aí construir uma casa de campo.

A obra foi entregue a Carlos Mardel. O edifício constitui-se como um retângulo paralelo à rua, ao qual se junta numa das extremidades um outro corpo em L. Na fachada principal, surge um corpo central de um único andar, rematado por cimalha ornada de quatro vasos decorativos (MAIA ATAÍDE, 1988).

H)- Palácio dos Marqueses de Angeja

Situado na Rua da Junqueira e tornejando para o chamado largo do Marquês de Angeja, este Palácio de pequena dimensão e aspeto singelo apresenta raízes seiscentistas, reveladas na robustez dos cunhais e na molduração das janelas, dispostas em dois andares. O Palácio pertenceu aos marqueses de Angeja. Hoje o edifício está descaracterizado. No pequeno pátio que se abre à face norte, existe a capela palaciana, de modesto traçado neoclássico (MAIA ATAÍDE, 1988).

A industrialização da Rua da Junqueira

A descrição que seguidamente se realiza, relaciona-se com a contextualização da Cordoaria Nacional num contexto de industrialização da Rua da Junqueira.

Com o objetivo de equipar com cordame, de fabrico nacional, os navios da Armada, já em 1788 se levantara na Junqueira a Real Fábrica da Cordoaria, construída sob o risco do arquiteto Reinaldo Manuel dos Santos, nos terrenos contíguos ao forte de S. João da Junqueira, em local ao tempo conhecido por “Porto Franco”.

Este é o primeiro registo de atividade industrial naquela zona. No entanto, o processo de implementação de indústrias na Rua da Junqueira inicia-se na prática no início do século seguinte.

Logo no início do século XIX a Junqueira conhece transformações significativas. Deixa de ser exclusiva a relação direta e única entre os Palácios e o rio, para surgirem ocupações industriais disputando esta situação privilegiada. Simultaneamente aparecem as vilas e pátios destinados a habitação dos trabalhadores, bem como a criação de novos transportes. Em 1811 a Câmara introduzia a numeração de polícia nas portas dos edifícios da Rua da Junqueira.

Entre os anos de 1836 a 1854, a urbanização de parte da Calçada da Ajuda, da Rua da Junqueira e da Rua do Bom Sucesso conhece um importante desenvolvimento com a construção de novas habitações destinadas a arrendamento, processo que se prolongou pela segunda metade do século.

O abastecimento de água ao bairro da Junqueira era problemático. A água existente dos poços locais tornava-se insuficiente em épocas de seca e a sua qualidade não era a desejável. Para minimizar o problema, é construído um chafariz de espaldar, em 1821. Sob o traço do arquiteto da Junta das Águas Livres, foi implantado numa meia-laranja, frente ao edifício da Real Fábrica da Cordoaria (GARCÍA, 2013).

O tráfego e a circulação pela zona ribeirinha, gerado pelo crescimento das indústrias, acentuou-se em meados do século, dando origem à concessão feita à

“Companhia de Carruagem Omnibus” de Lisboa, para o estabelecimento de carreiras entre Lisboa, Belém, Poço do Bispo, Benfica, e Sete Rios.

Em 1873 surgiu em Lisboa um novo meio de transporte, carros puxados a tração animal sobre carris de ferro, denominados os “Americanos”. Foi uma concessão feita à companhia “Carris de Ferro de Lisboa” e suscitou forte adesão por parte do público de tal forma que acabaria por excluir as outras companhias com relevo neste tipo de transporte na cidade.

Em terrenos da “Quinta do Saldanha”, ao Calvário, nasce em 1874 a Estação de Santo Amaro, onde é iniciada a construção de cavalariças, cocheiras, oficinas e celeiros. No final deste primeiro ano de exploração, a Companhia dispunha de 29 500 metros de linha assente, 54 carros em circulação e 421 cabeças de gado. Em pleno século XXI a estação continua a funcionar no mesmo local, contando agora com o Museu da Carris.

Em 1895 veio a assumir especial importância a linha de caminho-de-ferro entre o Rossio e Belém.



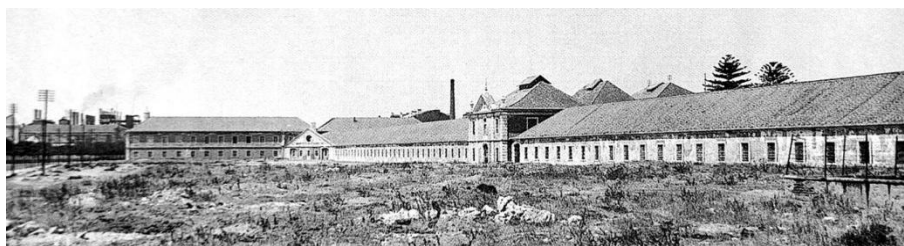
Figura 67: Planta Silva Pinto, com destaque para a Rua da Junqueira.

Não apenas com o objetivo de tornar a navegação no Tejo mais segura mas também pela necessidade de introduzir os necessários melhoramentos sanitários nas deficientes condições de saída de afluentes e efluentes nas praias ribeirinhas mais próximas de Lisboa, em 1888 promove-se a construção do Porto de Lisboa, com a consequente regularização e alinhamento das margens do rio. Da conquista de terrenos ao Tejo resulta uma significativa área para a implantação de infraestruturas portuárias e industriais (GARCÍA, 2013).

4.4- Caracterização e análise da Cordoaria Nacional

A Real Fábrica da Cordoaria Nacional

Figura 68: Fotografia da Fábrica da Cordoaria Nacional antes da demolição dos torreões.



O edifício da Cordoaria Nacional, designado primitivamente por Real Fábrica da Cordoaria Nacional, apresenta características únicas. Adquirindo em 1996 o estatuto de Monumento Nacional, passou a fazer parte da lista do património industrial classificado pelo IPPAR185 segundo o decreto nº.2/96 de 6 de Março.

Os Antecedentes da Real Cordoaria

Antes do terramoto de 1755, a oficina da cordoaria situava-se no Arsenal da Ribeira das Naus, dirigida pelo cordoeiro Manuel Pereira Soares. Nesta altura o fabrico dos cabos, amarras e enxárcia fazia-se com recurso a processos primitivos, o que obrigava a recorrer a importações do estrangeiro.

Devido ao incêndio que se seguiu ao terrível terramoto de 1755, o cartório do Arsenal ficou por completo destruído, e toda a documentação sobre o fabrico do cordame até essa altura (SANTOS, 1962).

António Baptista Sá era filho do proprietário duma cordoaria no Porto. Foi mandado pelo seu pai a Inglaterra, com o fim de aprender nas cordoarias Inglesas o segredo da passagem do fio de enxárcia pelo alcatrão, método à data desconhecido em Portugal.

António de Sá regressa a Portugal em 1770. Conhecedor do segredo do alcatroamento da enxárcia, tinha como objetivo montar a sua própria fábrica, e obter do Marques de Pombal, todo o monopólio da enxárcia, cabos e amarras destinados à Armada Real.

O Marquês de Pombal convida António de Sá a aceitar o lugar de mestre de oficinas de cordoeiros do arsenal, que nessa ocasião se encontra vago. Prometeu ainda que num futuro próximo, o Estado iria edificar uma nova fábrica, da qual ele também seria mestre.

Aconteceu porém, que o mestre António Sá lutava com falta de espaço no Arsenal Real da Marinha para poder manufaturar os cabos e amarras com o comprimento necessário para os fins a que se destinavam. Foi então, que se tomou a decisão de transferir essa fábrica para a vastíssima praia da Junqueira, ocupando o espaço que ia do Forte S. João, mais conhecido pelo Porto Franco (forte destruído/demolido para dar passagem a Av. Índia) até ao Palácio do conde da Ponte, próximo a Santo Amaro (SANTOS, 1962).



Figura 69: Vista aérea do Arsenal de Marinha situado na Ribeira das Naus.

O Marquês de Pombal nunca se esqueceu da promessa feita a António de Sá. Em 29 de Julho de 1775, D. José I assinava 2 decretos, um que nomeava o escrivão da mesa grande do Arsenal, Luís António de Leixo e Seixas Souto Maior, como fiscal, para dirigir a nova Fábrica da Cordoaria estabelecida na Junqueira; o outro decreto designava Administrador na pessoa de mestre António Baptista de Sá (SANTOS, 1962).

A Construção do Edifício

Depois de fundada pelo Rei D. José I a 29 de Julho 1775 a Fábrica da Cordoaria nas praias da Junqueira, tudo apontava para uma construção rápida do edifício, mas isso não sucedeu. A demora foi longa, e os trabalhadores de Cordame trabalhavam em condições desumanas ao longo das praias da Junqueira.



Figura 70: Planta e alçado da Cordoaria Nacional 1778.



Após a morte de D. José I a 23 de Fevereiro de 1777, e com a subida ao trono de D. Maria I inicia-se assim a construção de Real Fábrica da Cordoaria. Subsistem no entanto algumas dúvidas sobre a data exata do início da obra. Segundo o autor José Mártires dos Santos na sua obra *A Cordoaria Nacional e a sua história*,

“Sobre a construção do edifício, um problema se nos deparou: em que data se iniciou esta obra? No tempo de Marquês de Pombal ou já no reinado de D. Maria I?”.

“Num dia de muito calor, andava a rainha D. Maria I passando no seu coche próximo da praia da junqueira quando, a certa altura mandou fazer alto, próximo do local onde os cordoeiros estavam trabalhando à torreira dum sol ardente”.

(SANTOS, 1962:42)

A rainha, depois de atentar nas desumanas condições de trabalho dos cordoeiros, ordenou ao seu Secretário de Estado, Marques de Angeja, que concedesse o dinheiro necessário para a construção de telheiros próprios para o fabrico de cordame. E, no sentido da obra não ficar muito dispendiosa ao seu erário, concedeu à cordoaria a própria pedreira do Rio Seco, para dela ser retirada a pedra necessária para o fim em vista (SANTOS, 1962).

Manuel Rainaldo dos Santos, arquiteto projetista da Real Fábrica da Cordoaria, em 1788 dá por concluída a construção de duas alas paralelas, com o comprimento de 353,30m e 12,27m de largura ou seja 4 335 m² cada uma, separadas entre si por um pátio em todo o seu comprimento. Inicialmente essas alas eram descobertas, pois só mais tarde lhes foi colocado o respetivo telhado.

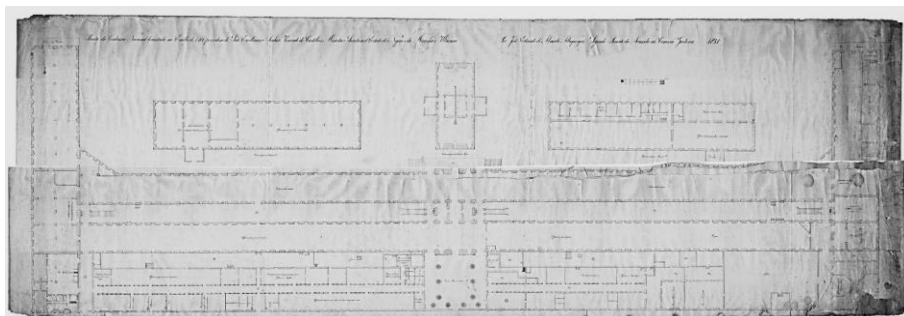


Figura 71: Planta da Cordoaria Nacional 1851.

O edifício tem um corpo central e dois laterais, denominados Torreões com primeiro andar, e duas grandes naves paralelas com um pátio que as acompanha e separa, em toda a sua extensão, só tinha, como ainda hoje sucede numa grande parte, um pavimento ao nível do rés-do-chão. O que mais realça neste edifício do século XVIII, não é a sua magnificência arquitetónica, mas, sim, a solidez da sua construção, cujas paredes-mestras chegam a medir 2,40m de espessura. As suas frentes, respetivamente do lado norte e sul, têm 394m de comprimento (SANTOS, 1962).

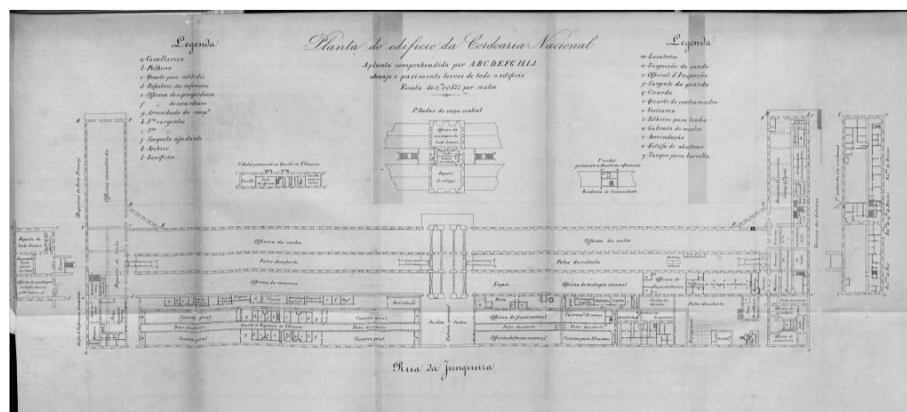
Como o Tejo banhava o lado sul do edifício, foram construídos cais destinados ao desembarque de matérias-primas. Quando no final do século XIX, foi necessário proceder a um aterro no Tejo para se construir o caminho-de-ferro de Lisboa a Cascais, esses cais ficaram inutilizados.

Em 1798, os torreões laterais tinham sido acrescidos com o dobro do seu comprimento, entrando, assim pelo Tejo. Mas, quando foi resolvido desviar a linha férrea e a avenida da Índia para o local onde atualmente se encontram, tornou-se inevitável a demolição dessas partes salientes do edifício.

A superfície total da cordoaria Nacional era, no século XIX, de 28 055 m² e o número das suas janelas totalizava 365.

Este edifício destaca-se em termos compositivos por um conjunto de características morfológicas, como o ritmo e simetria presente tanto a nível volumétrico, como no tratamento das próprias fachadas. Estas características estão presentes nas duas grandes naves, tanto na repetição das asnas a nível estrutura, como nos vãos que permitem criar efeitos ótico e espacial devido a longitudinalidade e horizontalidade das duas grandes naves.

Figura 72: Planta da Cordoaria Nacional 1888.



A fachada que fica ao longo da Rua da Junqueira, não corresponde hoje àquela que existia no século XVIII, somente a parte do corpo central conserva ainda o traçado primitivo. O facto apontado foi devido à construção na sua frente de novas edificações abarracadas, como se pode observar na parte oeste do edifício, porquanto a parte norte foi demolida em 1913, para dar lugar a um edifício destinado a quartel de tropas do Ultramar. Essas construções resultaram de necessidades de montagem de novas indústrias, além da cordoaria já existente, para o abastecimento à Marinha de Guerra, e por se reconhecer que, apesar da vastidão do edifício não havia espaço para tal fim (SANTOS, 1962).

No edifício existia ainda uma capela, que foi destruída no primeiro incêndio que afetou a Cordoaria, em 1826. Este foi um sinistro de tal dimensão que devorou metade da oficina do cordame, correspondente à ala poente, destacando-se também a perda do escritório com o respetivo arquivo, contendo importante documentação da história da Cordoaria até à data.

Para além do incêndio de 1826, foram ainda registados dois outros grandes incêndios ocorridos na Cordoaria Nacional. Estes não tiveram consequências desastrosas como o primeiro. Assim, em 1881, um violento incêndio desenvolveu-se com grandes proporções no torreão do lado oriental, onde no pavimento do rés-do-chão se encontrava o armazém de linho, completamente cheio, e no primeiro andar estava instalada a oficina de fiação. Também, em 1949, deu-se outro incêndio que destruiu completamente a oficina de velame, com todo o seu recheio (SANTOS, 1962).

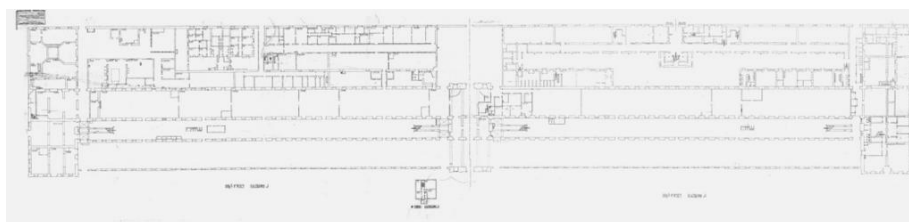


Figura 73: Análise histórica e evolutiva da Cordoaria Nacional e da Frente Ribeirinha.

No decorrer dos tempos têm estado instalados no edifício da cordoaria nacional os mais diversos organismos, uns dependentes do Ministério da Marinha, outros estranhos a ele, mas sem qualquer relação com os fins para que foi fundada a Cordoaria Nacional. Uns já abandonaram o edifício, mas outros ainda continuam a ocupar uma área muito apreciável.

Desapareceram por extinção, o recolhimento de Santa Margarida de Cortona; os Colégios de Santo António e de São Pedro; a enfermaria naval da Junqueira; a oficina de instrumentos Matemáticos e Náuticos e a divisão de reformados da Armada. Abandonaram o edifício por transferência para outro local, o Tribunal da Marinha; a Reclusão Naval da Junqueira; a Secção de reformados da Armada; o hospital Colonial; a Escola de Medicina Tropical; o quartel das tropas do Ultramar; e a lavandaria dos organismos da Pesca de Arrasto (SANTOS, 1962).

Figura 74: Planta de 19 de Novembro de 1942 do edifício da Cordoaria Nacional da Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais.



As oficinas registadas no ano de 1960 nas instalações da Cordoaria Nacional: Oficina de instrumentos matemáticos e náuticos, gabinete meteorológico, oficina de cordame nave da cocha, oficina de fiações e tecidos, oficina de tinturaria, oficina de Bandeiras, oficina de Velame, oficina de Material de Limpeza.

Atualmente, a tutela dos espaços da Cordoaria pertence a duas entidades distintas, à Marinha e ao Ministério da Cultura. Atualmente, no edifício da Cordoaria Nacional existe oficialmente o lote geminado e independente da Escola Básica do 1º Ciclo nº 166 de Lisboa, na Rua Mécia Mouzinho de Albuquerque. Para além de outras funções não-dominantes como o Gabinete de Segurança Nacional (no edifício de dois pisos, do Instituto Superior Naval, que dá para a Rua da Junqueira), o Arquivo Histórico da Marinha (no rés-do-chão do corpo central), uma escola primária, espaço para armazenamento dos mais variados objetos de barcos a mobília, galeria de arte e alguns gabinetes e espaços administrativos, esporadicamente, é palco de eventos expositivos ou feiras.

5- PROJETO URBANO E ARQUITETÓNICO



Figura 75: Ortofotomapa com a área de intervenção marcada a cor.

Figura 76: Fotografia tirada na ponte junto ao torreão nascente da Cordoaria.

Figura 77: Fotografia do jardim do Museu da Eletricidade.

Figura 78: Fotografia dos terrenos entre o Centro de Congressos e a Cordoaria.

Figura 79: Fotografia tirada na ponte junto ao novo Museu dos Coches.



Com uma área de influência imediata de 100ha, a Rua da Junqueira tem um comprimento de 3km e uma área a requalificar de 110 600m² de espaço público, incluindo jardins e praças no quarteirão delimitado pela Rua da Junqueira e pela Avenida da Índia.

Após o levantamento de cartografia histórica, análises históricas e estudos do sítio da Rua da Junqueira, surge a necessidade de uma análise mais detalhada e atual que será utilizada como diretriz para o projeto urbano e arquitetónico da área de intervenção. Esta análise foi complementada com a realização de dois questionários, em dois momentos distintos, o primeiro em 2015 onde se procurou avaliar a opinião da população no que diz respeito ao património português em alteração, mais em concreto, sobre o Antigo Museu dos Coches, o Novo Museu dos Coches e a Cordoaria Nacional, desconhecida por grande parte das pessoas. O questionário foi realizado a um universo de 331 pessoas, 150 do Sexo Feminino e 181 do Sexo Masculino, onde 72,6% tinham entre 19-44 anos.

Em 2016 foi projetado um novo questionário, semelhante ao anterior, com uma amostra de 100 pessoas moradores da envolvente da Cordoaria Nacional e do

novo Museu Nacional dos Coches, mais em concreto, os moradores da Rua da Junqueira e da Rua do Embaixador.

Após as várias vertentes de análise anteriormente apresentadas, da análise das conversas e dos resultados dos questionários, surgiu a necessidade de criar um Diagnóstico SWOT, com o objetivo de captar todas as oportunidades, ameaças, pontos fortes e pontos fracos da área de intervenção. A partir deste diagnóstico, definiram-se objetivos gerais e objetivos específicos a atingir. A partir dos objetivos, elaborámos estratégias, um programa de ações e projetos descritos seguidamente.

<p>Pontos Fortes (Strengths):</p> <ul style="list-style-type: none"> •Proximidade do rio •Dimensão cénica •Oferta de equipamentos culturais •Dimensão da oferta de espaço público •Bons níveis de infraestruturas de acessibilidade •Morfologia urbana •Topografia plana •Área monumental, histórica e simbólica •Forte componente turística •Eixos visuais sobre o rio e sobre a cidade •Capacidade de atração de habitantes e turistas 	<p>Pontos Fracos (Weaknesses):</p> <ul style="list-style-type: none"> •Desarticulação entre espaços e equipamentos •Pouca permeabilidade entre a malha urbana e o rio •População envelhecida •Parque habitacional degradado •Barreira rodo-ferroviária •Muro / vedação da central tejo, barreira física e visual •Carência e desorganização do estacionamento •Reorganizar o sistema viário e o estacionamento •Ausência de ligações diretas com a estação fluvial •Ausência de mobiliário urbano •Poluição sonora
<p>Oportunidades (Opportunities):</p> <ul style="list-style-type: none"> •Qualificar e revitalizar o espaço público ribeirinho •Devolver o rio à cidade •Reabilitar o parque habitacional degradado •Promover a ligação entre os diferentes equipamentos •Introduzir novas funções e usos, dinâmicas sociais e económicas. •Afirmar e definir a continuidade das vias cicláveis •Potenciar a atratividade e fixação de famílias •Gerar emprego e captar serviços •Potenciar e afirmar o turismo •Diminuir e eliminar barreiras de aproximação ao rio 	<p>Ameaças (Threats):</p> <ul style="list-style-type: none"> •Perda de população •Especulação imobiliária / valor do solo •População envelhecida •Idade do parque habitacional – envelhecido •Aumento da circulação viária nas Avenidas da Índia e Brasília •Perda de oferta de serviços e comércio •Aumento da carga turística

5.1- O projeto urbano

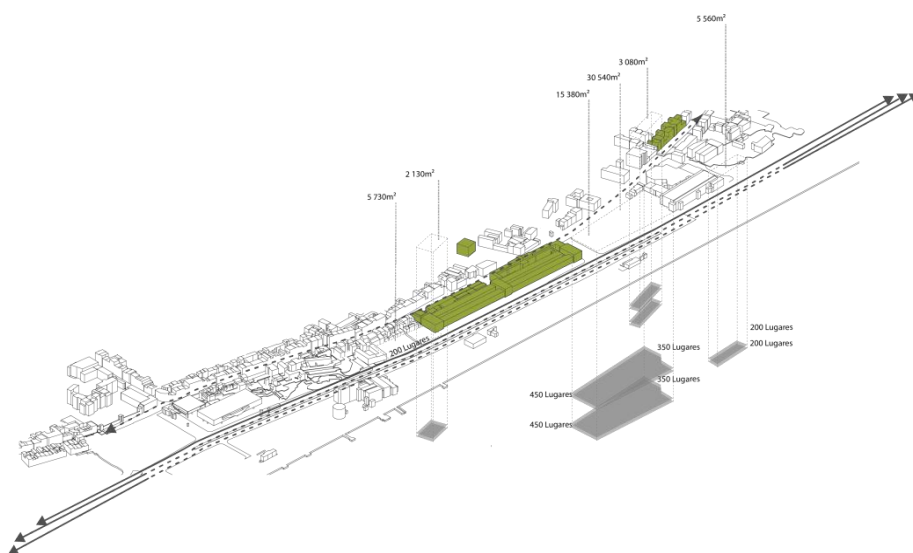


Figura 80: Perspetiva da Rua da Junqueira, com destaque aos estacionamentos projetados.

Tomando como ponto de partida uma intervenção em área consolidada, definida na planta de ordenamento (qualificação do Espaço Urbano) do PDM de Lisboa como, Espaços Centrais e Residenciais – Traçado Urbano A, e Espaços Ribeirinhos, foram, dentro do limite definido para a intervenção, definidas 3 áreas específicas de atuação, tendo em conta as oportunidades e qualidades do espaço, quer pela ausência de função (vazios urbanos) e edifícios devolutos, quer em função dos usos e funções permitidas¹⁹.

O projeto procura assentar os seus objetivos no Plano Diretor Municipal de Lisboa (PDML), no Plano Geral de Intervenção para a Frente Ribeirinha e no Plano Estratégico de Reabilitação Urbana de Lisboa 2014 a 2020, tendo em conta, o Regulamento Geral da Edificação Urbana (REGEU), a portaria 216B/2008 de 3 de Março que diz respeito ao dimensionamento dos estacionamentos.

Dentro do PDML tivemos em consideração as Unidades Operativas de Planeamento e Gestão (UOPG9 Ocidental) do Artigo 125º do Regulamento do PDM mais em concreto a UOP 20- Zona Ribeirinha Alcântara / Belém e a UOP 21- Zona Monumental de Ajuda-Belém.

¹⁹ Conferir anexo IX – Plano Diretor Municipal de Lisboa (PDML)

Foi tido também em consideração a Proposta do Plano Estratégico e Cultural da Área de Belém de 24 de Agosto de 2015.

Após a identificação dos problemas da área de intervenção, foram definidos os modos de atuação e estabelecidos objetivos para o projeto urbano.

- Criar uma continuidade cultural e histórica da área monumental de Belém até Alcântara, utilizando a Rua da Junqueira como fio condutor de toda a intervenção;
- Restruir todos os serviços de transporte público tendo em conta as novas propostas do Metro de Lisboa;
- Reabilitar, requalificar e revitalizar o espaço público existente escolhendo áreas estratégicas de intervenção que tenham um papel fundamental para a revitalização do local;
- Promover e diversificar a oferta de usos e funções no que diz respeito a equipamentos culturais, habitação e serviços;
- Valorizar e requalificar os equipamentos coletivos existentes na Rua da Junqueira;
- Aumentar e dinamizar a oferta de dormidas turísticas;
- Criar ligações entre a malha urbana e a frente ribeirinha;
- Reorganizar e disciplinar o estacionamento;
- Implementar espaços de descompressão e estadia nomeadamente jardins e praças;
- Repavimentar toda a área de intervenção, e criar novos equipamentos públicos no que diz respeito a mobiliário urbano, iluminação pública e espaços verdes;
- Criar uma continuidade dos espaços verdes de Belém até ao fim da Rua da Junqueira.

A proposta geral urbana tem a sua génese de conceção o objetivo de criar condições de acessibilidade a todas as pessoas, obedecendo ao decreto-lei 163/2006, destituindo barreiras físicas existentes e promovendo percursos e zonas de estadia com boas condições para a mobilidade, e com novas

materialidades, de forma a facilitar as pessoas com mobilidade condicionada, em especial face à barreira física da linha do comboio e das avenidas.

O espaço público assume um papel preponderante e estruturante nas diferentes áreas de intervenção, essencial na ligação entre os vários edifícios a intervir e intercalados com as áreas de estadia (praças), tendo sempre presente a Rua da Junqueira como fio condutor de todo este processo.

Como referido anteriormente, foram definidas 3 áreas específicas de atuação “Zona A, Zona B e Zona C”, e para o conjunto foi calculado uma estimativa das obras de urbanização²⁰.

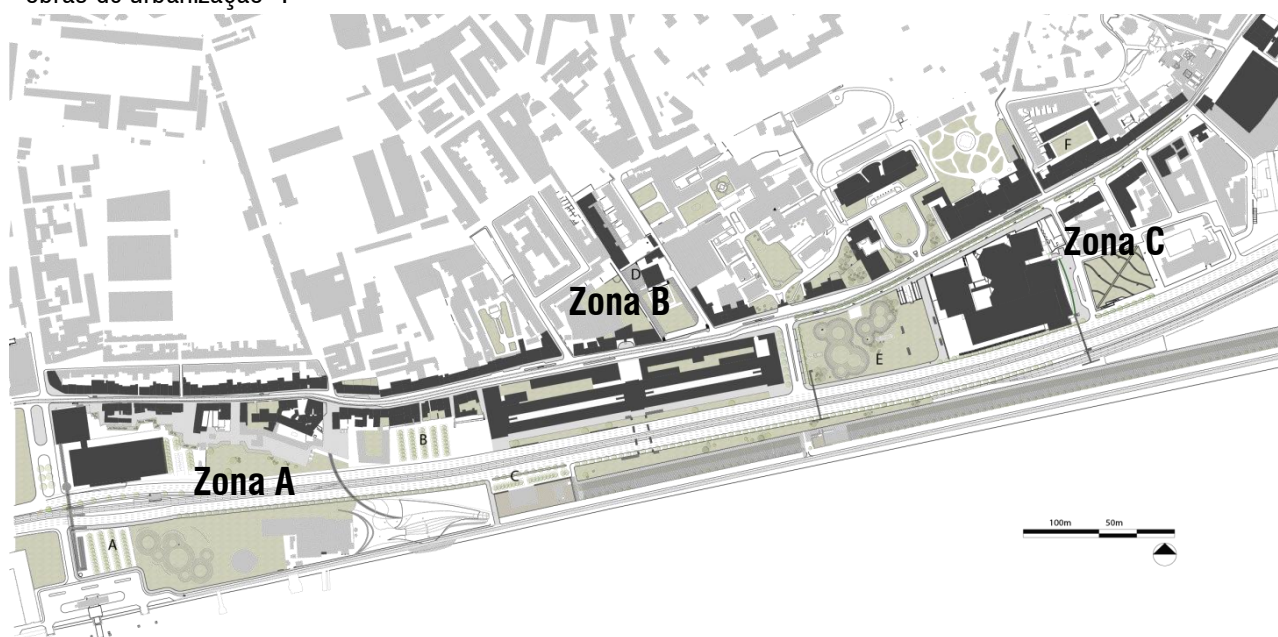


Figura 81: Planta Estratégica do Projeto

²⁰ Conferir o anexo IX- Estimativa das obras de urbanização previstas para a Rua da Junqueira.

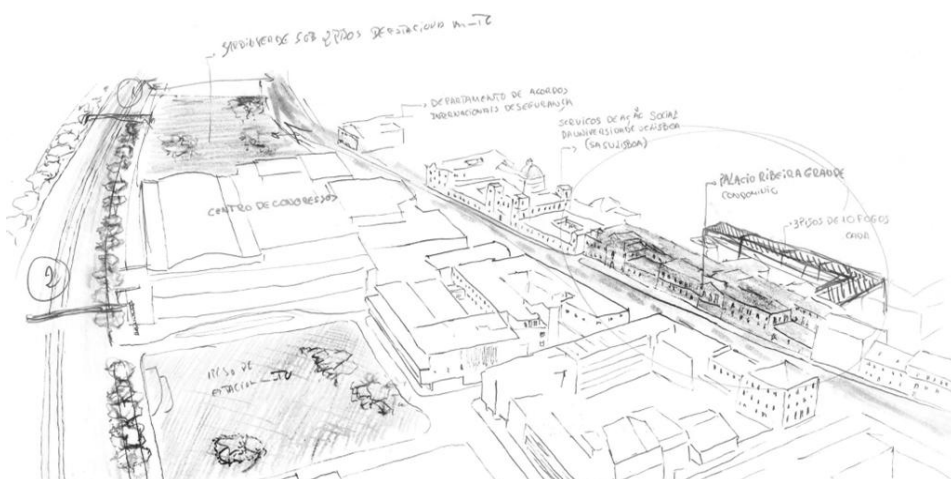
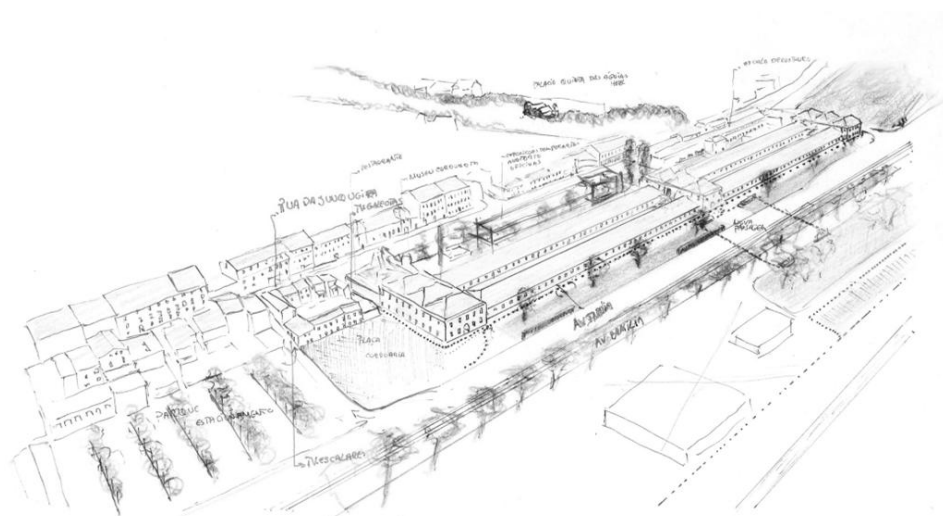


Figura 82: Desenho do interior da praça do Novo Museu dos Coches: nova proposta.

Figura 83: Desenho do interior da praça do Novo Museu dos Coches: nova proposta.

A Zona A corresponde à área compreendida entre a Calçada da Ajuda e a Travessa das Galeotas, tendo como edifícios de representação o Novo Museu Nacional dos Coches (alteração do uso atual para Museu de Arte Moderna), sede da Casa da América Latina e UCCLA, o Museu da Eletricidade, e o MAAT (Museu de Arte, Arquitetura e Tecnologia).

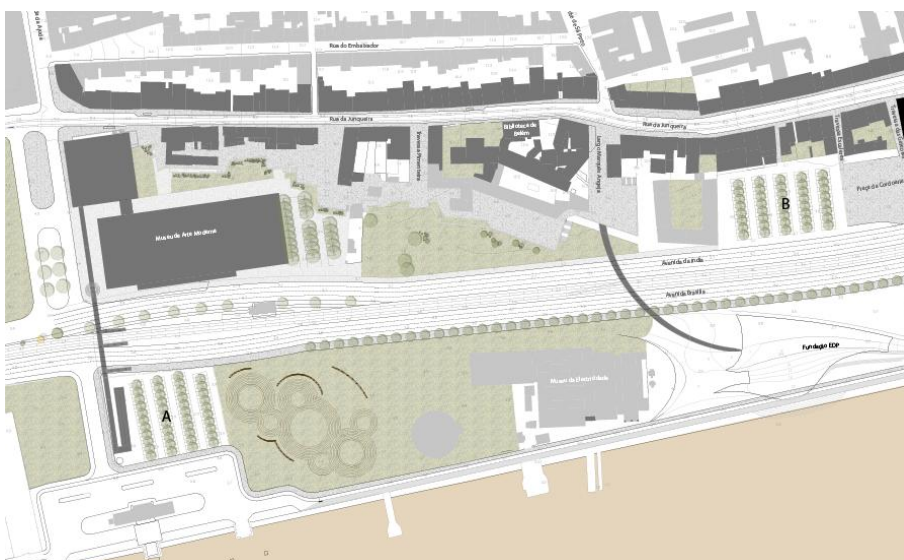


Figura 84: Planta de delimitação da zona A.

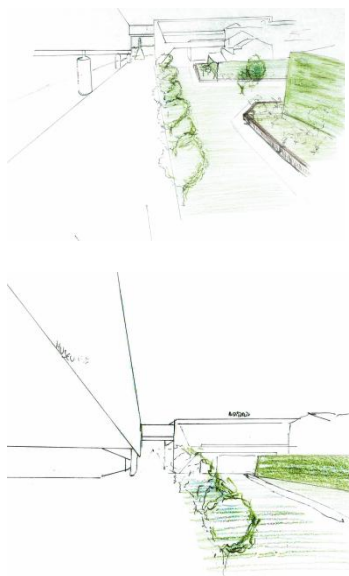
Figura 85: Desenho de estudo da envolvente da Cordoaria Nacional.

Figura 86: Desenho de estudo da envolvente do Centro de Congressos.

Aqui propõem-se a demolição de alguns barracões, dando lugar a novos espaços públicos de ligação da Rua da Junqueira com os jardins do novo Museu de Arte Moderna.

No espaço público, tendo em conta os novos edifícios (Casa América Latina e o Museu de Arte Arquitetura e Tecnologia), pretendemos requalificar todo o espaço público (correspondente às três zonas). Oferecendo deste modo novos espaços para novas zonas de estadia pedonal, acompanhadas pela mancha verde, dando continuidade aos jardins de Belém.

A praça acima do baluarte²¹ assume protagonismo por ser um ponto de acesso e chegada da frente ribeirinha através do passadiço elevado proposto pelo MAAT, foi ainda criado uma nova praça junto ao torreão poente da Cordoaria, de nome praça da Cordoaria, que assume um papel fundamental de estadia para o Museu



²¹ Baluarte é um elemento de arquitetura militar, utilizado para fortalecimento de pontos cruciais do conjunto construído.

da Cordoaria e ainda reestruturar todos os terrenos envolventes ao Museu de Arte Moderna, dando lugar a uma nova área verde de apoio ao museu e que, deste modo, marcar a continuidade da mancha verde de Belém pela Rua da Junqueira.

Foi ainda reformulado o parque de estacionamento entre a casa América Latina e a Cordoaria, e o parque de estacionamento na frente ribeirinha, os dois com capacidade para 344 carros sem contar com estacionamento do Museu de Arte Moderna.

A zona B corresponde ao espaço compreendido entre a Travessa das Galeotas até à Rua Egas Moniz, tendo como edifícios de representação a Cordoaria Nacional, e o Palácio das Águias, alvos de intervenção a nível arquitetónico, e de alteração de usos.

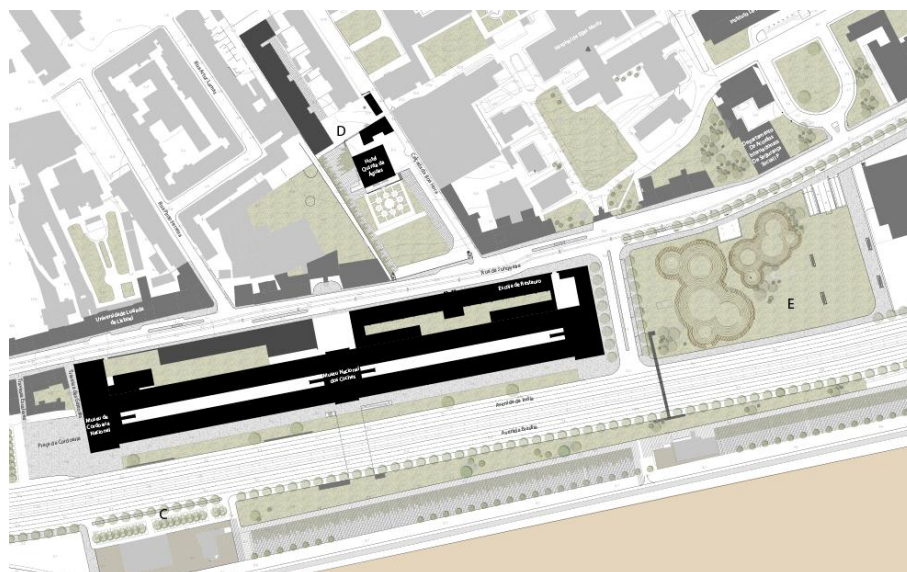


Figura 87:Planta de Intervenção na zona B.

A nível de espaço público foram detetadas diversas anomalias que põem em causa as condições de circulação pedonal e agravam os constrangimentos a nível da mobilidade condicionada, assim, como um dos objetivos da intervenção é proporcionar uma mobilidade que seja eficaz e que permita a ocorrência da acessibilidade; a Rua da Junqueira e as ruas envolventes sofrem grandes intervenções ao nível dos passeios, que foram requalificados tendo como material de destaque a calçada portuguesa, e novos materiais nas passadeiras

com os blocos de alerta em pré-fabricado de betão, na cor basalto (peças 40cmx40cmx10cm).

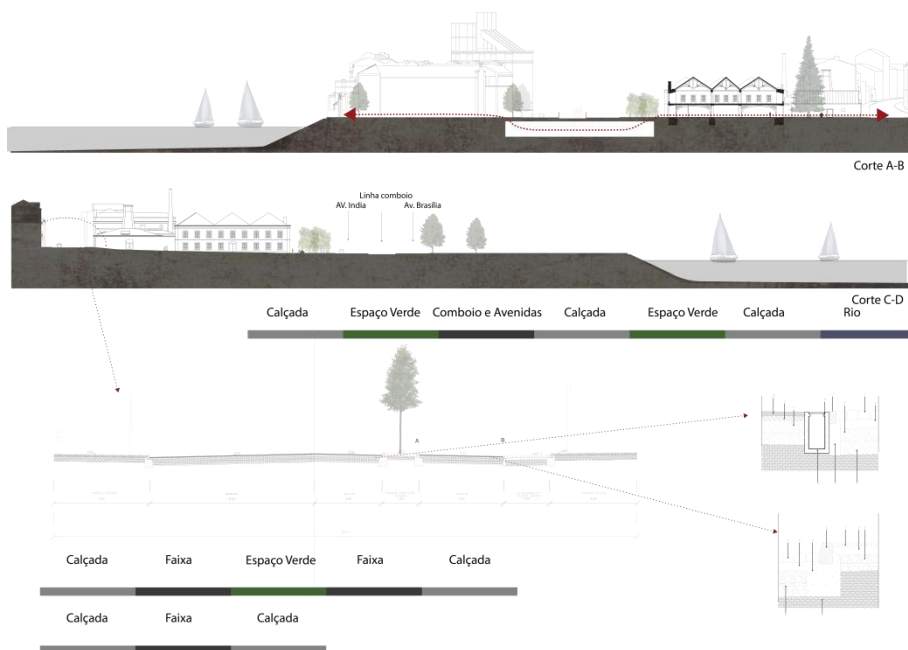


Figura 88 Cortes transversais desde a Rua da Junqueira, até ao rio, com pormenores construtivos da rua.

Foi ainda reestruturado o cruzamento da Rua da Junqueira com a Rua Mécia Mouzinho de Albuquerque, de forma a facilitar e reorganizar a circulação automóvel.

No que diz respeito ao estacionamento, foi projetado nos terrenos entre a Cordoaria Nacional e o Centro de Congressos, dois pisos de estacionamento subterrâneo com capacidade para 600 carros, com uma praça ajardinada na sua cobertura com raízes semelhantes ao jardim Expo em Wuhan, China, e ao EANA Park em Lillebonne França (ver anexo IV), onde as diferentes cotas do parque proporcionam diversos ângulos de vista para o rio e para a cidade. Esta é uma praça que remata as traseiras do Centro de Congressos. É ainda projetado uma parede ajardinada de 10m que faz o remate das traseiras do Centro de Congressos.



Figura 89: Corte a passar na nova proposta de estacionamento entre a Cordoaria e a Fil.

A nível arquitetónico, para a Cordoaria Nacional propôs-se intervenções

passando a Novo Museu Nacional dos Coches e para o Palácio da Quinta das Águias transformado num hotel de cinco estrelas.

A zona C marca o fim da área de intervenção delimitada pela Rua do Conde da Ponte e tem como edifícios de representação o Centro de Congressos e o Palácio dos Condes da Ribeira Grande.

Neste troço, é proposto um estacionamento subterrâneo para a central elétrica, e

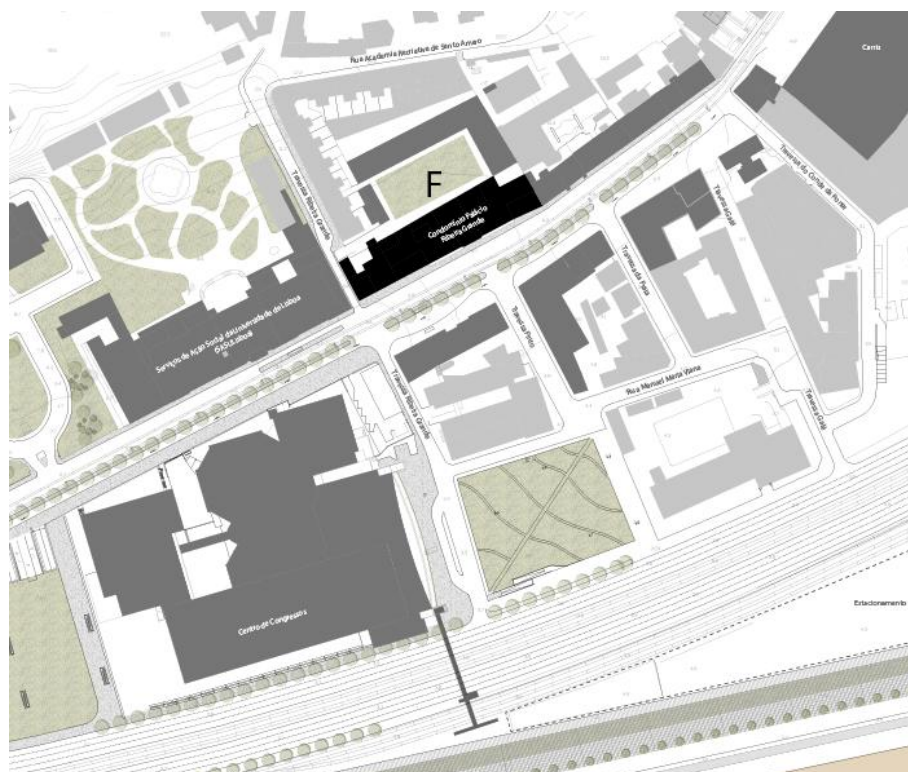


Figura 90: Planta de Intervenção na zona C.

no grande estacionamento central, é proposto, segundo o plano de pormenor do Centro de Congressos, um parque verde.

Para que a proposta tenha uma leitura única, foram aplicados os mesmos materiais do início ao fim da Rua.

- Aplicação da calçada em passeios: pavimento em calçada miúda de vidro (0.05m a 0.07m) com cubos aparelhados;
- Aplicação da calçada grossa em estacionamentos: Pavimento em calçada de (0.10m a 0.12m) com cubos aparelhados de pedra calcária vidro;

- Aplicação de lancil de vidro rijo, com 0,25x0,22m, sobre fundação de betão simples com 0,50 x 0,30m;
- Recalcular a sinalização luminosa e a sinalização vertical;
- Colocação de pilares metálicos de forma a combater o estacionamento desordeiro;
- Requalificação do Betão betuminoso rugoso de gravilha de basalto;
- A nível da plantação de novas árvores na Rua da Junqueira, o sistema utilizado é idêntico ao sistema do “Pavimentar Lisboa 2015-2020”.

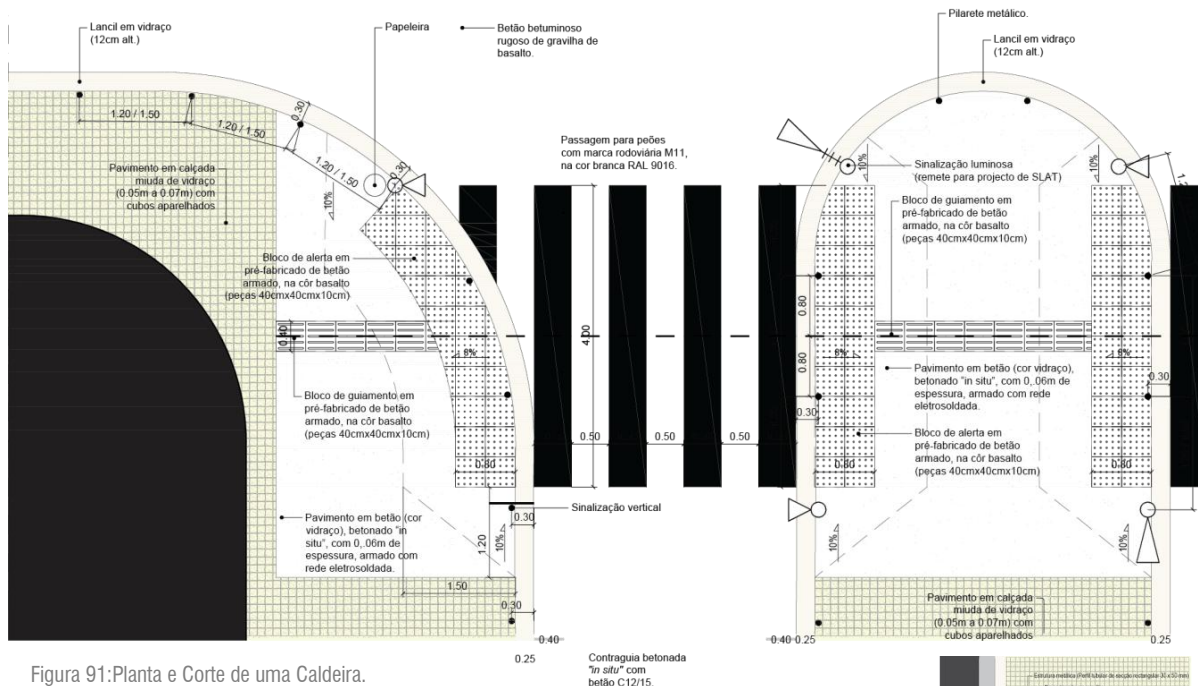
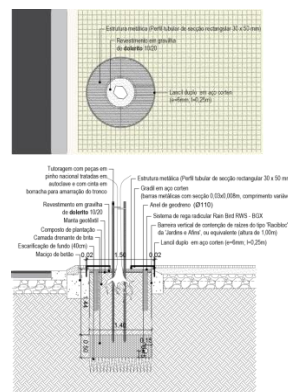


Figura 91: Planta e Corte de uma Caldeira.

Figura 92: Planta do Cruzamento do hospital Egas Moniz.



5.2- O projeto de arquitetura



Palácio da Ribeira Grande

Palácio da Quinta das Águias

Cordoaria Nacional

Figura 93: Fotografia aérea da Rua da Junqueira com destaque para os três edifícios a intervir.



A nível arquitetónico, pretendemos intervir em três grandes edifícios da Rua da Junqueira: A Cordoaria Nacional, o Palácio Quinta das Águias e o Palácio dos Condes da Ribeira Grande.

Pretende-se não apenas restituir à Rua da Junqueira uma vida própria, relacionando-a com a área monumental de Belém e o Tejo, numa integração total a uma cidade onde turismo é uma das principais componentes económicas, mas acima de tudo reabilitar a sua história e a sua memória, num exercício cujo objetivo concreto passa pela recuperação, pelo restauro, pela conservação e pela reutilização de edifícios cuja carga histórica é inegável.

5.2.1- O Palácio da Quinta das Águias²²

Tomamos em primeiro lugar como caso de estudo o Palácio da Quinta das Águias situado na Rua da Junqueira nº138 e na Calçada da Boa-Hora nº 1, 3 e 5 em Lisboa. O Palácio do séc. XVIII, está inserido no Núcleo de Interesse Histórico da Junqueira e encontra-se classificado como Imóvel de Interesse Público pelo IGESPAR (Decreto n.º 2/96, DR, 1.ª série-B, n.º 56 de 06 Março 1996). A Quinta das Águias, também denominada por Quinta de Diogo de Mendonça, Quinta do Visconde da Junqueira, Quinta do Prof. Lopo de Carvalho ou Quinta dos Côrte-Real, projetado pelo arquiteto Fortunato Lodi e pelo engenheiro Carlos Mardel.

Com uma área total de 11.370m² e uma área de construção de 2620 m², o Palácio, de planta regular, organiza-se planimetricamente dentro de quadrilátero desenvolvendo-se através de um conjunto de volumes de três pisos que se articulam entre si com cobertura de duas águas e os quatro torreões com coberturas,

de telha vidrada com beirais salientes.

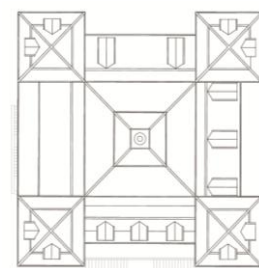
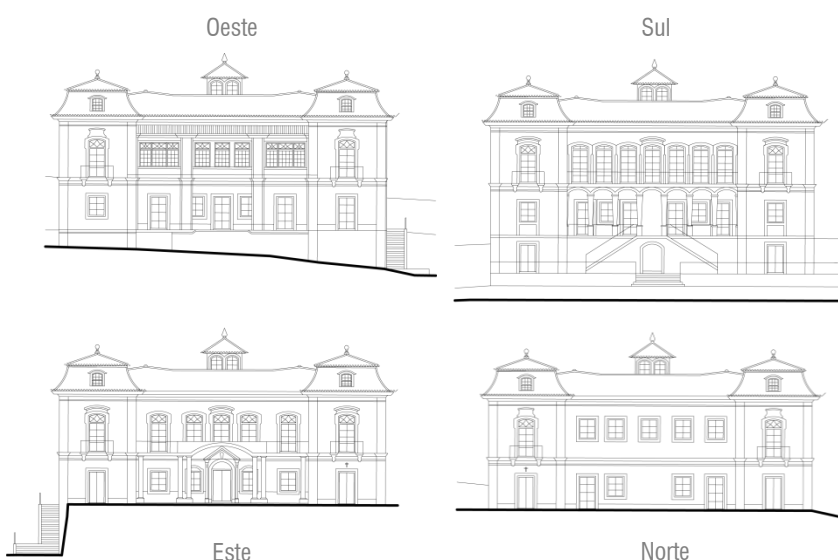


Figura 94: A fachada Sul, com carácter de exceção, apresenta três pisos, está virada para o jardim. O recuo do corpo central dá lugar a uma galeria sobre o qual decorre uma varanda com balastrada, que serve o andar superior. Sob esta varanda abrem-se vãos separados por pilares de secção quadrada. O acesso ao jardim faz-se através de uma escadaria de lanços divergentes paralelos ao plano de parede que terminam num extenso terraço limitado por balastrada.

²² Conferir o anexo V para uma cronologia e reportagem fotográfica mais detalhada do Palácio da Quinta das Águias. Conferir o anexo IX com a estimativa das obras privadas previstas para a Rua da Junqueira.

No interior, um átrio com pavimento de mármore e teto em estuque, o denominado jardim grande, fronteiro ao alçado, apresenta traçado setecentista com muretes de azulejos (cenários de caça), bustos de mármore e espécies vegetais notáveis.

Atualmente o edifício e todos os terrenos que a ele pertencem, encontra-se devoluto e em estado avançado de degradação, com grande risco de ruína. Desabitado há mais de vinte anos, o Palácio tem sido alvo contínuo de vandalismo. Só entre Setembro e Novembro de 2006 foram roubados cerca de 930 azulejos setecentistas das fachadas e escadaria interior. O mesmo aconteceu com a capela, vandalizada e furtada a talha dourada do altar²³.

O projeto de reabilitação, requalificação e reutilização do Palácio, pretende criar uma ligação lógica e coerente das partes, com os seguintes objetivos: a integração do Palácio na Rua da Junqueira a fim de completar o conjunto de edifícios palacianos presentes na Rua, dotando-se de valor patrimonial e histórico; a recuperação do Palácio de modo a preservar o edificado histórico da Cidade e impedir a continuação do estado de degradação; e a promoção da sua inserção no meio urbano, devolvendo o Palácio à cidade e a um conjunto de utilizadores mais vasto e diversificado.

Propomos para a reintegração do Palácio na cidade a alteração da sua função inicial para um novo uso, um hotel de cinco estrelas.

Deste modo tivemos em conta algumas questões que nos acompanharam ao longo de todo o processo de desenvolvimento do Projeto. Que impacto terá o hotel na Rua da Junqueira e na área monumental de Belém? Qual o público-alvo a atingir?

Numa primeira fase optámos por demolir os anexos, que não têm qualquer valor patrimonial, histórico ou artístico e que não se integram na arquitetura do Palácio. A construção do novo edifício desenvolve-se junto ao muro que está a oeste do Palácio no antigo pomar, e é constituído por um único edifício de dois pisos com capacidade para 40 quartos.

²³ Blog Lisboa SOS [consultado em 10-10-2016].

Pretendemos que este novo corpo se integre na topografia do terreno, nunca atingindo em altura a cota máxima do Palácio, que deve manter sempre o seu destaque na leitura de todo o conjunto da propriedade.

Programa: Palácio das Águias | Hotel

O projeto do Palácio das Águias, um novo hotel, terá como Clientes-Alvo os turistas que visitam e que querem permanecer na área de Belém – Alcântara.



Figura 95: Piso -1: Corresponde as antigas áreas de armazenamento, neste piso propomos criar relações diretas com os jardins laterais, criando serviços de spas e massagens, por ser uma área mais resguardada. Com saída direta para a grande varanda a ser utilizada pelo restaurante

Piso 0: Corresponde ao piso nobre do Palácio, e contem as áreas comuns do hotel. Recepção na entrada principal, restaurante virado para os jardins, salas de estar e de fumo, e ainda a capela original do Palácio.

Piso 1: e constituído por quatro Suíte de Exceção, com acesso ao segundo piso da capela.

Piso 2: e constituído por quatro Suíte de Exceção, e uma sala de estar comum.

Para isso, no que diz respeito às áreas de hospedagem, o hotel é composto por 8 Suítes de Exceção (Suites Premium) situadas no primeiro e segundo piso do Palácio e por 40 Suítes Standard (Quartos Duplos) com área 60m² no novo edifício de dois pisos construído de raiz, situado no antigo pomar do Palácio.

As áreas públicas e sociais encontram-se no piso térreo e no piso -1 do Palácio e são compostas por salas (Estar, Leitura, Fumo), restaurante com esplanadas nas varandas viradas para o jardim, bar, a receção virada a este. Ainda na cave temos um ginásio e respetivos balneários masculinos e femininos de apoio ao hotel.

No piso térreo dos antigos anexos do Palácio, situam-se os serviços de apoio ao cliente como SPA, piscina interior, sauna e banho turco.

O primeiro piso é constituído pelas áreas administrativas, de contabilidade e de recursos humanos.

As ligações entre os vários corpos que compõem o hotel são ligados por corredores de estrutura metálica, revestidos a vidro, que criam uma maior relação com os jardins do hotel.

Figura 96: Planta de conjunto edificado do Palácio Quinta das Águias

Figura 97: Alçado Este do Palácio Quinta das Águias



5.2.2- A intervenção no Palácio dos Condes da Ribeira Grande²⁴

O Palácio dos Condes da Ribeira Grande, também este situado na Rua da Junqueira nº 62-76, esteve referenciado no Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico (IGESPAR), como em vias de classificação²⁵. Segundo a Direcção-Geral do Património Cultural (DGPC), a situação atual do Palácio encontra-se num procedimento caducado, ou seja, sem proteção legal.

Mandado construir em 1701, pelo 2º marquês de Nisa, D. Francisco Luís Baltazar da Gama, em 1750 o edifício passa à posse da família dos Câmara, Condes da Ribeira Grande.

O Palácio sofre profundas alterações no século XX para receber o Colégio Arriaga, seguindo-se o Colégio Novo de Portugal (1936), Liceu D. João de Castro (1939), Liceu Rainha D. Leonor (1963), e por fim a Escola Secundária Rainha D. Amélia, que se manteve no edifício até 2002. Marcado pela constante falta de manutenção entrou em acelerada degradação.



Figura 98: Análise Evolutiva do Palácio da Ribeira Grande.

Apesar das modificações por que passou, são ainda muitos os elementos originais do antigo Palácio, como a fachada monumental de dois pisos, ordenada a partir do portão central, os jardins e a capela de Nossa Senhora do Carmo, com a sua fachada principal tripartida, nave praticamente quadrada e retábulo-mor da autoria de Máximo Paulino dos Reis. Trata-se de uma extensa construção de dois andares. O corpo central desenvolve-se a partir de um eixo de simetria e avança, em relação aos dois laterais, o suficiente para criar espaços de proteção

²⁴ Conferir o anexo VI para uma cronologia e reportagem fotográfica mais detalhada do Palácio da Ribeira Grande, e o anexo IX- Estimativa das obras privadas previstas para a Rua da Junqueiras)

²⁵ 28 de Junho de 1991: Despacho de abertura do processo de classificação, IPPAR.

às janelas do andar térreo, por meio de gradeamentos encostados a pilares de pedra, assente em muretes. O conjunto é completado, a nascente e a poente, por dois corpos de um só piso e três vãos, cobertos por terraço limitado por guardas em balaustrada. A poente do Palácio encontra-se a capela setecentista, da invocação de Nossa Senhora do Monte do Carmo.

Com a reabilitação e requalificação deste emblemático Palácio, propomos um condomínio composto por 24 fogos no Palácio e um novo edifício nos antigos jardins, com 30 fogos.

O acesso principal do edifício terá lugar na rua da Junqueira, e o acesso dos estacionamento subterrâneos na rua lateral ao Palácio.

O Palácio terá um corredor de acesso central com as respetivas entradas dos fogos, cada fogo terá características únicas dos vestígios do mesmo.

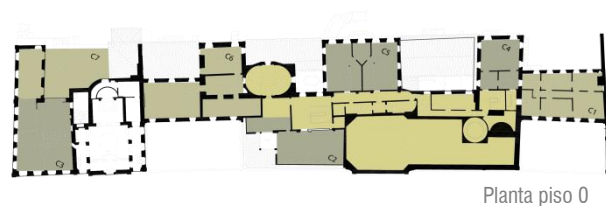
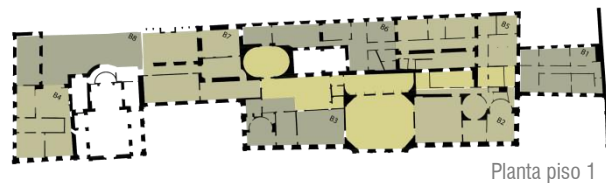


Figura 99: Planta dos Esquema de Usos do Palácio da Ribeira Grande.

Programa: Palácio dos Condes da Ribeira Grande | Condomínio

A proposta passa por uma componente de recuperação do Palácio e a sua conversão para albergar diversas tipologias habitacionais, respeitando a essência do edifício primitivo e trabalhando a memória, não na procura de revivalismos e de mimetismos, mas numa referência ao passado do edifício.

Para o edifício do Palácio dos Condes da Ribeira Grande, cada fogo terá características únicas, privilegiando-se assim o cariz do antigo Palácio. Deste modo, a entrada principal do edifício é feita pela Rua da Junqueira, e é marcado por um grande hall de entrada onde funciona a receção do edifício.

Do hall passamos para um corredor interior de acesso a 9 fogos com áreas entre 125 a 222m².

No fim do corredor, junto à capela do Palácio, temos os acessos verticais como a escadaria nobre e elevadores que iram dar acesso ao primeiro e segundo piso. O primeiro piso é constituído por 8 fogos e uma sala comum situada na antiga biblioteca do Palácio, o segundo irá conter 7 fogos, dos quais 4 são duplex. Dando assim um total de 24 fogos dentro do Palácio.

O novo edifício projetado em torno dos jardins do Palácio, procura dialogar com o primeiro sem se impor a ele. Nesta proposta de projeto procurou-se assim fazer com que a intervenção contemporânea tornasse a sensação de passado ainda mais viva. É constituído por 3 pisos, num total de 30 fogos. O piso térreo é constituído por tipologia T4 com fogos numerados de A10 a A19 e com áreas de 108m²; o primeiro piso terá tipologia T3, numeradas de B9 a B18, com áreas de 90m²; e no piso 2, terá tipologia T2, numeradas de C8 a C16, com áreas de 72m².

Cada fogo tem como infraestruturas de apoio, garagem para dois carros, jardim, e uma arrecadação de 15m² cada.

Este conjunto habitacional contém ainda uma piscina e um jardim comum a todos, uma capela e uma sala comum para reuniões.

Planta segundo piso com um total de sete fogos, quatro deles em duplex no edifício do Palácio mais dez fogos no novo edifício.

Planta primeiro piso com um total de oito fogos e uma sala comum na antiga biblioteca, mais dez fogos no 2º piso do novo edifício.

Planta piso térreo com um total de nove fogos no edifício do Palácio mais dez em construção nova.

Jardim comum com grande relvado e piscina. Estacionamento subterrâneo com acesso lateral.



Figura 100: Plantas dos 3 pisos do conjunto edificado do Palácio da Ribeira Grande.

Figura 101: Corte e Alçado frontal do Palácio da Ribeira Grande.

5.2.3- A intervenção na Cordoaria Nacional²⁶

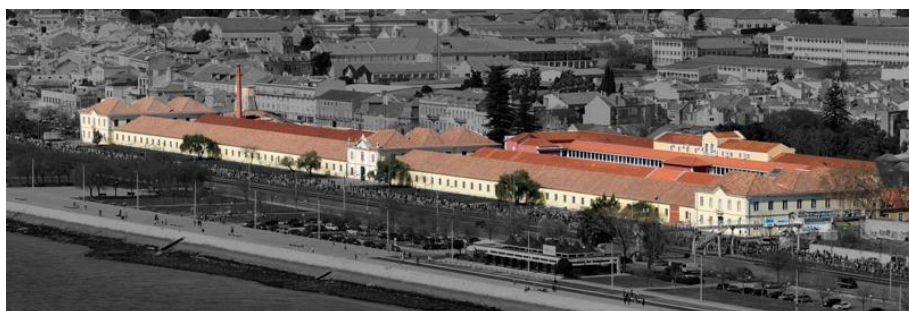


Figura 102: Fotografia aérea da Cordoaria Nacional.

O Cordoaria Nacional, construído em 1771 pelo traço do arquiteto Manuel Reinaldo dos Santos, encontra-se classificado como Monumento Nacional. Situado entre a Rua da Junqueira, n.º 187 - 189; Travessa das Galeotas; Avenida da Índia; Rua de Mécia Mouzinho de Albuquerque.

O projeto de reabilitação e requalificação da Cordoaria Nacional e a sua adaptação para o Novo Museu Nacional dos Coches surge num contexto único: a malha urbana residencial densa e de pequenos serviços da Ajuda-Belém; o estrato cultural e turístico em que se insere a Cordoaria, face ao eixo movimentado da Rua da Junqueira que a liga a Belém; a quantidade de edifícios de cariz palaciano; a frente ribeirinha, pontualmente ocupada; o grande número de estabelecimentos de ensino na área.

A Ex-Fábrica de Cordoaria Nacional afirma-se, antes de mais, através do seu valor individual, ela é única em Portugal e na Europa, não só devido aos seus 394m de comprimento, o que a torna a maior da Europa, com também, o seu uso polivalente de funções e eventos²⁷, o mesmo acontece com os projetos das duas Cordoarias Real de Rochefort e a Vitoriana.

Com este projeto, pretendemos defender e fundamentar uma das primeiras ideias da recolocação do Museu dos Coches, onde se previa a instalação da sua

²⁶ Conferir o anexo VII para uma cronologia e reportagem fotográfica mais detalhada da Cordoaria Nacional e o anexo IX com a estimativa das obras privadas previstas para a Rua da Junqueiras.

²⁷ O torreão nascente e a nave sul são constantemente utilizados para eventos como casamentos, festas, feiras de tecnologia e de artes. Recentemente foi palco da Feira de Arte e Antiguidades da (APA), a Exposição internacional de Real Bodies, e a Exposição de Fotografia Génesis de Sebastião Salgado.

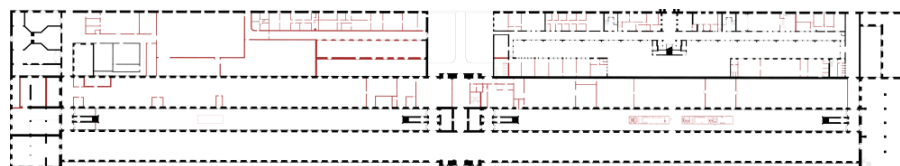
totalidade na Cordoaria Nacional, um projeto que nunca passou de uma ideia, e que não foi aprovado por diversos motivos.

Deste modo, e por sabermos que é possível esta alteração de usos, propomos uma nova transferência do Museu Nacional dos Coches e de todos os serviços e funções correspondentes, com o objetivo de criar um novo polo cultural, alargar a área monumental de Belém pela Rua da Junqueira e contribuir para o dinamismo quotidiano; tendo um raio de ação abrangente, turistas e portugueses residentes e visitantes, terão a oportunidade de conhecer este emblemático edifício, e todos os espaços e serviços que nele vão ser inseridos. Atribuindo assim, uma maior dignidade a todos os Coches e seus acessórios. E deste modo, criar um novo Museu de Arte Moderna no edifício do arquiteto Paulo Mendes da Rocha, um edifício cuja leitura não se relaciona com o espólio lá colocado. Para este novo Museu de Arte Moderna, foi repensado todo o espaço exterior, criando assim, um jardim de características tropicais, de forma a combater o amplo empedrado despojado de espaços verdes e de mobiliário urbano.

Assim, o novo Museu Nacional dos Coches (nas instalações da Cordoaria) tem como missão garantir a divulgação, investigação e conservação das suas coleções, com uma convicção firme do seu papel enquanto gerador de cultura.

Numa primeira fase foi realizado o levantamento de todos os complexos e paredes a demolir. Para o exercício de reabilitação e requalificação da cordoaria,

Figura 103: Planta de demolições da Cordoaria Nacional.



considerou-se que uma série de edifícios situados entre o torreão central e o torreão poente, que não fazem parte da configuração original da Cordoaria não detinham qualquer valor arquitetónico funcional nem artístico. Deste modo, as antigas instalações da escola e alguns barracões virados a norte serão demolidos por não terem valor patrimonial e por estarem num estado muito avançado de degradação. A nave norte sofrerá grandes alterações no seu

interior. Com a instalação dos arquivos da marinha na nave, foram erguidas diversas paredes separadoras dos arquivos, quebrando assim a leitura da nave. Também estas paredes serão demolidas, juntamente com os anexos construídos nos pátios.

A chaminé situada a poente, será alvo de grandes alterações a nível do seu espaço interior e a nível das circulações. Serão demolidas todas as paredes no seu interior com exceção das paredes estruturais.

Estratégia de ocupação (programa)²⁸

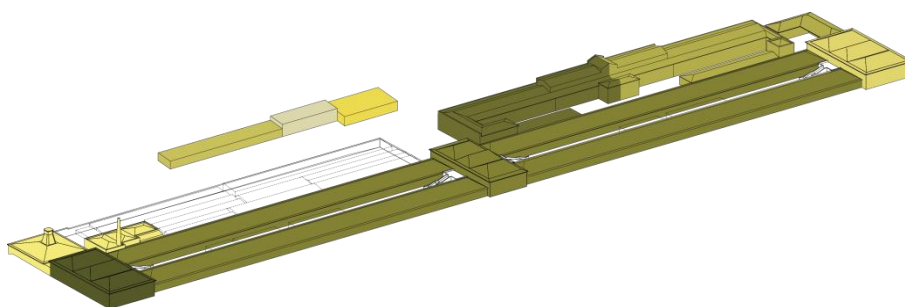


Figura 104: Axonometria do edifício da Cordoaria com marcação de usos e serviços.

O edifício tem uma área total de 21.579m² de implantação, uma área de construção de 24.211m², e é constituído pelos seguintes serviços:

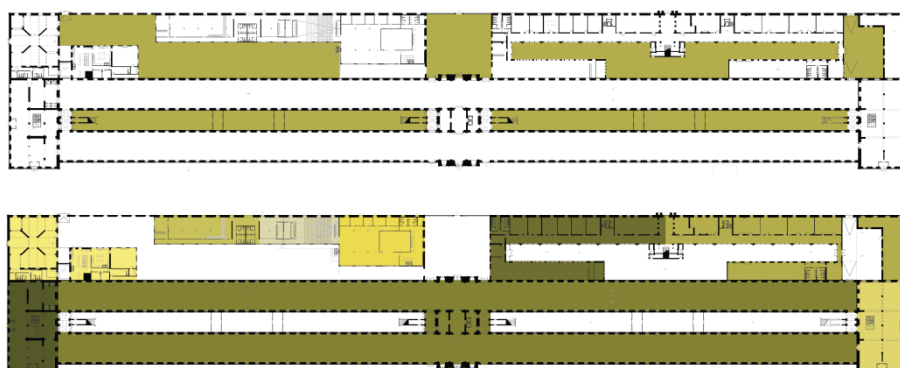


Figura 105: cima- marcação dos pátios e espaços verdes, baixo- Planta de usos e serviços do Conjunto da proposta para o interior da Cordoaria.

- Museu dos Coches que ocupam as duas grandes naves de 400m de cada do edifício, com uma área total de 8464.00m², com uma capacidade ideal de 75 coches de aparato, podendo chegar à capacidade máxima de 120 coches, onde cada um assenta num

	Museu Nacional dos Coches
	Serviços complementares aos Museu
	Museu da Cordoaria Nacional
	Escola de Restauro
	Zonas de eventos
	Oficinas
	Auditório
	Restaurante e Café

²⁸ Conferir o anexo III- Programa e áreas do edifício.

embasamento móvel específico com 5 ecrãs embutidos de apoio ao visitante. Estes *ecrãs* têm como objetivo passar filmes, histórias, origens e informações em cinco línguas, português, espanhol, inglês, francês, mandarim, referentes a cada peça do museu. Irá ser completado com grandes vitrinas de acessórios que compõem o museu²⁹.

- Museu da Cordoaria Nacional que ocupa os dois pisos do torreão poente de 1545m², com capacidade de albergar todas as máquinas de cordame e respetivos acessórios que atualmente se encontram dentro do edifício.
- Uma escola de restauro de apoio aos dois museus, que dará novo uso ao edifício do antigo Instituto Superior Naval de Guerra, com capacidade para 400 alunos, com oficinas e laboratórios de madeiras, oficinas e laboratórios de metais, oficinas de conservação e restauro, oficinas e laboratório de pintura decorativa, oficinas e laboratórios têxteis e estofador.

A escola é composta ainda por uma secretaria, administração, oficinas 24horas e armazéns de apoio.

- Uma área específica dedicada aos serviços prestados pelos dois museus, que se vai localizar na outra metade do Instituto com receção do museu, de seguida um pequeno café/loja a dar para um dos pátios centrais, a sala de segurança de todo o complexo, sala ATL para crianças, sala de reuniões, quatro gabinetes, sala de máquinas e geradores SOS, e no segundo piso, doze armazéns e cofres de acessórios dos museus.

²⁹ Conferir o anexo VIII do Programa para o novo Museu dos Coches nas Instalações da Cordoaria Nacional, listagem do espólio museológico e glossário.



Figura 106: Corte do restaurante no torreão da chaminé. (ver anexo I, painel 8).



Figura 107: Planta do restaurante no torreão da chaminé. (ver anexo I, painel 8).



Figura 108: Planta da Cozinha e copa do restaurante. (ver anexo I, painel 8).

- Restaurante com lotação estipulada para 150 pessoas, podendo sempre receber eventos até 300 pessoas. Contem ainda uma zona *lounge*, uma adega de 17m², instalações sanitárias e uma cozinha completamente equipada segundo os regulamentos previstos, com a zona de preparação de hortícolas, peixe e carne, zona de confeção, empratamento e copa, duas câmaras frigoríficas, despensa, e áreas técnicas para os funcionários.
- Café a funcionar nas antigas salas de vapor, com 100.00m² esplanada virada para o jardim de 115.00m².

Entre o torreão poente e o torreão central, estão atualmente vestígios da antiga escola da cordoaria e alguns armazéns, que, para o presente projeto serão demolidos por não trazerem qualquer valor histórico e patrimonial ao edifício. Neste terreno propomos novos usos:

- As oficinas e laboratórios específicos ao Museu dos Coches com 450.00m² e uma *mezzanine* de apoio.
- Um auditório com capacidade para 180 pessoas.

Figura 109: Corte das oficinas do museu e do auditório (ver anexo I, painel 8).

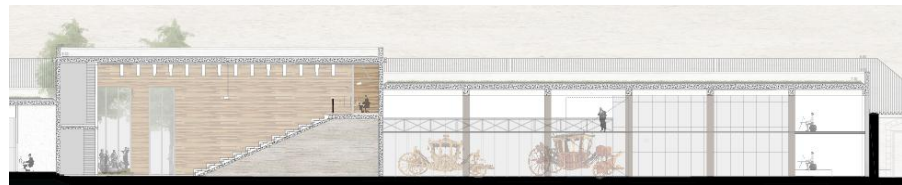
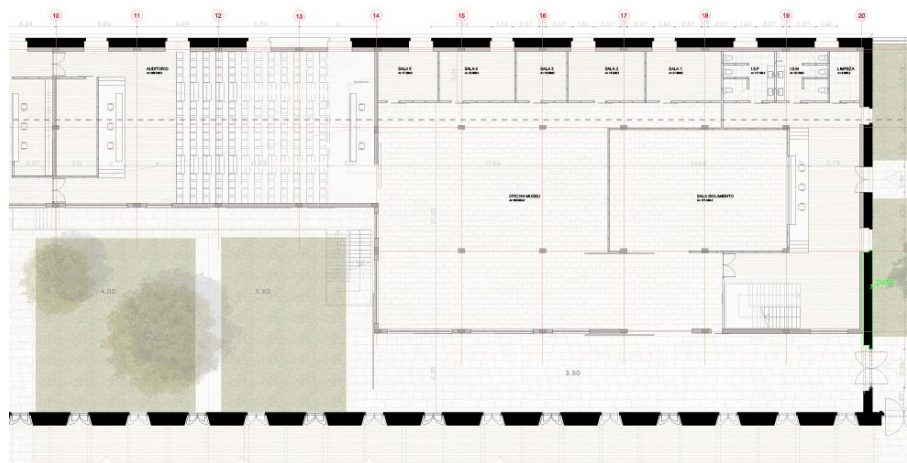


Figura 110: Planta das oficinas do museu e do auditório. (ver anexo I, painel 8).



- Zona de exposições / eventos temporários com 347.00m² com acesso/ vista ao novo jardim projetado no interior do complexo.



Figura 111: Corte da zona de exposições temporárias (ver anexo I, painel 8).

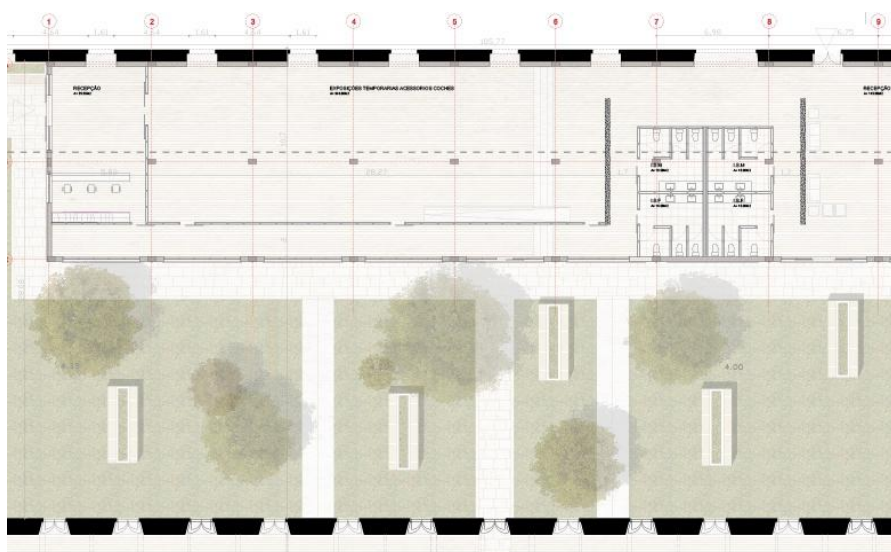


Figura 112: Planta da zona das exposições temporárias (ver anexo I, painel 8).

Novas acessibilidades

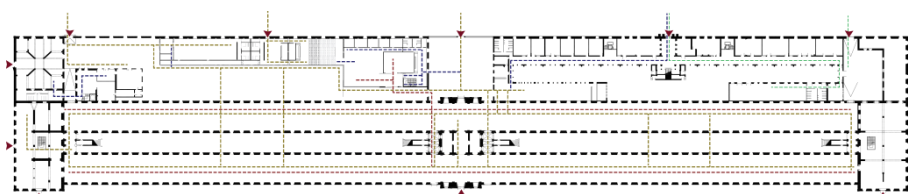


Figura 113: Planta das Novas acessibilidades.

No que diz respeito às acessibilidades, o edifício da Cordoaria passa a ter uma nova estrutura a nível dos acessos. A entrada do museu passa a ser feita no torreão central onde os visitantes são obrigados a passar pela receção e por sua vez o café/loja do museu. O percurso dentro das duas grandes naves é delimitado por caminhos em pedra com ligações diretas ao pátio central.

O museu da Cordoaria Nacional funciona independentemente ao resto do conjunto, tendo como acesso principal o grande portão do torreão poente. O restaurante, o café e as exposições temporárias têm uma ligação direta com a

Rua da Junqueira, oferecendo deste modo uma nova zona de estadia dentro do edifício.

A escola de restauro que funciona em parceria com os dois museus, tem ligação direta com a Rua da Junqueira.

Estrutura construtiva e Materialidades

Todo o edifício original irá sofrer uma intervenção fundamentalmente a nível de restauro. As fachadas serão alvo de nova pintura de cor Amarelo-torrado e todas as pedras de revestimento serão limpas e restauradas. A cor predominante de todos os caixilhos será o verde-escuro com as ferragens também a verde escuro.

Os volumes que nascem nos terrenos entre o torreão central e o torreão poente, terão pouca visibilidade da Rua da Junqueira, o que mais se vai destacar é a mancha verde que nasce nos pátios da Cordoaria.

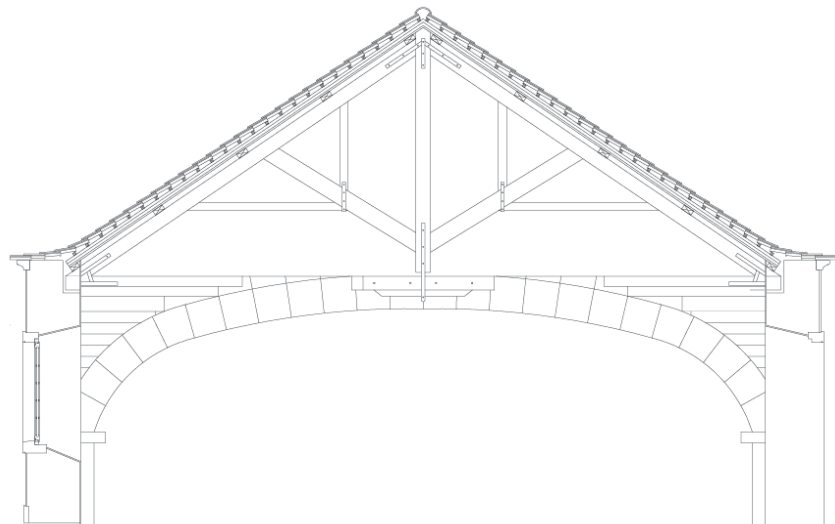


Figura 114: Corte construtivo da ala sul.

As duas alas paralelas da Cordoaria Nacional, têm um comprimento de 353,30 metros e 12,27 de largura ou seja 4 335m, com um total de 108 asnas em madeira, também estas serão alvo de restauro tanto das madeiras como das ferragens.

A solidez da sua construção, está patente nas paredes-mestras que chegam a medir 2,40 m de espessura. As suas frentes, respetivamente do lado norte e sul, têm 394 m de comprimento.

A luz é fornecida pelos grandes pátios que correm em todo o comprimento do edifício, sendo que a ala norte contem grandes envidraçados na cobertura de 10 em 10m permitindo assim uma leitura diferente da nave.

Com paredes autoportantes, os principais materiais utilizados neste edifício foram a alvenaria mista, a cantaria de calcário, o reboco pintado, o ferro forjado e a madeira.

Na fachada do corpo central virada à Rua da Junqueira a Norte, destaca-se o portal com emolduramento de cantaria, articulado com uma janela de avental e verga curva. Já no alçado Sul, observa-se um portal com emolduramento de cantaria e verga em arco abatido. As duas grandes naves simétricas encontram-se sob uma cobertura de duas águas apoiada em estrutura de asnas de madeira, sem apoios intermédios.

No novo edifício projetado nos antigos armazéns virados para a Rua da Junqueira, para além de alvenaria tradicional, teremos grandes partes projetadas com estrutura em aço revestida a vidro ou a painéis fenólicos, por ser um material resistente ao impacte, fácil de montar e de limpar.

Estes materiais serão conjugados com o edifício da cordoaria nos torrões, onde serão colocadas antecâmaras nos acessos principais, de forma a criar halls de entrada, e deste modo, salvaguardar todos os artefactos nos museus.

O cimento que pavimenta grande parte do edifício, será substituído por materiais nobres. Dando lugar a um extenso soalho de madeira, e nas zonas de maior circulação, será aplicado pavimento em pedra (pedra antiga acumulada nos pátios da cordoaria de origem desconhecida).

As 365 janelas vão ser remodeladas e terão novas estruturas em alumínio longevidade, durabilidade, menor consumo de energia, isolamento acústico e

isolamento térmico são algumas das vantagens da alteração das janelas de madeira para alumínio.

Os grandes pátios serão também alvo de grandes intervenções, a nível de restauro de pavimentos de pedra, e de projeção de novos espaços verdes.

6- CONCLUSÕES

No início do trabalho, foi colocada a questão: pode a reabilitação de edifícios patrimoniais contribuir para a requalificação da Rua da Junqueira e dar continuidade à área monumental de Belém?

O trabalho realizado, com o projecto de reabilitação dos três edifícios potencialmente contribuirá para que a Rua da Junqueira se torne num ponto central com uma forte tónica cultural e dessa forma poderá dar continuidade à área monumental de Belém. O caso da Rua da Junqueira é um exemplo de como uma intervenção a esta escala, poderia de certo modo criar novas vivências, despertar a economia local relacionando-a com a área monumental de Belém, através da intervenção dos três edifícios situados estrategicamente na Rua e do tratamento do espaço público, atribuindo a este novas funções e vivências.

A Rua da Junqueira deixaria de ser um simples eixo de ligação, e passava a ter uma nova função, local de encontro e de permanência, gerador de cultura e de economia, uma rua alvo de um processo de reabilitação, onde novos materiais seriam colocados sempre com o objetivo de promover a acessibilidade a todos, numa rua em que a componente do estacionamento, de superfície e subterrâneo, seriam elementos fundamentais da proposta, com o objetivo de reorganizar e disciplinar o estacionamento.

A Rua da Junqueira passaria a ter uma maior relação pedonal com os eixos envolventes, nomeadamente a Avenida da Índia, que por sua vez se relaciona com a frente ribeirinha através de diversas pontes pedonais e uma passagem subterrânea em rampa e uma escada situada em frente do torreão central da Cordoaria Nacional. Deste modo as ligações entre a malha urbana e a frente ribeirinha estão aptas a todas as pessoas, com e sem mobilidade condicionada.

A reabilitação, requalificação e revitalização do espaço público existente e a escolha de áreas estratégicas de intervenção com um papel fundamental para a revitalização do local, nomeadamente a implementação de espaços de descompressão e estadia como jardins e praças ao longo de todo o percurso da

rua, tornariam possível a continuidade da área monumental de Belém para a Rua da Junqueira e, deste modo, são criados novos pontos atrativos na cidade.

A mancha verde que cria a continuidade com os jardins de Belém, oferece e devolve à rua, um novo corredor verde que se interligaria com os edifícios patrimoniais, também fundamentais para o surgimento de novas praças e de zonas de estadia, sendo que este corredor tem início do Museu de Arte Moderna (novo Museu Nacional dos Coches), e se prolonga até ao fim da Rua da Junqueira por dois corredores, um na Rua da Junqueira e outro na frente ribeirinha.

Uma intervenção em reabilitação e requalificação urbana não consiste somente na melhoria das condições habitacionais do edificado existente, da melhoria do espaço público, nem da preservação e conservação do património, que são fatores fundamentais para a reabilitação e requalificação do espaço urbano, mas estas duas ferramentas transpõem estas componentes mais físicas focando-se em aspetos que determinam as dinâmicas sociais e económicas desses locais.

Assim, no caso da frente ribeirinha da cidade de Bilbao, grandes nomes da arquitetura deixaram a sua marca na cidade, transformando-a numa nova área monumental recente e moderna alterando, deste modo, a vida de todos os habitantes e turistas, através da grande oferta de serviços, equipamentos culturais, praças e zonas de estadia, que ligado ao espírito portuário pré-existente, foram fundamentais para o sucesso da cidade.

Ao nível do quarteirão, o *Museumsinsel* em Berlim passa de uma ruína para referência marcante no centro da cidade. Gerador de cultura, histórias, economia e turismo, a ilha passa a ser convertida numa área monumental, criando assim uma nova centralidade na cidade. O *Museums Quartier* deu início ao desenvolvimento de um conceito de criar uma nova área cultural interligando as pré-existências do edifício, com os novos volumes arquitetónicos propostos para o interior do Palácio. Deste modo, o complexo conseguiu ter impacte na cidade devido não apenas ao fortalecimento do conjunto museológico, como também pelo fato de ter conseguido criar uma relação e uma ligação com a envolvente.

Podemos então concluir que a intervenção nestes três edifícios poderá trazer um novo prestígio à Rua da Junqueira: um condomínio no Palácio dos Condes da Ribeira Grande com 54 fogos, estrategicamente localizado entre escolas, hospitais, centros de saúde, grandes áreas culturais e de lazer, e diversos meios de transporte, poderão ser fatores fundamentais na procura para residir; o hotel no Palácio da Quinta das Águias poderá atrair novos turistas para a Rua, e possibilitar que as rotas e circuitos turísticos por lá passem obrigatoriamente, potenciando o surgimento de novos serviços e pequenas áreas comerciais, anexas ao Palácio, fatores geradores de economia na área; o edifício da Cordoaria Nacional que acolhe o Novo Museu dos Coches, serviços complementares ao museu, uma escola, uma zona de restauração e zonas de exposições temporárias, poderá surgir como reativador urbano, e ter grande impacto na vida quotidiana da Rua da Junqueira.

BIBLIOGRAFIA

Referenciada

AGUIAR, José (2008) *Património Cultural e os Paradigmas da Conservação e da Reabilitação* Disponível em: <http://www.oasrn.org/3R/conteudos/areareservada/areareservada6/3R-S1-C1-Aguiar.pdf>. Consultado em 03-01-2016.

ALMEIDA, Carlos (1993) Património- Riegl e hoje, in *Revista da Faculdade de Letras*, Serie II, vol. X, pp. 407-416.

BOECKL, Matthias (2001) *MuseumsQuartier Wien – Die Architektur / The Architecture*, Architecture Aktuell, Volume 3, Viena.

CALDEIRA, Mariana (2014) *A cultura como fator de revitalização urbana - O caso do MuseumsQuartier em Viena*, Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura, Instituto Superior Técnico, Universidade de Lisboa.

CHOAY, Françoise (1999) *A Alegoria do Património*, Edição 70, Lisboa.

COELHO, Maria João (1998) Panorâmica da conservação, protecção, reabilitação e requalificação em Portugal. Exemplos e temas, in COUCEIRO, João (coord). *Urbanidade e património*, Lisboa, IGAPHE :URBE, pp. 43-48.

Conferência Internacional sobre Conservação (CIC), (2000) *Carta de Cracóvia sobre os princípios para a Conservação e o Restauro do Património Construído*.

Conferência Internacional sobre Conservação (CIC), (2000) *Carta de Bruxelas sobre o papel do património cultural na economia, e para a criação de uma rede de reconhecimento e difusão europeia*.

Conselho da Europa (CE), (1975) *Carta Europeia do Património Arquitectónico*.

Direção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (DGOTDU) (2011) *Glossário de Desenvolvimento Territorial*. Conferência Europeia dos ministros responsáveis pelo Ordenamento do Território do Conselho da Europa (CEMAT).

Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), (2000) *Inventário do Património Arquitectónico*, IPA.

FERNANDES, André (2014) *Pós-Industrial: o Arco Ribeirinho Sul do Estuário do Tejo*, Tese de Doutoramento, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade de Lisboa

FLORES, Joaquim Moura (1998) Panorâmica da conservação, protecção, reabilitação e requalificação em Portugal. Exemplos e temas, in COUCEIRO, João, coord. - *Urbanidade e património*, Lisboa, IGAPHE :URBE, pp. 12-22.

GARCÍA, Ángela (2013), *Cor da rua da Junqueira, Lisboa*, Disponível em www.ruadajunqueira.wordpress.com, consultado em 02-02-2016

GARCIA, Pedro Ressano (2009) *Plataforma Tejo – O Regresso ao Rio, A frente ribeirinha de Lisboa e o século XXI*, Lisboa, Fundação Serra Henriques.

GOMES, Rogério (1998) Panorâmica da conservação, protecção, reabilitação e requalificação em Portugal. Exemplos e temas, in COUCEIRO, João (coord). *Urbanidade e património*, Lisboa, IGAPHE :URBE, pp. 7.

ICOMOS, Carta de Atenas (1931) *Carta de Atenas para a Recuperação de Monumentos Históricos*.

ICOMOS, Carta de Veneza (1964) *Carta de Veneza sobre a Conservação e o Restauro de Monumentos e dos Sítios*.

IGESPAR (2010) Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, Património Arquitectónico — Geral, Lisboa, IHRU, IGESPAR (2010) (Kits - património, nº 3, versão 1.0), Disponível em URL: www.portaldahabitacao.pt; www.monumentos.pt; www.igespar.pt, consultado em 20-05-2016

LAMAS, António (2015) *Proposta do plano estratégico cultural da área de Belém* in VITORINO, Nuno (coord) Disponível em <https://www.ccb.pt/mediaRep/ccb/files/noticias/PlanoEstrategicodeBelem.set.15.pdf>, consultado em 18-05-2016

LE GOFF, Jacques (1924) *Histórica e Memória*, SP Editora da UNICAMP.

LUDOVICE, Nuno (2013), Evolução histórica da Rua da Junqueira, in GARCÍA, Ángela; OLIVEIRA, Maria (coord). *Cor da rua da Junqueira, Lisboa*, Disponível em www.ruadajunqueira.wordpress.com, consultado em 21-06-2016

LYNCH, Kevin (1960) *A Imagem da Cidade*, Lisboa, edição 70.

MACARRÓN, Ana (2008) *Conservación del Patrimonio Cultural*, Madrid, editora Síntese, S.A.

MAGALHÃES, Ana (2008) *Reabilitação Urbana- Experiencias Percursoras em Lisboa*. Coleção Expoentes, Lisboa, edição Parque Expo.

MAIA ATAÍDE, Maria (coord) (1988) *Monumentos e edifícios Notáveis do distrito de Lisboa*, Lisboa Terceiro Tomo.

MARTINHO, Manuel (1940) Belém de agora e de amanhã. *Ecos de Belém*. Lisboa. 9:278, pp.1.

MOREIRA, Francisco (2015) *A Cidade e os seus Caminhos- o percurso como elemento agregador da área monumental de Belém*, Projeto Final de Mestrado, Faculdade de Arquitetura de Lisboa, Universidade de Lisboa.

MOREIRA, Maria Graça (2007) Requalificação Urbana Alguns conceitos Básicos, In *ARTITEXTOS*, n.º 05, pp. 117-129.

MOURA, Dulce et al (2005) *A Revitalização Urbana. Contributos para a Definição de um Conceito Operativo*, relatório Políticas Públicas de Revitalização: reflexão para formulação estratégica e operacional das atuações a concretizar no QREN

SÁNCHEZ, José (2011) *Frente Ribeirinha e a Cidade*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Arquitetura, Universidade Técnica de Lisboa.

SANTOS, José (1961) *Subsídios para a história da cordoaria nacional*, Anais do Clube Militar Naval, edição do C.M.N, Lisboa.

SANTOS, José (1962) *A Cordoaria Nacional e a sua História*. Lisboa: Tipografia Vieira.

SANTOS, Susana (2012) *A flexibilidade na Permanência*, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Arquitetura, Universidade Técnica de Lisboa

SERT, J.; LEGER, F.; GIEDION, S. (1947) Nine Points on Monumentality, *Architecture Review*, 4, sp.

TICCIH (2008) *Carta de Nizhny Tagil Sobre o Património Industrial*.

UNESCO (1962) *Recommendation concerning the safeguarding of the beauty and character of landscapes and sites*, Disponível em <http://www.icomos.org/publications/93towns7a.pdf>, consultado em 04-04-2016

VIOLLET-LE-DUC, Eugène (2000) *Restauração*. Artes & Ofícios. Cotia: Ateliê Editorial.

VITORINO, Nuno (2015) *Plano Estratégico Cultural da Área de Belém proposta*, Disponível em <https://www.ccb.pt/mediaRep/ccb/files/noticias/PlanoEstrategicodeBelem.set.15.pdf>, consultado em 05-06-2016

Consultada

BAEZA, Campos (2011) *A ideia construída*, Casal de Cambra, Edições Caleidoscópio.

BALTAZAR, Rui (2011) *Máquinas Urbanas- A adaptação funcional dos grandes equipamentos em obsolescência*, Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura, Departamento de Arquitetura da FCT-UC Coimbra.

BÁRCIA, Paula, (1998) *Lisboa à Beira-Rio, quatro percursos para descobrir Lisboa do passado*, Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.

Câmara Municipal de Lisboa, (CML) (1998) *Belém Belém Reguengos da Cidade*, Lisboa, ASA.

COUCEIRO, João, (coord) (1998) *Urbanidade e património*. Lisboa, IGAPHE: URBE.

DIAS COELHO, Carlos (coord) (2013) *Os Elementos Urbanos*, Cadernos Morfologia Urbana estudos da Cidade Portuguesa, Lisboa Argumentum.

DIAS, Marina (1990a) *Lisboa Desaparecida*, Volume 2, Lisboa, Quimera.

DIAS, Marina (1990b) *Lisboa Desaparecida*, Volume 5, Lisboa, Quimera.

GONÇALVES, Marta (2014) *O Palácio como Matriz de Inscrição na cidade*, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Arquitetura, Universidade Técnica de Lisboa

LAMAS, Arthur (1922) *A Rua da Junqueira: cartas compiladas e anotadas*, Lisboa, Topografia do Comércio.

OLIVEIRA, Ana (2012) *Novos Usos para o Património Industrial*, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Arquitetura, Universidade Técnica de Lisboa

RIBEIRO, Maria (2009) *O Museu como Lugar Urbano- rutura ou continuidade*, Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura, Instituto Superior Técnico, Universidade de Lisboa.

RIBEIRO, Mário (1939) *Do Sítio da Junqueira*, Lisboa, Publicações Culturais da Câmara Municipal de Lisboa.

SANCHES, José Dias (1970) *Belém do Passado e do Presente*, Lisboa, Separata do Jornal *Écos de Belém*, Lisboa.

ZUMTHOR, Peter (2009) *Pensar a Arquitectura*, 2ª ed, Barcelona, Edição Gustavo Gili.

Webgrafia

<http://www.publico.pt/museu-dos-coches>, Consultado em 03-04-2014

[http:// www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/itinerarios/industrial/](http://www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/itinerarios/industrial/), Consultado em 03-04-2014

http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=4072, Consultado em 04-10-2015

[http:// www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/74413/](http://www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/74413/), Consultado em 04-10-2015

<http://europeantrips.org/promenade-plantee-the-first-elevated-park-in-the-world.html> Promenade Plantée – The First Elevated Park in the World, Consultado em 5-11-2015

<http://www.thehighline.org/visit/#/plants> Friends of the High Line, Consultado em 5-11-2015

<http://www.anteprojectos.com.pt/2014/06/24/espírito-santo-property-investe-21me-no-projeto-castilho-15/>, Espírito Santo Property, Consultado em 5-11-2015

<http://www.globalconstroi.com/noticias/4305-reabilitacao-do-palacio-valada-e-azambuja>, Consultado em 3-12-2015

http://www.constructalia.com/portugues_pt/galeria_de_projetos/espanha/ampliao_do_museu_nacional_rainha_sofia#.VzJrROR7Rdw, Consultado em 15-05-2016

<http://www.mqw.at/en/>, Consultado em 16-05-2016

<http://www.berlin.de/sehenswuerdigkeiten/3561341-3558930-stadtschloss.html>, Consultado em 15-05-2016

ANEXOS

Anexo I-Painéis Finais

Anexo II-Fotografias das maquetes

Anexo III-Fichas dos edifícios da Rua da Junqueira

Anexo IV-Projetos de Referência

Anexo V-Cronologia do Palácio da Quinta das Águias

Fotografias do Palácio da Quinta das Águias

Anexo VI-Cronologia do Palácio dos Condes da Ribeira Grande

Fotografias do Palácio dos Condes da Ribeira Grande

Anexo VII-Cronologia da Cordoaria Nacional

Fotografias da Cordoaria Nacional

Anexo VIII-Programa do novo Museu Nacional dos Coches

Listagem do espólio museológico

Glossário do Museu

Anexo IX-Estimativa das obras de urbanização

Estimativa das obras privadas

Plano Diretor Municipal de Lisboa (PDML)